



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FRANCISMARA DO NASCIMENTO SANTOS

**ANEMIA FALCIFORME: UMA ANÁLISE DA SAÚDE PÚBLICA
NO QUILOMBO DO MONTE, ESTADO DA BAHIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

FRANCISMARA DO NASCIMENTO SANTOS

**ANEMIA FALCIFORME: UMA ANÁLISE DA SAÚDE PÚBLICA
NO QUILOMBO DO MONTE, ESTADO DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira de Bacharel em Ciências Sociais, como requisito para à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S235a

Santos, Francismara do Nascimento.

Anemia falciforme : uma análise da saúde pública no quilombo do Monte,
Estado da Bahia / Francismara do Nascimento Santos. - 2024.

128 f. : il., mapas, color.

Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades
e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, 2024.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos.

1. Quilombos - Monte Recôncavo (São Francisco do Conde, BA).
2. Anemia falciforme. 3. Negras - Aspectos da saúde. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 616.152098142

FRANCISMARA DO NASCIMENTO SANTOS

**ANEMIA FALCIFORME: UMA ANÁLISE DA SAÚDE PÚBLICA
NO QUILOMBO DO MONTE, ESTADO DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais (TCC) apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Sociais.

Aprovado em: 25/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Denílson Lima Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Eliene Costa Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

À Deus, amigos, familiares e aos professores que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) aborda a complexa interseção da anemia falciforme e o acesso à saúde da mulher negra do Quilombo do Monte, situado no município de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia. A pesquisa é conduzida em resposta à necessidade de compreender as questões de saúde específicas enfrentadas por essa comunidade quilombola, visando melhorar a prestação de cuidados de saúde e promover a equidade na saúde. O problema de pesquisa principal é como a ocorrência da anemia falciforme afeta a saúde dessas mulheres, destacando os desafios e oportunidades para melhorar o atendimento médico. Os objetivos do estudo são delineados, incluindo a coleta de dados sobre o acesso das mulheres do Quilombo aos serviços de saúde, a identificação de barreiras socioeconômicas, culturais e estruturais que afetam o enfrentamento das condições de saúde e a observação do acesso a serviços de saúde relacionados à anemia falciforme. A metodologia adotada é qualitativa, e análise de conteúdo foi empregada para identificar temas emergentes e propor soluções. O TCC também explora o tratamento da anemia falciforme, enfatizando a importância do acesso a serviços de saúde, conscientização, testes de triagem, tratamento médico, apoio psicossocial e programas de educação. O estudo reconhece a necessidade de melhorar o acesso aos cuidados de saúde e a qualidade de vida das mulheres quilombolas com anemia falciforme, destacando a importância de intervenções específicas para essa comunidade.

Palavras-chave: quilombos - Monte Recôncavo (São Francisco do Conde, BA); anemia falciforme; negras - aspectos da saúde.

ABSTRACT

This undergraduate thesis (TCC) addresses the intricate intersection of sickle cell anemia and access to healthcare for black women in the Quilombo do Monte, located in the municipality of São Francisco do Conde, in the State of Bahia, Brazil. The research is conducted in response to the need to understand the specific health issues faced by this quilombola community, with the aim of improving healthcare provision and promoting health equity. The primary research question is how the occurrence of sickle cell anemia affects the health of these women, emphasizing the challenges and opportunities to enhance medical care. The study's objectives are outlined, including data collection on the women's access to healthcare services, identifying socioeconomic, cultural, and structural barriers affecting their ability to address health conditions, and observing their access to healthcare services related to sickle cell anemia. The adopted methodology is qualitative, and content analysis was used to identify emerging themes and propose solutions. The thesis also explores the treatment of sickle cell anemia, emphasizing the importance of access to healthcare services, awareness, screening tests, medical treatment, psychosocial support, and educational programs. The study recognizes the need to improve access to healthcare and the quality of life for quilombola women with sickle cell anemia, highlighting the importance of interventions specific to this community.

Keywords: quilombos - Monte Recôncavo (São Francisco do Conde, BA); sickle cell anemia; black women - aspects of health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localidades quilombolas por unidade da federação em 2019	38
Figura 2 - Hemácias falciformes.....	41
Figura 3 - Transmissão Genética da Anemia Falciforme	44
Figura 4 - Localização de São Francisco do Conde.....	52
Figura 5 - Igreja do Monte Recôncavo	69
Figura 6 - Incidência da Doença falciforme no Brasil	81
Figura 7 - Frequência do Gene S no Brasil.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABADFAL	Associação Baiana de Distrofia Falciforme
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AF	Anemia Falciforme
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
DSS	Determinantes Sociais de Saúde
ESH	Escola Europeia de Hematologia
HLA	Antígenos Leucocitários Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCR	Reação em Cadeia da Polimerase
PIB	Produto Interno Bruto
PICs	Práticas Integrativas e Complementares
PNSIPN	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCTH	Transplante de Células-Tronco Hematopoiéticas
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	OBJETIVOS.....	14
1.1.1	Objetivo geral.....	14
1.1.2	Objetivos específicos.....	15
1.2	PROBLEMA.....	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	16
1.4	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	17
2	METODOLOGIA.....	20
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
3.1	CONCEITO DE QUILOMBO.....	27
3.2	COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	35
3.3	ANEMIA FALCIFORME.....	41
4	ESTUDO DE CASO.....	51
4.1	SÃO FRANCISCO DO CONDE.....	51
4.2	ANEMIA FALCIFORME EM SÃO FRANCISCO DO CONDE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	56
4.3	QUILOMBO DO MONTE RECÔNCAVO.....	61
5	ANEMIA FALCIFORME E ACESSO A SAÚDE NO QUILOMBO DO MONTE.....	78
6	CONCLUSÃO.....	110
	REFERÊNCIAS.....	123

1 INTRODUÇÃO

A saúde é um bem inestimável que permeia a experiência humana, e a equidade na prestação de cuidados de saúde é um ideal almejado por sociedades ao redor do mundo. No entanto, as disparidades de saúde persistem, afetando de maneira desproporcional as populações mais marginalizadas. No contexto brasileiro, essas disparidades são particularmente evidentes, e a população quilombola é um grupo que há muito luta por uma atenção adequada à sua saúde e bem-estar (Silva, 2003). No entanto, as disparidades de saúde persistem, afetando de maneira desproporcional as populações mais marginalizadas. No contexto brasileiro, essas disparidades são particularmente evidentes, e a população quilombola é um grupo que há muito luta por uma atenção adequada à sua saúde e bem-estar. As comunidades quilombolas enfrentam diversos desafios relacionados ao acesso aos serviços de saúde. A falta de infraestrutura e recursos limita a qualidade dos cuidados disponíveis. Além disso, as barreiras socioeconômicas, como renda reduzida e níveis baixos de escolaridade, exacerbam as dificuldades enfrentadas por essas comunidades no contexto da saúde. Além das barreiras físicas e sociais, as disparidades na saúde também estão enraizadas em questões culturais. O reconhecimento da medicina tradicional e das práticas de cura comunitárias pelos sistemas de saúde convencionais ainda é um desafio. Essa falta de integração pode resultar na alienação das comunidades quilombolas dos serviços de saúde formais, reforçando a desconfiança e perpetuando o ciclo de exclusão e iniquidade.

A anemia falciforme é uma doença genética prevalente entre populações de ascendência africana e representa um desafio significativo para a saúde da mulher negra no Quilombo do Monte, na Bahia. Essa condição afeta a saúde ao provocar dores intensas, fadiga crônica e complicações como infecções e danos em órgãos vitais, impactando a qualidade de vida e a capacidade de participar plenamente das atividades comunitárias e econômicas. As mulheres negras desses quilombos podem enfrentar múltiplas barreiras para obter um diagnóstico precoce e tratamento adequado, devido à interseção de fatores como racismo estrutural, desigualdade socioeconômica e a localização geográfica isolada. Os principais desafios na prestação de cuidados de saúde incluem o acesso limitado a serviços médicos especializados, falta de medicamentos essenciais e infraestrutura inadequada. Muitas vezes, as clínicas locais estão mal equipadas ou distantes, o que dificulta o

atendimento regular e emergencial. Além disso, a falta de especialistas em doenças genéticas na região pode levar a diagnósticos incorretos ou atrasados. Diante desse cenário surge a seguinte questão: Como a ocorrência da anemia falciforme afeta a saúde no Quilombo do Monte, Bahia, e quais são os principais desafios e oportunidades para melhorar a prestação de cuidados de saúde a essa população?

O Quilombo do Monte, situado em São Francisco do Conde na Bahia, representa um exemplo vibrante da resistência e preservação das tradições afro-brasileiras. Em estudos recentes, a saúde nesse quilombo tem recebido atenção especial, com enfoque na anemia falciforme, uma condição de saúde que afeta significativamente essa comunidade. Os quilombolas enfrentam riscos específicos em relação a essa doença, o que desperta preocupações e orienta intervenções de saúde voltadas para suas necessidades particulares. Compreender e abordar esses desafios é fundamental para promover uma saúde equitativa e sustentar a rica herança cultural do Quilombo do Monte. Para Rodrigues (2022), o Quilombo do Monte, localizado no município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, Brasil, é um testemunho vivo da resistência afro-brasileira e da preservação de culturas tradicionais. Este estudo se concentra na saúde da mulher negra nesse quilombo, com especial atenção para essa condição de saúde crítica: anemia falciforme. A escolha dessa condição não é arbitrária; ela é embasada em preocupações reais e em dados que indicam que os quilombolas enfrentam riscos e desafios únicos em relação a essa doença (Rodrigues, 2022).

A anemia falciforme é uma condição genética que afeta predominantemente indivíduos de ascendência africana, o que a torna uma questão de saúde particularmente relevante para a comunidade negra. No Quilombo do Monte, onde a maioria da população é composta por afrodescendentes, essa doença representa um desafio significativo para a saúde das mulheres. O impacto da anemia falciforme vai além das manifestações físicas, como dor crônica e fadiga, envolvendo também aspectos sociais e emocionais. Os quilombolas do Quilombo do Monte enfrentam múltiplas barreiras na busca por tratamento adequado. O acesso limitado a serviços de saúde de qualidade agrava o quadro, com poucos recursos disponíveis para diagnóstico precoce e manejo apropriado da doença. Essa limitação é exacerbada por fatores socioeconômicos, como baixa renda e acesso restrito a transporte, dificultando ainda mais o acesso ao tratamento. Além disso, o racismo estrutural pode influenciar negativamente o atendimento, resultando em cuidados inadequados

ou preconceituosos. Outro aspecto crucial é a falta de conscientização e educação sobre a anemia falciforme dentro da comunidade. Campanhas de educação em saúde são essenciais para aumentar o conhecimento sobre a doença, seus sintomas e tratamentos. O presente trabalho tem como objetivo investigar a interseção da anemia falciforme na saúde da população negra do Quilombo do Monte, fornecendo uma análise abrangente das condições de saúde dessas mulheres, suas necessidades e desafios. Acredita-se que essa pesquisa contribuirá para uma compreensão mais profunda das questões de saúde específicas enfrentadas por essa população e, ao fazê-lo, pode apontar para soluções e melhorias na prestação de cuidados de saúde. O estudo se desdobra em uma análise das condições de saúde, acesso a serviços de saúde, barreiras culturais e estruturais, e ações recomendadas para aprimorar a assistência médica. À medida que a busca pela equidade na saúde continua, o caso do Quilombo do Monte serve como um exemplo valioso e como um lembrete da necessidade de garantir que todas as comunidades tenham acesso a cuidados de saúde adequados, independentemente de sua origem étnica, social ou geográfica (Praxedes, 2021).

Ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exploraremos essas questões em profundidade, com a esperança de que nossa pesquisa contribua para uma melhoria tangível na qualidade de vida e na saúde da população negra do Quilombo do Monte e possa servir como um modelo para outras regiões enfrentando desafios semelhantes. Para alcançar esse objetivo, começaremos por investigar as condições socioeconômicas e de saúde das mulheres no Quilombo do Monte. Faremos uma análise abrangente das carências e barreiras que elas enfrentam, destacando fatores históricos, culturais e ambientais que influenciam diretamente sua qualidade de vida. A partir dessa investigação, desenvolveremos estratégias e recomendações adaptadas às necessidades específicas da comunidade. Essas estratégias serão projetadas para serem sustentáveis e impulsionadas pela própria comunidade, com o objetivo de empoderar as mulheres do Quilombo do Monte a se tornarem agentes de mudança em seu próprio ambiente. Além disso, examinaremos políticas públicas atuais e proporemos intervenções que possam ser implementadas tanto pelo governo quanto por organizações não governamentais. A intenção é criar um diálogo entre comunidades locais e decisores políticos para fomentar parcerias que sejam mutuamente benéficas. Esperamos que nosso estudo sirva não só para melhorar as condições da população negra do Quilombo do Monte, mas também para

inspirar mudanças positivas em outras comunidades marginalizadas. Ao documentar e compartilhar nossas descobertas, pretendemos abrir espaço para discussões mais amplas sobre igualdade social, saúde e os direitos das mulheres na sociedade. Com isso, buscamos contribuir para um futuro mais equitativo onde todas as comunidades possam prosperar igualmente.

1.1 OBJETIVOS

A anemia falciforme é uma condição genética que afeta predominantemente populações afrodescendentes. No contexto do Quilombo do Monte, em São Francisco do Conde, essa condição representa um desafio contínuo para a saúde da população negra. Este estudo pretende aprofundar a compreensão desse impacto, com foco particular na identificação e mitigação das barreiras enfrentadas pelos quilombolas. O primeiro passo deste estudo envolveu a coleta sistemática de dados sobre a frequência com que a população negra do Quilombo do Monte recorre aos serviços de saúde por causa da anemia falciforme. A análise desses dados oferecerá uma visão clara sobre os padrões de procura e a incidência da doença. Um segundo enfoque é identificar barreiras que os quilombolas enfrentam ao lidar com a anemia falciforme. Dimensões socioeconômicas, como renda e educação, serão consideradas, assim como barreiras culturais que possam influenciar a percepção e o tratamento da doença. As barreiras estruturais, como a disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde, serão analisadas através de visitas a centros de saúde e entrevistas com gestores públicos. Estes objetivos buscam examinar o acesso que população do quilombo têm aos serviços de saúde. Será avaliada a acessibilidade a triagem, diagnóstico e tratamento para a anemia falciforme. Questões como distância até unidades de saúde, tempo de espera e a presença de profissionais qualificados serão cruciais nesta análise. Através dessas investigações, o estudo pretende sugerir estratégias para melhorar a assistência prestada aos quilombolas.

1.1.1 Objetivo geral

- O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto da anemia falciforme na saúde da mulher negra no Quilombo do Monte, em São Francisco do Conde, no Estado da Bahia.

1.1.2 Objetivos específicos

- Coletar dados que indiquem a procura das mulheres do Quilombo ao serviço de saúde devido á anemia falciforme;
- Identificar as barreiras socioeconômicas, culturais e estruturais que afetam o enfrentamento dessas condições de saúde no contexto quilombola;
- Observar o acesso das mulheres negras do quilombo aos serviços de saúde, incluindo triagem, diagnóstico e tratamento para anemia falciforme.

1.2 PROBLEMA

A anemia falciforme é uma doença genética que afeta predominantemente a população negra, tornando-se um desafio significativo de saúde para as mulheres negras no Quilombo do Monte, Bahia. Esta condição provoca uma série de complicações, como crises de dor aguda, aumento do risco de infecções e danos a órgãos vitais, que podem ser agravados por barreiras estruturais e socioeconômicas. Os quilombolas do Quilombo do Monte enfrentam desafios específicos no manejo da doença. Acesso limitado a serviços de saúde de qualidade, falta de profissionais especializados e escassez de medicamentos essenciais são problemas recorrentes. Além disso, o estigma e o racismo institucional muitas vezes resultam em cuidado inadequado ou atrasos no tratamento. No entanto, existem oportunidades para melhorar a prestação de cuidados de saúde a essa população. Campanhas de conscientização podem ajudar a educar a comunidade sobre a doença, enquanto a capacitação de agentes de saúde locais pode promover diagnósticos e tratamentos precoces. Investir em infraestrutura de saúde e aumentar a cobertura de serviços básicos são medidas cruciais. Além disso, políticas públicas que abordem especificamente as necessidades de saúde de quilombolas podem contribuir para um cuidado mais equitativo.

O fomento à pesquisa também é essencial para compreender melhor as particularidades da anemia falciforme nessa população e assim desenvolver intervenções mais eficazes. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e a própria comunidade quilombola pode criar uma rede de apoio

sólida, que valorize os saberes locais e promova a saúde integral dos quilombolas afetadas pela anemia falciforme no Quilombo do Monte. Portanto essa pesquisa visa responder o seguinte problema: Como a ocorrência da anemia falciforme afeta a saúde da mulher negra no Quilombo do Monte, Bahia, e quais são os principais desafios e oportunidades para melhorar a prestação de cuidados de saúde a essa população?

1.3 JUSTIFICATIVA

O Quilombo do Monte representa um contexto único com desafios e características culturais específicas. Compreender a saúde da população negra desse Quilombo importante para desenvolver intervenções relevantes que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres. O Quilombo do Monte, como muitos outros quilombos, possui uma rica herança cultural e histórias de resistência e identidade. Os moradores dessa comunidade têm papéis fundamentais na manutenção dessas tradições e na transmissão de conhecimentos ancestrais. No entanto, os quilombolas enfrentam desafios únicos relacionados à saúde, muitas vezes exacerbados por barreiras socioeconômicas, geográficas e de acesso a serviços de saúde de qualidade.

Estudar a saúde da população nesse contexto é essencial, pois as intervenções precisam ser culturalmente sensíveis e adaptadas às necessidades específicas dos quilombolas. Compreender suas condições de vida, crenças e práticas de saúde permite o desenvolvimento de estratégias que não só respeitam suas tradições, mas também promovem melhores resultados de saúde. Além disso, envolve a garantia de que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas de maneira efetiva e respeitosa, fortalecendo, assim, a autonomia e o bem-estar comunitário. Estudar a saúde da população negra em um contexto culturalmente específico é um aspecto crucial para a formulação de intervenções eficazes e respeitosas. A compreensão das condições de vida, crenças e práticas dessas mulheres permite a elaboração de estratégias de saúde que são não apenas culturalmente aceitáveis, mas também adaptadas às suas necessidades únicas. Tal abordagem assegura que intervenções sejam mais eficazes, promovendo não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional e social. É fundamental garantir que as vozes dessas mulheres sejam ouvidas e que suas preocupações

sejam levadas em consideração no planejamento de políticas públicas e serviços de saúde. Isso pode ser alcançado por meio de processos participativos que envolvam as mulheres na tomada de decisões, assegurando que suas experiências e perspectivas orientem o desenvolvimento de soluções de saúde. Esse engajamento não só melhora os resultados de saúde, mas também fortalece a autonomia feminina e promove o bem-estar comunitário, criando um ciclo de empoderamento e melhoria contínua.

Contribuir para a melhoria da saúde dos quilombolas do Quilombo do Monte também tem um impacto mais amplo na comunidade, já que são elas que, muitas vezes, cuidam dos outros membros da família e desempenham um papel central na coesão social. Portanto, focar na saúde da população negra não apenas promove a equidade, mas também fortalece o tecido social da comunidade. Ao melhorar a saúde da população quilombola, garantimos que essas pessoas estejam mais capacitadas para desempenhar seu papel essencial na família e na comunidade. Com uma saúde robusta, eles podem oferecer melhor suporte emocional e físico para suas famílias, contribuindo para a educação dos filhos e participando ativamente de atividades comunitárias. Além disso, investir na saúde dos quilombolas promove a equidade, oferecendo a elas as ferramentas necessárias para buscar oportunidades econômicas e educacionais. Esse fortalecimento do papel feminino gera um efeito cascata, impactando positivamente a economia local, a educação e a coesão social, ao mesmo tempo que assegura um futuro mais promissor e saudável para a comunidade como um todo.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os quilombolas no Brasil enfrentam disparidades significativas na saúde, incluindo o maior risco de anemia falciforme. Assim, investigar essas questões é essencial para abordar desigualdades de saúde. A população negra no Brasil enfrenta uma série de desafios sociais e econômicos que afetam diretamente sua saúde. Essas disparidades são frequentemente alimentadas por fatores estruturais e históricos, que incluem o racismo sistemático e a falta de acesso adequado a serviços de saúde. Os quilombolas, em particular, estão em uma posição ainda mais vulnerável devido a interseções entre a classe e a raça. Os dados mostram que eles são mais propensos a enfrentar condições de saúde adversas, como anemia

falciforme, uma doença genética que afeta predominantemente pessoas de ascendência africana.

A anemia falciforme é apenas um exemplo das diferenças na saúde que podem ser observadas entre grupos raciais no país. Esta condição causa dor intensa e complicações graves, exigindo um manejo especializado e acesso frequente a cuidados de saúde. No entanto, o acesso a tais cuidados ainda é limitado para muitas mulheres negras devido a barreiras sociais, econômicas e institucionais. Fatores como discriminação racial nos serviços de saúde, menor nível de escolaridade, e condições socioeconômicas desfavoráveis contribuem para a perpetuação dessas desigualdades. As crises dolorosas e as complicações associadas exigem não apenas tratamento médico especializado, mas também um acompanhamento constante que deveria ser acessível a todos os indivíduos afetados. Contudo, muitas mulheres negras enfrentam barreiras significativas para obter cuidados de saúde adequados. A discriminação racial nos serviços de saúde pode se manifestar de diversas formas, desde o atendimento inadequado até a subestimação da dor relatada pelos pacientes. Além disso, níveis mais baixos de escolaridade impactam a capacidade de compreender plenamente as opções de tratamento e autocuidado, enquanto condições socioeconômicas desfavoráveis limitam o acesso a serviços de saúde de qualidade e à continuidade do tratamento. Esses fatores interconectados contribuem para um ciclo contínuo de desigualdade, onde as mulheres negras, em particular, são afetadas de maneira desproporcional, destacando a necessidade urgente de políticas mais inclusivas e equitativas no sistema de saúde.

Investigar e abordar essas questões é essencial para promover a equidade em saúde. Isso envolve não apenas a análise epidemiológica e clínica das doenças que afetam desproporcionalmente essa população, mas também uma abordagem holística que considere os determinantes sociais da saúde. Políticas públicas devem ser direcionadas para a melhoria do acesso aos cuidados e à formação de profissionais de saúde conscientes das especificidades culturais e raciais. Somente com tais medidas será possível reduzir as desigualdades e melhorar a saúde das mulheres negras no Brasil.

Abordar as desigualdades em saúde que afetam os quilombolas no Brasil exige uma compreensão ampla e integrada dos diferentes fatores em jogo. É essencial realizar uma análise epidemiológica detalhada para identificar as doenças

e condições que impactam mais severamente essa população. No entanto, é igualmente importante reconhecer os determinantes sociais da saúde, que incluem fatores como a pobreza, o acesso desigual à educação, a discriminação racial. Para enfrentar esses desafios, as políticas públicas precisam adotar uma abordagem multifacetada. Melhorar o acesso aos serviços de saúde é crucial, o que implica não apenas em aumentar a disponibilidade de cuidados médicos em comunidades marginalizadas, mas também em garantir que esses serviços sejam realmente acessíveis e acolhedores para os quilombolas. Isso pode incluir a redução de barreiras financeiras, geográficas e culturais que historicamente dificultam o acesso a cuidados adequados. Além disso, a formação de profissionais de saúde deve ser reformulada para incluir uma consciência mais profunda das especificidades culturais e raciais. Isso significa não apenas aprender sobre as condições médicas mais comuns nessa população, mas também desenvolver uma sensibilidade cultural que permita o atendimento empático e respeitoso. Ao integrar essas estratégias em um plano de ação coerente, será mais viável reduzir as desigualdades em saúde e promover equidade para os quilombolas no Brasil. Isso não só melhora a saúde individual, mas também fortalece o tecido social como um todo, criando uma sociedade mais justa e equitativa.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada neste estudo é a pesquisa descritiva, aplicada a população quilombola do Quilombo do Monte Recôncavo, em que serão delineados os métodos de coleta e análise de dados que nortearão a presente pesquisa. A pesquisa descritiva é uma abordagem eficaz para explorar as características de uma população específica, como a população negra no Quilombo do Monte Recôncavo. Nesta metodologia, buscamos compreender as dinâmicas sociais, culturais e econômicas presentes nesse contexto particular. A pesquisa descritiva permite explorar em profundidade as nuances da realidade vivida pelos quilombolas do Quilombo do Monte Recôncavo, proporcionando uma compreensão detalhada das suas experiências e desafios.

A metodologia qualitativa se concentra em explorar de maneira profunda as experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes a determinados fenômenos. A análise de conteúdo, por sua vez, é uma técnica que permite a identificação e interpretação de temas dentro dos dados coletados, oferecendo uma maneira estruturada de explorar padrões e insights. Neste estudo, a análise de conteúdo foi utilizada para identificar temas emergentes que refletem as principais preocupações e interesses relacionados ao tópico em questão. Com base nos temas identificados, foram propostas soluções que buscam abordar as questões levantadas, proporcionando um entendimento mais abrangente e detalhado do problema. Essa abordagem permite uma flexibilidade maior na adaptação das soluções às necessidades específicas dos contextos analisados, garantindo que as respostas sejam relevantes e eficazes. Ao focar na profundidade e na riqueza dos dados, a metodologia qualitativa e a análise de conteúdo colaboram para um entendimento holístico dos temas e para a criação de soluções bem fundamentadas. Ao empregar esses métodos, esta pesquisa visa não apenas compreender as experiências dos quilombolas do Quilombo do Monte Recôncavo, mas também contribuir para políticas públicas que promovam sua autonomia e bem-estar. O respeito pela cultura local e a participação ativa dos quilombolas no processo de pesquisa são pilares fundamentais dessa abordagem.

Este estudo é de natureza qualitativa, uma vez que se concentra na compreensão aprofundada das experiências dos quilombolas no Quilombo do Monte em relação à anemia falciforme e o acesso aos serviços de saúde. A pesquisa

qualitativa é apropriada para explorar a complexidade dessas questões de saúde, bem como os fatores culturais e sociais que as envolvem. A decisão de utilizar uma abordagem qualitativa neste estudo é especialmente relevante, considerando a necessidade de captar as nuances das experiências individuais e coletivas da população negra no Quilombo do Monte. Anemia falciforme é uma condição que afeta desproporcionalmente populações afrodescendentes, e compreender como essas mulheres vivenciam a doença e enfrentam barreiras no acesso aos serviços de saúde é crucial para desenvolver estratégias de intervenção que sejam culturalmente sensíveis e efetivas. Ao explorar o contexto cultural e social do Quilombo do Monte, é possível identificar como fatores como discriminação racial, desigualdade socioeconômica e tradições comunitárias moldam a maneira como as mulheres lidam com a doença. Essa metodologia não apenas amplifica as vozes desses quilombolas, frequentemente marginalizados em pesquisas quantitativas, mas também contribui para a construção de um conhecimento mais humanizado e contextualizado. Ao engajar diretamente com as experiências pessoais e coletivas, esta pesquisa pode informar políticas públicas mais inclusivas e a criação de programas de saúde que respeitem e integrem as práticas e conhecimentos locais.

Os participantes deste estudo serão os quilombolas do Quilombo do Monte, Bahia, que tenham ou tenham tido experiências com anemia falciforme. O estudo focará em mulheres negras do Quilombo do Monte, em São Francisco do Conde, na Bahia, que tenham vivenciado experiências relacionadas à anemia falciforme. A escolha dos participantes utilizará uma amostragem proposital, garantindo que as selecionadas apresentem variedade em termos de idade e histórico médico. Isso permitirá uma compreensão abrangente das condições de saúde e das experiências individuais destas mulheres, fornecendo dados ricos e relevantes para a pesquisa. Ao adotar este método, o estudo pretende capturar uma gama diversificada de perspectivas e impactos da anemia falciforme na vida destas mulheres, considerando suas especificidades culturais e socioeconômicas. A seleção de participantes será feita por amostragem proposital, considerando fatores como idade, histórico médico, e experiências específicas relacionadas às condições de saúde em questão.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Esses métodos permitirão a obtenção de informações detalhadas sobre as experiências das participantes, bem como suas percepções sobre a saúde,

o acesso aos serviços de saúde e as barreiras enfrentadas. As entrevistas e grupos focais serão conduzidos por um pesquisador treinado e sensível às questões de gênero e etnia. A metodologia de coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais oferece uma abordagem rica e aprofundada para explorar as experiências e percepções das participantes. As entrevistas semiestruturadas permitem uma interação flexível, onde o pesquisador pode adaptar as perguntas para explorar temas emergentes durante a conversa. Isso é particularmente útil para obter informações individuais profundos sobre questões de saúde e barreiras de acesso. Por outro lado, os grupos focais proporcionam uma dinâmica de grupo que pode revelar aspectos coletivos das experiências das participantes. As discussões em grupo permitem que as participantes reflitam sobre suas experiências pessoais e ouçam as de outras, o que pode provocar novas percepções e ideias. Essa troca de informações pode destacar aspectos culturais e sociais que influenciam o acesso aos serviços de saúde. Isso garante que as participantes se sintam à vontade para compartilhar suas histórias e experiências sem medo de julgamento ou discriminação. A empatia e a compreensão cultural do pesquisador podem facilitar a construção de um ambiente de confiança, essencial para a coleta de dados de qualidade.

A análise de dados foi realizada seguindo uma abordagem de análise de conteúdo. As entrevistas e os grupos focais foram gravados, transcritos e, em seguida, analisados para identificar temas e padrões emergentes relacionados à saúde da mulher negra no Quilombo do Monte. A análise será realizada de forma sistemática, com a codificação e categorização dos dados para identificar questões-chave e propostas de soluções. A abordagem de análise de conteúdo permite uma compreensão aprofundada das nuances e complexidades associadas à saúde da mulher negra no Quilombo do Monte. Através do processo de codificação, os dados serão organizados em categorias que destacam os principais temas e padrões emergentes. Isso facilitará a identificação das questões-chave que afetam essa comunidade específica. A partir dessas categorias, será possível desenvolver propostas de soluções que sejam culturalmente sensíveis e relevantes, refletindo as vozes e necessidades das mulheres do quilombo. Esse método sistemático não só destaca as dificuldades enfrentadas, mas também potencializa a participação da comunidade na criação de soluções significativas e sustentáveis.

Apesar da relevância desse estudo, é preciso reconhecer que este estudo de

caso tem limitações inerentes, como o tamanho da amostra restrito a uma comunidade específica. No entanto, a pesquisa visa oferecer uma compreensão profunda das questões de saúde das mulheres negras no Quilombo do Monte e pode servir como base para pesquisas futuras mais amplas. O estudo de caso, apesar das limitações, como a amostra restrita a uma comunidade específica, apresenta uma oportunidade valiosa para explorar temas essenciais de forma mais aprofundada. A escolha do Quilombo do Monte permite destacar as particularidades das questões de saúde enfrentadas pelas mulheres negras nesse contexto, evidenciando desafios que podem ser generalizados a outras comunidades similares. A relevância do estudo está na sua capacidade de iluminar aspectos muitas vezes negligenciados em pesquisas de saúde mais amplas. Ao focar em um grupo específico, a pesquisa oferece insights que podem não apenas informar políticas de saúde pública mais inclusivas, mas também sensibilizar profissionais da saúde sobre a necessidade de abordagens mais culturalmente competentes. Além disso, os resultados podem funcionar como uma referência valiosa para o desenvolvimento de estudos mais abrangentes no futuro, incentivando outras pesquisas que adotem uma perspectiva interseccional. Essa abordagem poderia, eventualmente, fomentar intervenções e políticas que atendam de forma mais eficaz às necessidades de saúde dessas comunidades.

É crucial que a comunidade científica reconheça essas limitações e veja o estudo como um ponto de partida, ampliando o escopo em pesquisas subsequentes para incluir uma maior diversidade de amostras e contextos. Assim, poderemos construir um panorama mais completo e inclusivo das questões de saúde das mulheres negras em diversas regiões.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A anemia falciforme (AF) é uma doença genética que resulta em uma alteração na forma dos glóbulos vermelhos, fazendo com que eles adquiram uma aparência de foice. Esta forma anômala impede o transporte eficiente de oxigênio e pode causar bloqueios nos vasos sanguíneos, levando a complicações graves. A condição é causada por uma mutação no gene da β -globina, e é a mais prevalente doença hereditária de hemoglobina em todo o mundo. A relação entre a anemia falciforme e a resistência à malária já foi amplamente estudada. Acredita-se que as células em formato de foice oferecem uma barreira natural à proliferação do *Plasmodium*, o parasita responsável pela malária. Isso explica a alta incidência da doença em regiões onde a malária é endêmica, como a África equatorial (Monteiro *et al.*, 2015).

A Anemia Falciforme é de fato um problema de saúde pública global, particularmente em regiões com altas taxas de população afrodescendente. No continente africano, onde a doença se originou, a mortalidade infantil associada à Anemia Falciforme é alarmante, devido à falta de diagnóstico e tratamento adequados. A difusão da doença ocorreu em grande parte através do tráfico de escravos, que levou a genética da condição a outras regiões do mundo. No Brasil, a forte presença de afrodescendentes resulta em uma prevalência significativa da Anemia Falciforme, especialmente nas regiões sudeste e nordeste. Estima-se que entre 0,1 a 0,3% da população brasileira viva com a condição, o que representa um desafio para a saúde pública no país. A presença considerável de novos casos anualmente demonstra a necessidade de políticas públicas eficazes voltadas para o diagnóstico precoce e tratamento adequado, a fim de mitigar o impacto da doença na qualidade de vida dos afetados (Hokazono, 2011). A crescente incidência e a morbimortalidade associadas à Anemia Falciforme destacam a urgência de implementar programas de saúde eficazes, não apenas para reduzir a mortalidade infantil, mas também para melhorar a vida dos adultos que vivem com a doença. Educação em saúde, triagem neonatal e acesso a tratamentos eficazes são essenciais para enfrentar esse desafio de saúde pública no Brasil e no mundo.

No Brasil, a presença significativa de afrodescendentes, em razão da imigração, contribui para a existência de casos de anemia falciforme. A condição afeta gravemente a qualidade de vida dos portadores, exigindo acompanhamento médico especializado e acesso a tratamentos que possam amenizar os sintomas e prevenir

complicações. Embora não haja cura definitiva, um manejo apropriado é fundamental para reduzir a mortalidade e melhorar o prognóstico dos indivíduos afetados. O cenário atual destaca a importância de políticas de saúde pública que incluam diagnóstico precoce e tratamento adequado para essa condição, visando uma melhor qualidade de vida dos pacientes.

A sociologia da saúde examina como fatores sociais, culturais, econômicos e históricos influenciam a saúde e as doenças em sociedades diversas. No contexto da anemia falciforme, podemos explorar a interseção entre genética, raça e determinantes sociais da saúde. A anemia falciforme, sendo uma doença genética predominante entre afrodescendentes, enseja discussões sobre desigualdades raciais no acesso a cuidados de saúde adequados, diagnóstico e tratamento eficaz. A prevalência da anemia falciforme no Brasil entre a população afrodescendente ressalta a importância de políticas públicas voltadas para grupos historicamente marginalizados. A sociologia da saúde oferece a perspectiva de que desigualdades na saúde não são meramente o produto de biologia, mas também de estruturas sociais que podem agravar ou mitigar os efeitos de condições como a anemia falciforme. Fatores como pobreza, discriminação e acesso desigual aos serviços de saúde podem exacerbar o impacto da doença, limitando as oportunidades de tratamento precoce e manejo adequado dos sintomas. Além disso, a sociologia da saúde também investiga como a cultura e as tradições influenciam a percepção e o manejo da doença. Comunidades afrodescendentes podem ter práticas ou crenças específicas que moldam sua experiência e resposta à anemia falciforme, indicando a necessidade de abordagens culturalmente sensíveis na prestação de cuidados. Portanto, ao investigar a anemia falciforme sob a lente da sociologia da saúde, é fundamental considerar a inter-relação entre fatores genéticos e contextos sociais mais amplos. Esta abordagem permite uma compreensão mais holística da doença e pavimenta o caminho para soluções que abordem não apenas os aspectos biomédicos, mas também as injustiças sociais subjacentes que perpetuam disparidades na saúde.

No contexto da anemia falciforme, essa abordagem teórica permite uma análise mais abrangente da doença, considerando não apenas os aspectos biomédicos, mas também as dinâmicas sociais que impactam os indivíduos afetados. Um dos conceitos centrais na sociologia da saúde é a desigualdade social em saúde, que se refere às diferenças sistemáticas em saúde entre diferentes grupos sociais. A anemia falciforme, por sua prevalência entre a população afrodescendente no Brasil,

exemplifica como fatores históricos e socioeconômicos, como o racismo estrutural, contribuem para disparidades em saúde. A marginalização e a limitada acessibilidade aos recursos de saúde adequados para o diagnóstico e tratamento são aspectos que afetam diretamente as pessoas com anemia falciforme, acentuando as desigualdades já existentes. Além disso, a teoria do determinismo social da saúde enfatiza que as condições sociais e econômicas são determinantes principais da saúde. No caso da anemia falciforme, muitos pacientes enfrentam desafios econômicos e sociais que podem agravar sua condição, como acesso limitado a cuidados de saúde de qualidade e suporte social inadequado.

A interação entre cultura e saúde é outro tópico relevante. As crenças e práticas culturais da comunidade afrodescendente influenciam como a doença é percebida e tratada. O reconhecimento e a integração dessas práticas na abordagem de cuidados podem melhorar a eficácia dos tratamentos e o bem-estar geral dos pacientes. A sociologia da saúde também aborda o papel das políticas públicas na gestão de doenças. A implementação de políticas que visem a inclusão social e a equidade no cuidado de saúde, especificamente adaptadas às necessidades das comunidades afetadas, pode trazer melhorias significativas. No Brasil, iniciativas que aumentem a conscientização sobre a anemia falciforme e melhorem o acesso a diagnósticos e tratamentos são essenciais para mitigar os impactos sociais da doença. Assim, a utilização de um referencial teórico da sociologia da saúde no estudo da anemia falciforme permite um entendimento profundo das interações complexas entre condições socioeconômicas, políticas públicas e saúde, além de destacar a importância de abordagens de saúde que considerem o contexto social e cultural dos indivíduos.

Os determinantes sociais da saúde, como status socioeconômico, educação e acesso a serviços de saúde, também têm um impacto significativo. Comunidades marginalizadas muitas vezes vivem em condições que exacerbam problemas de saúde, como pobreza e falta de informação, o que pode resultar em diagnósticos tardios e cuidados inadequados para condições como a anemia falciforme. Aspectos culturais influenciam a percepção e o manejo da doença. Em comunidades onde a medicina tradicional é prevalente, pode haver desconfiança em relação à medicina ocidental, levando a uma subutilização dos serviços de saúde convencionais. Historicamente, a distribuição geográfica da anemia falciforme é um lembrete das migrações forçadas durante a escravidão, que levaram a diásporas africanas em todo

o mundo. Isso tem implicações para a forma como a condição é identificada e tratada em diferentes contextos nacionais, sendo muitas vezes necessária uma sensibilização cultural nos sistemas de saúde para proporcionar cuidados equitativos.

Assim, compreender a anemia falciforme através da lente da sociologia da saúde requer uma abordagem holística que considere os determinantes sociais, visando a promoção de políticas que assegurem acesso igualitário e tratamento adequado para todas as comunidades afetadas. Nessa proposta de pesquisa, vamos enfatizar alguns conceitos teóricos que estão atravessados no tema principal, “Anemia falciforme: uma análise da saúde da mulher negra no Quilombo Do Monte, Estado Da Bahia”.

3.1 CONCEITO DE QUILOMBO

O conceito de quilombo no Brasil evoluiu ao longo do tempo, transcorrendo de simples acampamentos para constituir verdadeiros símbolos de resistência e luta pela liberdade. Quilombos eram formados por escravos fugidos que buscavam refúgio e uma vida livre, longe da opressão das fazendas e engenhos coloniais. Essas comunidades tinham estrutura social e política própria, onde diversas culturas africanas se mesclavam, preservando tradições ancestrais. Alguns quilombos, como o famoso Quilombo dos Palmares, chegaram a ter milhares de habitantes e desafiaram o sistema escravocrata por décadas. Assim, os quilombos representam não apenas o anseio por liberdade, mas também a capacidade de autossuficiência e resiliência das populações afro-brasileiras. Hoje, quilombos são reconhecidos como parte importante do patrimônio cultural e histórico do Brasil, sendo suas terras protegidas e suas histórias celebradas como parte fundamental da identidade nacional. Segundo Darcy Ribeiro (1995), em sua obra "O Povo Brasileiro", a palavra quilombo provém do termo bantu '*kilombo*', que designa um acampamento de caçadores. Por esse motivo, no Brasil, o termo “quilombo” ganhou o sentido de aldeia, de assentamento de escravos fugidos.

Os quilombos representam um capítulo importante da história do Brasil, pois simbolizam a resistência e a busca pela liberdade em meio à opressão. Eduardo de Oliveira enfatiza a importância de Palmares, não apenas como um refúgio, mas como um movimento associado à luta por direitos e igualdade social.

O Quilombo dos Palmares, em particular, foi o maior e mais emblemático

desses refúgios, localizado na região que hoje corresponde ao estado de Alagoas. Ele tornou-se um símbolo não apenas da resistência negra, mas também da capacidade organizacional e política de seus líderes. O autor Eduardo de Oliveira (2001), em sua obra intitulada "Quilombo dos Palmares: Símbolo de Liberdade", explica que os quilombos eram os antigos refúgios de negros os quais fugiam da escravidão e lutavam por liberdade e justiça social.

Gilberto Freyre (1933), em sua famosa obra "Casa-grande & Senzala", usa o termo quilombo para designar os escravos fugitivos. Em "Casa-grande & Senzala", Gilberto Freyre aborda a complexa estrutura social do Brasil colonial, explorando aspectos da cultura, sociedade e relações raciais. A obra realmente menciona quilombos, que eram comunidades formadas por escravos fugitivos. Esses quilombos serviam como refúgios, oferecendo segurança e autonomia longe da opressão das plantações. Freyre utiliza o conceito de quilombo para ilustrar a resistência dos escravos ao sistema escravocrata e a formação de uma identidade cultural distinta. Além de ser um foco de resistência, os quilombos também representam a busca por liberdade e preservação de tradições africanas. A análise de Freyre contribui para uma compreensão mais profunda da função dos quilombos na história brasileira, destacando sua importância como espaços de resistência.

O autor Muniz Sodré (1989), explica que os quilombos eram núcleos de organização e comunicação que concentravam os negros fugitivos. Segundo a Enciclopédia Negra (2003), o quilombo era uma comunidade formada por escravos fugitivos que buscavam liberdade e autonomia, e que também abrigavam afrodescendentes que nunca foram escravizados. Muniz Sodré descreve os quilombos como importantes núcleos de organização e comunicação para negros fugitivos. Esses espaços, conforme relatado na Enciclopédia Negra, serviam como refúgios para escravos em busca de liberdade e autonomia. Além disso, aceitavam afrodescendentes que não haviam sido escravizados, ampliando sua função de resistência e preservação cultural. Os quilombos não apenas representavam uma fuga do sistema opressor, mas também se tornaram fundamentais na formação de identidades e culturas distintivas. Neste contexto, eles simbolizavam resiliência e o anseio por uma vida digna e autônoma.

Os quilombos desempenharam um papel fundamental na resistência à escravidão. Eles representaram uma forma de luta contra a opressão e a exploração, e muitos quilombolas defendiam sua liberdade com coragem. A

resistência quilombola contribuiu para a desestabilização do sistema escravagista no Brasil e a posterior abolição da escravidão em 1888 (Silva, 2010). A presença e a resistência contínua dos quilombolas contribuíram para questionar a legitimidade do sistema escravista, instigando debates e tensões que eventualmente pressionaram pela abolição formal da escravidão em 1888. Assim, os quilombos não apenas ofereceram um refúgio para os que fugiam da escravidão, mas também desempenharam um papel crucial na luta pela liberdade e no processo mais amplo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A história dos quilombos no Brasil é entrelaçada com a saga dos africanos capturados e trazidos como escravizados para o país. A captura brutal, o comércio transatlântico de escravizados e a subsequente escravidão no Brasil moldaram as experiências dessas situações, deixando um legado de resistência que se manifestou na formação de quilombos. Os quilombos não apenas desafiavam a ordem estabelecida, mas também serviam como locais de preservação cultural. Dentro dessas comunidades, tradições africanas eram mantidas vivas, e novas identidades eram forjadas através da fusão de diversas culturas africanas e indígenas. Isso contrasta com a tentativa dos colonizadores de apagar as culturas africanas, demonstrando a resiliência dos quilombolas.

No período colonial, milhões de africanos foram arrancados de suas terras natais, submetidos a condições desumanas durante a travessia pelo Atlântico e provocados ao trabalho escravo nas plantações brasileiras. Esse contexto de opressão serviu de especial para a resistência, semeando as sensações dos quilombos (Reis; Gomes, 1996). No período colonial, milhões de africanos foram forçados a deixar suas terras natais, enfrentando uma jornada brutal através do Atlântico, onde foram submetidos a condições desumanas. Ao chegarem ao Brasil, eram explorados como mão de obra escrava em plantações, formando a base econômica da colônia. Diante de tanta opressão, a resistência tornou-se inevitável e manifesta na criação dos quilombos. Esses quilombos eram comunidades formadas por escravizados fugidos, que buscavam liberdade e um espaço para reconstruir suas vidas longe da repressão colonial. A formação dos quilombos representa não apenas uma fuga do sistema escravista, mas também uma rejeição cultural e social das condições impostas. Eram espaços de autonomia, onde era possível preservar tradições africanas e ressignificar identidades. A resistência quilombola se tornou um símbolo potente de luta contra a injustiça e a busca por justiça social.

Com a abolição da escravidão em 1888, muitos negros buscaram a libertação, e algumas comunidades decidiram formar autonomias conhecidas como quilombos. Esses locais, muitas vezes situados em regiões remotas e de difícil acesso, representavam não apenas refúgios financeiros, mas também espaços onde a cultura africana e a liberdade eram preservadas (Santos; Guerola, 2021). Com a abolição da escravidão em 1888, muitos negros recém- libertos enfrentaram desafios significativos para a verdadeira libertação. Sem apoio governamental adequado, muitos buscavam alternativas para construir uma vida digna, resultando na formação de quilombos. Esses espaços, situados em áreas remotas ou de difícil acesso, não apenas ofereciam abrigo contra a opressão contínua, mas também se tornaram centros vitais de resistência cultural e social. Nos quilombos, as tradições africanas e a identidade cultural eram mantidas e celebradas, servindo como um meio de fortalecer a comunidade. Além disso, suas economias internas frequentemente baseadas em cooperação mútua, permitiam uma certa autonomia financeira em relação à sociedade excludente da época. Esses quilombos se tornaram símbolos duradouros de resistência e resiliência, refletindo a capacidade dos afro-brasileiros de criar espaços de liberdade em um contexto historicamente adverso, desafiando o status quo e preservando valores fundamentais de sua herança cultural.

Houve inúmeros quilombos em todo o Brasil, mas alguns se destacam, a exemplo do Quilombo dos Palmares em Alagoas, e o Quilombo do Rio dos Macacos, na Bahia. O Quilombo dos Palmares é um dos quilombos mais famosos e duradouros da história do Brasil. Localizado na atual região de Alagoas, Palmares existiu por aproximadamente 100 anos, sendo um símbolo de resistência quilombola. Localizado no estado da Bahia, o Quilombo do Rio dos Macacos é um exemplo de comunidade quilombola que ainda existe nos dias de hoje.

Essas diferentes definições representam uma variedade de perspectivas sobre os termos "quilombo" e "quilombola" ao longo da história, destacando sua associação com comunidades de escravos fugitivos e seu significado mais amplo como símbolos de resistência, liberdade e independência no contexto da história afro-brasileira. Os termos "quilombo" e "quilombola" têm profundas raízes históricas e culturais no Brasil, remontando ao período colonial. Originalmente, os quilombos eram comunidades formadas por escravos fugitivos que buscavam escapar da opressão do sistema escravocrata. Essas comunidades eram frequentemente localizadas em áreas remotas e de difícil acesso, permitindo maior autonomia e

autossuficiência aos seus habitantes. Mais do que apenas refúgios, os quilombos representavam uma forma de resistência ativa contra a injustiça e a brutalidade do regime escravocrata. Com o tempo, o significado de "quilombo" evoluiu. Hoje, além de se referir às comunidades formadas por descendentes de escravos, o termo carrega uma forte carga simbólica de liberdade, resistência e luta por direitos. As comunidades quilombolas contemporâneas continuam a enfrentar desafios para garantir seus direitos à terra e à cultura, mas permanecem como importantes guardiãs da herança africana no Brasil. A luta dos quilombolas reflete um contínuo esforço pela igualdade e pelo reconhecimento, mantendo viva a memória de seus antepassados e a busca incessante por justiça social.

As comunidades quilombolas têm suas raízes na história da escravidão no Brasil. Durante o período de tráfico transatlântico de escravos, que durou do século XVI até o século XIX, milhões de africanos foram trazidos para o Brasil (Silva, 2010). Eles foram forçados a trabalhar nas plantações de açúcar, café, minas e em outras atividades econômicas. Muitos escravos fugiam das condições degradantes e buscavam refúgio em áreas remotas do país, onde formavam comunidades autossustentáveis conhecidas como quilombos.

O Quilombo, segundo Santos e Guerola (2021), é mais que um local geográfico; é um processo em constante evolução, marcado pela resistência e preservação cultural. Essa visão é respaldada por autores como Gomes (2021), que destaca a dinâmica contínua da identidade quilombola, forjada na luta histórica e na manutenção de tradições. O conceito de Quilombo transcende o simples entendimento de um espaço físico fixo e é visto como um processo social e cultural em constante evolução. Este conceito é multidimensional, pois envolve aspectos de resistência, resistência essa que não se limita apenas à luta contra a opressão histórica, mas também inclui a preservação e a contínua renovação das tradições e da identidade cultural. A identidade quilombola, portanto, é dinâmico e é moldado por lutas históricas que visavam garantir autonomia e vivência digna às comunidades negras marginalizadas. Dentro das comunidades quilombolas, as tradições culturais são vivas e se adaptam às novas realidades sociais e políticas, garantindo a transmissão de saberes ancestrais e a fortificação das raízes culturais. O Quilombo, por isso, não é apenas um símbolo de resistência, mas um testemunho da força e resiliência de um povo que continuamente redefine seu lugar no mundo.

A trajetória histórica dos quilombos no Brasil é marcada por uma resiliência

notável, desde as duras condições da escravidão até a busca pela autonomia nos dias atuais. A luta por reconhecimento, direitos e preservação cultural representa uma continuidade desse legado, demonstrando que os quilombos não são apenas espaços geográficos, mas também testemunhos vivos da história e da resistência afro-brasileira. As comunidades quilombolas geralmente são caracterizadas por estruturas sociais baseadas na solidariedade e na igualdade. Os quilombos contribuem para a preservação da cultura e línguas africanas e para a sua incorporação à cultura brasileira (Silva, 2010). Assim, os quilombos estabelecem um vínculo com a terra como elemento central de sua identidade.

As comunidades quilombolas preservaram muitos aspectos de sua cultura de origem africana, incluindo música, dança, culinária, religiões afro-brasileiras, artesanato e tradições orais (Leite, 2010). A capoeira, uma forma de arte marcial afro-brasileira que também é uma expressão cultural, tem raízes nos quilombos. As comunidades quilombolas no Brasil são verdadeiros repositórios vivos de diversas práticas culturais africanas. Estas comunidades, formadas por descendentes de africanos escravizados, conseguiram manter e adaptar elementos significativos de suas práticas culturais e religiosas ao longo dos séculos, resistindo às pressões de assimilação cultural. Entre as manifestações culturais preservadas estão a música e a dança, que desempenham papéis centrais nas celebrações e rituais comunitários.

A pesquisa de Gomes (2021) enriquece a compreensão do Quilombo ao retratá-lo como um processo dinâmico, envolvendo não apenas resistência, mas também adaptação e reinvenção cultural. Esta perspectiva amplia a visão convencional de resistência, mostrando que os Quilombos são espaços vivos, onde as práticas culturais se transformam continuamente. O estudo ressalta como a identidade quilombola é expressa através das experiências diárias e das manifestações culturais, comparando este movimento constante a uma sinfonia sonora que permeia a vida comunitária. Esta abordagem revela que os Quilombos não são apenas locais de resistência histórica, mas também centros de inovação cultural e social, onde a tradição e a modernidade se encontram e se mesclam de maneiras únicas. Essa complexidade oferece uma visão mais rica sobre o significado de ser quilombola hoje, destacando a importância de compreender esses territórios não apenas em termos de resistência, mas também em termos de criação e expressão cultural contínua. Nesse contexto, o Quilombo se revela como uma música sonora que se manifesta nas tramas cotidianas e nas expressões culturais

da comunidade.

As manifestações culturais, como abordadas por Gomes (2021) e Santos e Guerola (2021), demonstram uma riqueza da cultura quilombola. Contudo, os desafios contemporâneos são evidenciados por Pinto (2022), destacando conflitos ambientais e sociais enfrentados pelo Quilombo. As manifestações culturais das comunidades quilombolas são uma demonstração vibrante da rica herança cultural e histórica que essas comunidades carregam. Elas incluem desde práticas artísticas, como a dança e a música, até tradições orais e festividades que celebram a ancestralidade africana. Essas manifestações não apenas preservam a identidade quilombola, mas também fortalecem os laços comunitários e promovem o orgulho e a resistência cultural. No entanto, as comunidades quilombolas enfrentam desafios significativos nos dias atuais. Conflitos relacionados à terra são uma das questões principais, uma vez que muitos quilombos ainda lutam por reconhecimento legal e demarcação de seus territórios. Além disso, há pressões sociais e ambientais que ameaçam a sobrevivência das tradições quilombolas. O desmatamento e a degradação ambiental impactam diretamente os recursos naturais dos quais essas comunidades dependem para viver e preservar suas práticas culturais. A urbanização crescente e as políticas públicas insuficientes também representam desafios, dificultando o acesso a direitos básicos como educação, saúde e infraestrutura.

Embora as manifestações culturais continuem sendo uma fonte de resistência e espírito comunitário, a luta por sobrevivência e preservação dessas tradições enfrenta obstáculos significativos, exigindo uma abordagem integrada de reconhecimento e apoio por parte da sociedade e do governo. As comunidades quilombolas desempenham um papel vital na preservação da diversidade cultural e étnica do Brasil. Elas também são guardiãs de conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais, agricultura sustentável e técnicas de construção. Além disso, as comunidades quilombolas continuam a lutar pela preservação de suas terras e direitos, uma vez que muitas delas ainda enfrentam ameaças de deslocamento devido a pressões econômicas e ambientais (Leite, 2010).

O conceito de quilombo na Constituição de 1988 é abordado no contexto dos direitos das comunidades quilombolas, historicamente formadas por descendentes de africanos escravizados que fugiram e estabeleceram comunidades autônomas. No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a

Constituição reconhece o direito à terra para as comunidades remanescentes de quilombos, afirmando que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Esse reconhecimento é significativo pois dá base legal para a regularização fundiária e proteção dos direitos territoriais dessas comunidades, promovendo sua cultura, identidade e modos de vida tradicionais (Brasil, 1988). O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) garante a essas comunidades o direito à propriedade das terras que tradicionalmente ocupam, reconhecendo sua importância histórica e cultural. Esse reconhecimento visa reparar injustiças históricas e fortalecer a identidade e autonomia dessas comunidades. A legislação e políticas públicas subsequentes foram desenvolvidas para viabilizar a titulação e proteção desses territórios, buscando assegurar os direitos culturais e territoriais das comunidades quilombolas no Brasil.

O Artigo 68 do ADCT é um marco significativo na luta por justiça social e reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil. Estabelecendo o direito à propriedade das terras que tradicionalmente ocupam, este artigo reconhece não apenas a importância histórica e cultural dessas comunidades, mas também sua contribuição para a diversidade cultural brasileira (Brasil, 1988). Ao garantir a titulação das terras, o Artigo 68 busca corrigir injustiças históricas cometidas contra os quilombolas, que, por séculos, sofreram discriminação e exclusão sistemática. O reconhecimento formal dos seus direitos territoriais é essencial para fortalecer a identidade cultural dessas comunidades e promover sua autonomia.

Desde a promulgação desse artigo, diversas legislações e políticas públicas foram desenhadas para apoiar a implementação desse direito constitucional. Elas incluem mecanismos para mapear e proteger territórios ocupados por comunidades quilombolas, assegurando que seus modos de vida e tradições culturais sejam respeitados e preservados. No entanto, os desafios persistem. A burocracia, conflitos fundiários e a falta de recursos são obstáculos contínuos que dificultam a plena realização dos direitos garantidos pelo Artigo 68. A contínua mobilização social e o fortalecimento de instituições responsáveis pela regularização fundiária são cruciais para avançar na proteção dos direitos quilombolas. Assim, o reconhecimento legal das terras quilombolas não só busca reparar injustiças históricas, mas também cria uma base para o fortalecimento das comunidades,

garantindo-lhes segurança, identidade e continuidade cultural para as futuras gerações.

A expressão "remanescente das comunidades de quilombos", introduzida na Assembleia Constituinte de 1988, simboliza muito mais do que uma reivindicação territorial (Brasil, 1988). Ela reflete a luta pela reparação histórica e reconhecimento cultural dos afro-brasileiros, resgatando a importância dos quilombos como espaços de resistência e preservação da identidade negra. Ao reinserir o quilombo no debate público, emergem temas não apenas de posse de terra, mas também de justiça social e identidade cultural. Essas comunidades são vistas como ícones da resistência à opressão histórica, servindo de referência para discussões sobre inclusão, igualdade e direitos civis no Brasil contemporâneo.

Os quilombos, portanto, representam a luta contínua por reconhecimento e valorização da contribuição dos afro-brasileiros para o país. Sua relevância vai além da dimensão legal ou territorial, englobando um movimento maior de afirmação cultural e reparação histórica, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essas comunidades mantêm vivas tradições, práticas e saberes ancestrais que fundamentam a identidade de muitos brasileiros. O fortalecimento e reconhecimento dos quilombos promovem não apenas a justiça social, mas também uma valorização da diversidade cultural que compõe o tecido social do Brasil. Ao abraçar a herança quilombola, a sociedade brasileira dá passos importantes em direção à reconciliação e à reparação das injustiças históricas sofridas pela população afrodescendente. Promover políticas públicas que assegurem os direitos dos quilombolas e investir em sua infraestrutura são medidas cruciais para garantir sua autonomia e desenvolvimento. Além disso, a educação sobre a história e a cultura afro-brasileira é essencial para fomentar o respeito e a empatia, combatendo preconceitos enraizados. Dessa forma, os quilombos não apenas se erguem como bastiões de resistência e memória, mas também como pilares de uma sociedade que se esforça para ser mais justa e inclusiva, reconhecendo e valorizando a contribuição inestimável dos afro-brasileiros para o país.

3.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As comunidades quilombolas representam uma parte vital da história e da cultura brasileiras. No contexto contemporâneo, essas comunidades são

reconhecidas tanto pela resistência quanto pela luta por direitos e reconhecimento. Originadas durante o período colonial, os quilombos eram formados por africanos escravizados que fugiram das condições opressoras das fazendas, engenhos e cidades. O mais conhecido deles, o Quilombo dos Palmares, tornou-se um símbolo de luta e libertação.

No Brasil atual, as comunidades quilombolas enfrentam desafios significativos, principalmente relacionados à posse de terra, preservação cultural e acesso a serviços essenciais. Mesmo com a Constituição de 1988 garantindo o direito à terra e identidade cultural, a implementação de políticas públicas efetivas tem sido lenta e enfrenta muitas barreiras. A regularização fundiária permanece como uma das principais demandas, pois muitas comunidades vivem sob ameaça de despejo e enfrentam conflitos territoriais devido ao agronegócio e projetos de infraestrutura. Além dos desafios territoriais, as comunidades quilombolas frequentemente lidam com exclusão social e dificuldades econômicas. Em muitos casos, a falta de acesso à educação de qualidade, saúde e saneamento básico perpetua ciclos de pobreza e marginalização. Organizações governamentais e não governamentais têm trabalhado para melhorar essas condições, mas o progresso é desigual e, muitas vezes, insuficiente. Por outro lado, as comunidades quilombolas também são protagonistas na preservação de tradições culturais, práticas agrícolas sustentáveis e conhecimentos ancestrais. Essa resistência cultural é parte essencial da identidade quilombola e contribui para a diversidade cultural do Brasil. Festividades, danças, música e religiões de matriz africana são algumas das manifestações culturais que ampliam a rica tapeçaria cultural do país.

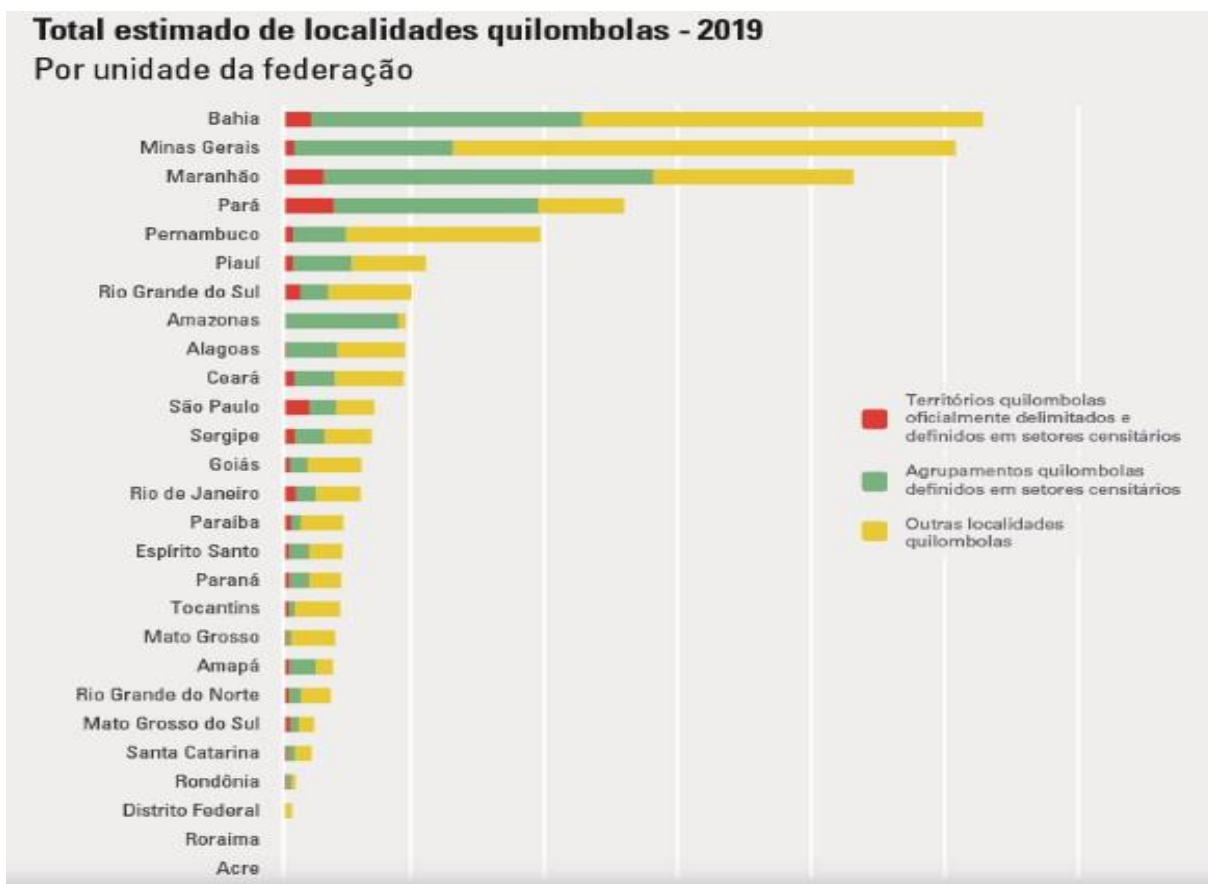
O movimento quilombola contemporâneo não só busca por direitos e reconhecimento, mas também por uma maior visibilidade e voz nas decisões políticas que afetam suas vidas. A mobilização, tanto a nível local quanto nacional, tem se mostrado crucial para pressionar por mudanças e garantir que suas demandas sejam atendidas. Portanto, as comunidades quilombolas são um testemunho do legado de resistência e busca por justiça social no Brasil. A ampliação do reconhecimento e respeito aos seus direitos é essencial não apenas para a justiça histórica, mas também para a construção de um Brasil mais inclusivo e plural.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio de um estudo recente, trouxe à tona dados significativos sobre as comunidades

quilombolas no Brasil. De acordo com as informações divulgadas em 2022, o país abriga um total de 5.972 localidades quilombolas (IBGE, 2023). Essas informações foram obtidas a partir da base territorial do próximo Censo e do Censo de 2022, e o estudo representa um marco importante na identificação e reconhecimento dessas comunidades. Esta pesquisa, baseada na base territorial do próximo Censo e no Censo de 2022, serve como um marco no reconhecimento e na identificação dessas comunidades. A coleta de informações detalhadas sobre as comunidades quilombolas é essencial não só para valorizar a rica herança cultural dessas populações, mas também para embasar políticas públicas que promovam a inclusão social e econômica. Além disso, o reconhecimento oficial fortalece a luta por direitos territoriais e culturais, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. O levantamento do IBGE, portanto, representa não apenas um avanço estatístico, mas também um passo importante na promoção da justiça e igualdade social no Brasil.

O levantamento feito pelo IBGE destaca a presença expressiva de comunidades quilombolas em diversas regiões do Brasil, refletindo a rica diversidade cultural e histórica do país. Essas comunidades, que são herdeiras da resistência africana contra a escravidão, mantêm vivas tradições e modos de vida que se perpetuam por gerações. O reconhecimento oficial dessas comunidades é um passo crucial para a garantia de direitos e implementação de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, inclusão social e preservação cultural. A sistematização desses dados contribui para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados por essas comunidades, como acesso a serviços básicos, educação e saúde. Ademais, reforça a importância de promover a igualdade racial e o respeito à identidade quilombola, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas no desenvolvimento nacional.

Figura 1 - Localidades quilombolas por unidade da federação em 2019



Fonte: IBGE (2023).

O estudo do IBGE também destaca que a próxima edição do Censo irá marcar a primeira vez em que a população que se considera quilombola será identificada. Até então, não havia uma estimativa precisa dessa população, mas a pesquisa revela que as localidades quilombolas estão espalhadas por 1.672 municípios brasileiros, o que representa mais que o dobro do número de localidades indígenas no país, que somam 827 (IBGE, 2022). A inclusão da identificação da população quilombola na nessa edição do Censo do IBGE representa um avanço significativo no reconhecimento dessas comunidades no Brasil. Anteriormente, a ausência de dados precisos limitava a compreensão das necessidades e realidades enfrentadas por essas populações. Compostas por descendentes de africanos escravizados que estabeleceram comunidades em áreas remotas, os quilombolas têm uma rica herança cultural e histórica. A pesquisa preliminar indica a presença de localidades quilombolas em 1.672 municípios brasileiros, evidenciando sua ampla distribuição geográfica. Esse número é significativamente maior que o das localidades indígenas, que totalizam 827. Esse levantamento não apenas destaca a importância demográfica dos quilombolas,

mas também reforça a necessidade de políticas públicas que atendam suas demandas específicas. O reconhecimento oficial no Censo deve facilitar a alocação de recursos e a implementação de iniciativas voltadas à preservação de seu patrimônio cultural e à melhoria de suas condições de vida.

Dentre as 5.972 localidades quilombolas, 404 são oficialmente reconhecidas como territórios quilombolas, 2.308 são denominados agrupamentos quilombolas e 3.260 são identificadas como outras localidades quilombolas (IBGE, 2022). Importante notar que, dentre os agrupamentos, 709 estão localizados dentro dos territórios quilombolas oficialmente delimitados, enquanto 1.599 estão fora dessas terras (IBGE, 2022). Apesar de 404 localidades terem esse reconhecimento, muitas comunidades permanecem sem a segurança jurídica necessária para proteger suas terras e tradições. Nos agrupamentos, a situação é ainda mais complexa, pois muitos estão fora dos territórios oficialmente reconhecidos. Esses agrupamentos são vitais para a sobrevivência das tradições culturais e modos de vida ancestrais. A falta de reconhecimento e delimitação oficial dessas áreas pode levar a conflitos por terra e ameaçar a sustentabilidade dessas comunidades. A luta pelo reconhecimento e direitos dos quilombolas continua sendo um desafio no cenário brasileiro. É fundamental que políticas públicas sejam implementadas para acelerar o processo de reconhecimento e garantir que essas comunidades tenham acesso à educação, saúde e infraestrutura sem comprometer suas identidades culturais. A preservação dessas localidades não é apenas uma questão de justiça social, mas também de reconhecimento e valorização da rica diversidade cultural do Brasil.

O estudo revela que o Nordeste possui a maior concentração de localidades quilombolas no Brasil, com 3.171 comunidades identificadas. A região Sudeste vem em segundo lugar, com 1.359 quilombos. As outras regiões apresentam números menores: o Norte tem 873, o Sul conta com 319, e o Centro-Oeste possui 250 comunidades. No entanto, é no Nordeste que se encontra a maior quantidade de territórios quilombolas oficialmente reconhecidos, somando 176 (IBGE, 2022). Curiosamente, a maioria das localidades com delimitação oficial está no estado do Pará, no Norte, onde há 75 comunidades reconhecidas oficialmente. Estas estatísticas destacam a distribuição geográfica e a complexidade do reconhecimento oficial dos territórios quilombolas no Brasil, refletindo tanto a história quanto os desafios contemporâneos enfrentados por estas comunidades.

A Bahia lidera o ranking entre os estados brasileiros com o maior número de

localidades quilombolas, totalizando 1.046 comunidades. Em seguida, aparece Minas Gerais com 1.021 comunidades, seguido pelo Maranhão com 866 e pelo Pará com 516. Em contraste, estados como Acre e Roraima não têm registro de comunidades quilombolas. Isso reflete a distribuição histórica e geográfica dessas comunidades pelo Brasil, que está diretamente ligada à formação histórica de cada região. A presença significativa na Bahia, Minas Gerais e Maranhão pode ser atribuída ao passado histórico de resistência e formação de quilombos nessas áreas durante os períodos colonial e imperial, como mostra a Figura 1 (IBGE, 2022).

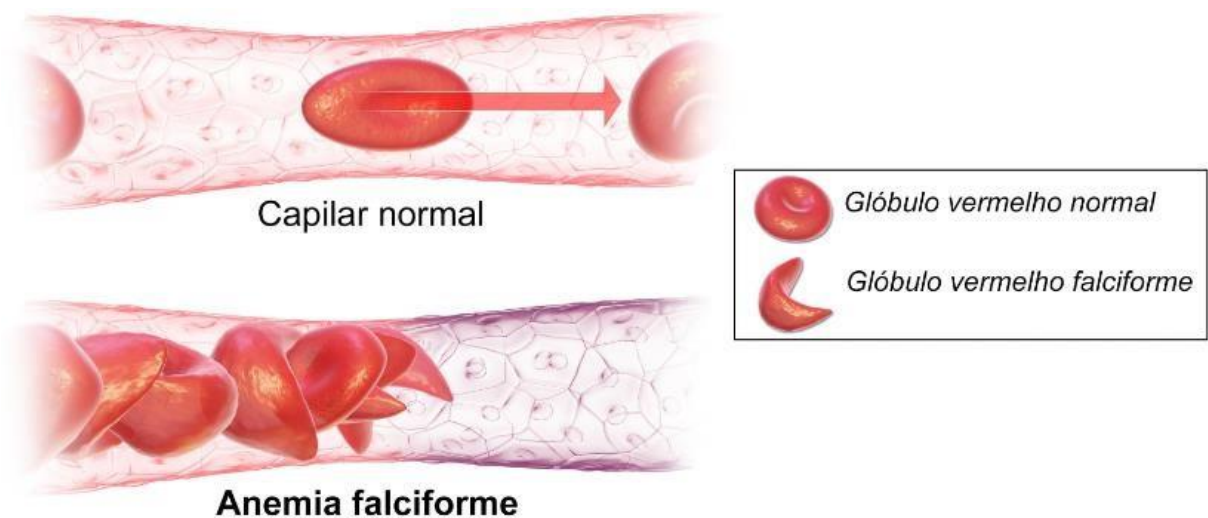
Esses dados do IBGE não apenas lançam luz sobre a presença e distribuição das comunidades quilombolas no Brasil, mas também destacam a importância de reconhecer e apoiar essas comunidades na promoção de seus direitos e na superação de desafios históricos e contemporâneos. É um passo significativo em direção à valorização da diversidade cultural e étnica do Brasil e à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Os dados do IBGE sobre as comunidades quilombolas do Brasil revelam não apenas sua presença geográfica, mas também a importância de apoiar esses grupos no reconhecimento de seus direitos. Historicamente, as comunidades quilombolas têm enfrentado desafios relacionados à garantia de terras e à preservação cultural. Ao destacar a relevância dessas comunidades, promove-se a valorização da diversidade cultural e étnica do Brasil. Com políticas públicas adequadas, é possível avançar em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as comunidades quilombolas sejam respeitadas e integradas de maneira equitativa. Além disso, esse reconhecimento pode incentivar a conscientização sobre suas contribuições culturais e sociais, reforçando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva para o desenvolvimento do país.

3.3 ANEMIA FALCIFORME

A anemia falciforme é considerada uma hemoglobinopatia resultante de uma mutação no gene da hemoglobina, que resulta na produção de hemácias em forma de foice (Figura 2). É por esse motivo que esta patologia recebe a designação “falciforme”, que significa “forma de foice” em sua nomenclatura. Trata-se de uma doença hereditária e crônica do sangue que afeta a estrutura das hemácias (glóbulos vermelhos), tornando-as rígidas e em forma de foice, em vez de redondas e flexíveis (Figura 2) (Braunstein, 2022). Essa mudança na forma das hemácias leva a uma

série de complicações de saúde. A anemia falciforme é uma doença genética que resulta de uma mutação no gene responsável pela produção de hemoglobina. Essa mutação provoca a formação de hemácias em forma de foice, em vez de sua forma normal arredondada e flexível. Por causa dessas alterações, as hemácias se tornam rígidas, o que compromete o fluxo sanguíneo adequado. Essas células falciformes podem bloquear vasos sanguíneos, causando dor intensa, infecções frequentes e danos a órgãos vitais. Além disso, a vida útil das células falciformes é menor, o que leva à anemia crônica, pois a medula óssea não consegue produzir novas hemácias na mesma velocidade em que elas são destruídas. Por ser uma condição hereditária, a anemia falciforme é transmitida dos pais para os filhos através dos genes, com maior prevalência em populações de ascendência africana, mas também afeta outros grupos étnicos. É uma condição que requer acompanhamento médico contínuo para gerenciar os sintomas e prevenir complicações graves.

Figura 2 - Hemácias falciformes



Fonte: Braunstein (2022).

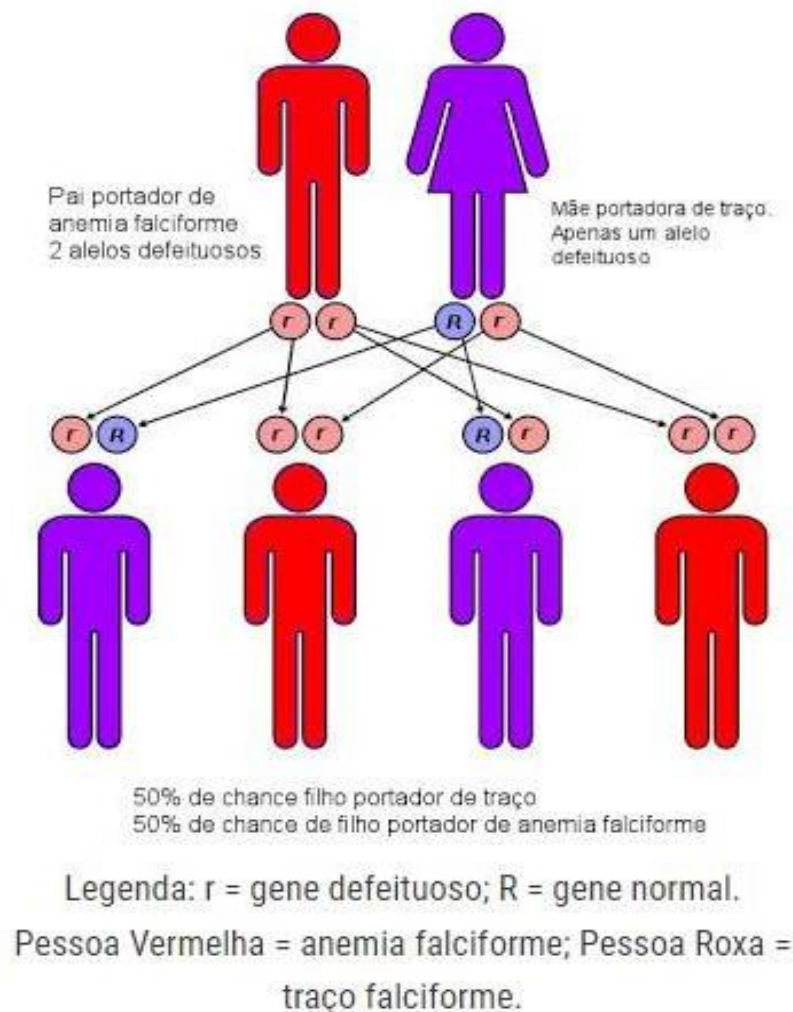
A característica distintiva da anemia falciforme é a alteração na forma das hemácias, o que ocorre devido a uma mutação genética que afeta a proteína hemoglobina, responsável pelo transporte de oxigênio no sangue. As hemácias em forma de foice têm dificuldade em circular pelos vasos sanguíneos, o que pode causar obstrução, dor intensa e danos a órgãos e tecidos. As complicações comuns incluem crises de dor, anemia, infecções frequentes, lesões nos órgãos e, em casos graves,

derrames e danos cerebrais. A anemia falciforme é uma condição hereditária resultante de uma mutação no gene que codifica a hemoglobina, levando à produção de uma forma anormal desta proteína, denominada hemoglobina S. Quando expostas a baixos níveis de oxigênio ou outras condições de estresse, as hemácias contendo hemoglobina S adquirem uma forma de foice em vez da forma discoide típica, tornando-se rígidas e propensas a se aglomerarem. Essa alteração estrutural impede o fluxo sanguíneo eficiente através dos capilares e vasos menores, resultando em isquemia dos tecidos e dor intensa, conhecidas como crises falciformes. As complicações da anemia falciforme vão além das crises de dor. Hipoproliferação das hemácias contribui para o estado crônico de anemia, devido à destruição prematura das células falciformes pelo sistema imune. Isso pode resultar em fadiga e fraqueza persistentes. Adicionalmente, a função comprometida do baço em indivíduos com anemia falciforme aumenta a suscetibilidade a infecções, pois este órgão desempenha um papel crucial na filtragem de patógenos do sangue. Os danos cumulativos ao longo do tempo podem afetar múltiplos sistemas do corpo. Por exemplo, o bloqueio da circulação sanguínea para órgãos vitais pode resultar em lesões progressivas, como insuficiência renal ou hepática. Complicações sérias como acidentes vasculares cerebrais ocorrem quando há obstrução do fluxo sanguíneo cerebral, causando danos neurológicos significativos (Braunstein, 2022). O acompanhamento médico regular e estratégias de gerenciamento, como hidratação adequada, controle da dor e uso de terapias que modificam a expressão da hemoglobina, são fundamentais para a melhora da qualidade de vida das pessoas afetadas por essa condição.

A anemia falciforme é uma doença hereditária transmitida de geração em geração. Para um indivíduo ter anemia falciforme, ambos os pais devem ser portadores do gene da doença. Aqueles com apenas um gene da anemia falciforme são considerados portadores, mas não desenvolvem a doença (Pinheiro, 2022). Essa condição altera a capacidade dessas células de transportar oxigênio de maneira eficiente, levando a várias complicações. A doença é transmitida de forma recessiva, ou seja, para uma pessoa desenvolver anemia falciforme, ela deve herdar uma cópia do gene anormal de cada um dos pais. Se a pessoa herda apenas uma cópia do gene, ela é considerada portadora e geralmente não apresenta sintomas da doença, mas pode transmitir o gene aos seus filhos. Os sintomas da anemia falciforme incluem dor crônica, episódios de dor aguda conhecidos como crises de

dor, anemia, infecções frequentes e atraso no crescimento. As crises são causadas pela obstrução dos vasos sanguíneos pelas células deformadas, resultando em dor e dano tecidual.

O tratamento da anemia falciforme é principalmente voltado para o alívio dos sintomas e a prevenção de complicações. Isso pode incluir o uso de medicamentos para controlar a dor, antibióticos para prevenir infecções e transfusões de sangue em alguns casos. Em situações específicas, o transplante de medula óssea pode ser uma opção curativa, embora seja arriscado e nem sempre aplicável. Pesquisas em terapias genéticas e novos medicamentos estão em andamento, na esperança de oferecer melhores perspectivas para aqueles que vivem com anemia falciforme. Educação pública e aconselhamento genético são fundamentais para ajudar os casais em risco a compreender suas opções e planejar suas famílias de maneira informada. A anemia falciforme é mais prevalente em populações de ascendência africana, mas também pode ser encontrada em grupos de origem mediterrânea, árabe e indiana (Pinheiro, 2022). A probabilidade de ocorrência da doença depende da herança genética dos pais. Quando ambos os pais são portadores do gene defeituoso, há uma chance de 25% de que seu filho tenha anemia falciforme, 50% de que a criança seja portadora e 25% de que não tenha a doença nem seja portadora (como mostra a Figura 3).

Figura 3 - Transmissão Genética da Anemia Falciforme

Fonte: Pinheiro (2022).

A ocorrência da anemia falciforme é mais comum em áreas onde a malária é endêmica, como partes da África, Índia, Oriente Médio e regiões da América do Sul. Acredita-se que a alta prevalência de portadores da anemia falciforme nessas regiões se deva, em parte, a uma adaptação evolutiva que confere alguma resistência à malária. A anemia falciforme afeta principalmente pessoas de ascendência africana, uma vez que a mutação genética que leva a essa doença é mais comum nesse grupo étnico. No entanto, como mencionado anteriormente, a doença pode ocorrer em outras populações devido à migração e à disseminação do gene da anemia falciforme (Pinheiro, 2022).

A anemia falciforme é uma doença complexa que pode causar uma variedade de sintomas e complicações. Os sintomas podem variar de leves a graves e podem

ocorrer em diferentes idades. Os principais sintomas incluem: crises de dor, fadiga e fraqueza, icterícia, infecções recorrentes, baixa imunidade, retardo no crescimento e desenvolvimento, entre outras complicações. A dor é um dos sintomas mais característicos da anemia falciforme. Crises de dor intensa, frequentemente descritas como dor em punhal, podem ocorrer em várias partes do corpo, incluindo membros, abdômen, costas e articulações. A anemia, causada pela destruição prematura das hemácias em forma de foice, pode levar a uma diminuição na quantidade de glóbulos vermelhos saudáveis, causando fadiga, fraqueza e palidez (Pinheiro, 2022).

Além da dor, outros sintomas e complicações incluem icterícia, resultante da degradação dos glóbulos vermelhos, e um aumento da suscetibilidade a infecções devido à função comprometida do baço. Isso ocorre porque o baço, responsável pela filtragem de bactérias e destruição das células sanguíneas anormais, frequentemente se danifica e perde eficiência (Pinheiro, 2022). A icterícia é um amarelecimento da pele e dos olhos, devido à liberação de bilirrubina a partir das hemácias destruídas. Pessoas com anemia falciforme têm um sistema imunológico enfraquecido, o que as torna mais suscetíveis a infecções, particularmente devido à destruição de células brancas do sangue. A anemia falciforme pode levar a uma série de complicações em órgãos como o coração, pulmões, cérebro, fígado e baço. Além disso, crianças com anemia falciforme podem experimentar retardo de crescimento e desenvolvimento.

Crianças com anemia falciforme podem apresentar retardo no crescimento e desenvolvimento, uma vez que a diminuição do fluxo sanguíneo afeta a entrega de nutrientes e oxigênio aos tecidos em crescimento. O diagnóstico precoce e o manejo cuidadoso são essenciais para controlar os sintomas e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. As terapias podem incluir o uso de medicamentos para aliviar a dor, transfusões sanguíneas para tratar a anemia severa e, em alguns casos, transplante de medula óssea como uma opção potencialmente curativa. Há também avanços em terapias genéticas que oferecem esperança futura de tratamento mais eficaz e menos invasivo. A gestão contínua e a educação dos pacientes são fundamentais para minimizar as crises e melhorar o prognóstico geral da doença (Pinheiro, 2022).

O diagnóstico da anemia falciforme é geralmente feito por meio de exames de sangue, que podem incluir:

Eletroforese de Hemoglobina: Esse exame identifica as diferentes formas de hemoglobina no sangue e ajuda a determinar a presença de hemoglobina S, que é característica da anemia falciforme. A eletroforese de hemoglobina é um exame laboratorial utilizado para identificar as diferentes formas de hemoglobina presentes no sangue. Esse procedimento é fundamental para diagnosticar condições genéticas que afetam a hemoglobina, como a anemia falciforme. A anemia falciforme é uma doença hereditária que se caracteriza pela presença de hemoglobina S, uma forma anômala da proteína que causa alterações na forma dos glóbulos vermelhos, tornando-os em forma de foice. Durante a eletroforese, as diferentes variantes de hemoglobina são separadas com base em suas cargas elétricas e pesos moleculares. A identificação da hemoglobina S através deste exame confirma a presença da condição, orientando o tratamento adequado e o acompanhamento da saúde do paciente. Assim, a eletroforese de hemoglobina é uma ferramenta essencial no diagnóstico e manejo de doenças hemoglobinopatias (Hokazono, 2011).

Teste de Solubilidade da Hemoglobina: Esse teste é rápido e pode ser usado como triagem. Ele detecta a presença da hemoglobina S nas hemácias. O teste de solubilidade da hemoglobina é um procedimento rápido e eficiente usado principalmente como método de triagem para identificar a presença da hemoglobina S nas hemácias. Este tipo de hemoglobina está associado à anemia falciforme, uma doença genética que afeta a estrutura das células vermelhas do sangue. Durante o teste, uma amostra de sangue é misturada com uma solução específica que promove a análise das células vermelhas e libera a hemoglobina. A hemoglobina normalmente se dissolve completamente na solução, enquanto a hemoglobina S forma cristais insolúveis. Isso resulta em uma solução turva, indicando a presença da hemoglobina S. O teste é vantajoso por ser simples e de fácil execução, proporcionando resultados rápidos que podem ajudar na decisão de realizar exames mais específicos, caso seja necessário (Hokazono, 2011). No entanto, é importante notar que o teste de solubilidade não é definitivo para diagnóstico, pois não distingue entre portadores do traço falciforme e aqueles com doença falciforme. Portanto, resultados positivos geralmente levam à necessidade de testes adicionais mais detalhados, como a eletroforese de hemoglobina, para confirmar o diagnóstico e determinar o perfil exato de hemoglobina da pessoa.

Testes Genéticos: A confirmação do diagnóstico pode ser feita por testes

genéticos que identificam a mutação do gene da hemoglobina. Os testes genéticos desempenham um papel crucial na confirmação de diagnósticos relacionados a distúrbios genéticos, como as hemoglobinopatias. Esses testes são projetados para identificar mutações específicas nos genes que codificam a hemoglobina, a proteína responsável pelo transporte de oxigênio no sangue. A análise genética é particularmente útil para diagnósticos precisos, pois pode revelar a presença de mutações caracterizadas por variações na estrutura ou na quantidade de hemoglobina, como na anemia falciforme ou na talassemia. O processo geralmente envolve a coleta de uma amostra de sangue ou saliva, a partir da qual o DNA é extraído. Técnicas como a Reação em Cadeia da Polimerase (PCR) são utilizadas para amplificar regiões específicas do DNA, permitindo uma análise detalhada e precisa (Hokazono, 2011). Com o auxílio de sequenciadores automáticos, é possível comparar as sequências de DNA do paciente com sequências de referência para identificar mutações genéticas. Além de confirmar diagnósticos, os testes genéticos facilitam a identificação de portadores assintomáticos, auxiliando na prevenção e gestão de condições hereditárias. Isso é especialmente importante em conselhos genéticos, onde indivíduos e famílias recebem informações sobre o risco de transmissão de distúrbios genéticos para futuras gerações. Assim, os testes genéticos não apenas confirmam diagnósticos, mas também contribuem para intervenções precoces e planejamento familiar informado.

Teste do Pezinho: trata-se de um exame de eletroforese de hemoglobina que identifica o traço ou a existência da doença falciforme no bebê, realizado entre o 3º. e o 5º. dia após o nascimento do bebê. O Teste do Pezinho é um exame essencial no diagnóstico precoce de várias doenças genéticas e metabólicas em recém-nascidos. Realizado entre o 3º e o 5º dia após o nascimento, este teste é crucial para a detecção de condições que, se não identificadas e tratadas precocemente, podem levar a complicações graves na saúde da criança. Um dos componentes específicos do Teste do Pezinho é a eletroforese de hemoglobina. Este exame é particularmente importante para detectar o traço falciforme ou a anemia falciforme, uma condição genética que altera a forma dos glóbulos vermelhos, tornando-os em forma de foice. Essa deformidade pode levar a obstruções no fluxo sanguíneo, dor e danos aos órgãos. A detecção precoce é vital, pois permite que os pais e a equipe médica tomem medidas preventivas e iniciem tratamentos adequados o quanto antes. Além da doença falciforme, o Teste do Pezinho

pode identificar outras doenças, como hipotireoidismo congênito, fibrose cística e fenilcetonúria (Hokazono, 2011). A abrangência do teste pode variar de acordo com as políticas de saúde pública de cada região, mas o objetivo principal é sempre garantir que as crianças tenham a oportunidade de um desenvolvimento saudável desde os primeiros dias de vida. A conscientização sobre a importância do Teste do Pezinho e sua realização dentro do prazo recomendado são passos fundamentais na promoção da saúde infantil. A probabilidade de ocorrência da anemia falciforme depende da herança genética. Para um indivíduo desenvolver a doença, ambos os pais devem ser portadores do gene da anemia falciforme. Portanto, a probabilidade de uma criança nascer com anemia falciforme é de 25% quando ambos os pais são portadores. Quando apenas um dos pais é portador, a criança será portadora, mas não desenvolverá a doença. Essa condição se destaca em algumas populações devido a fatores históricos e evolutivos, como a proteção parcial contra a malária conferida aos portadores do gene. Assim, em regiões onde a malária é ou era comum, a prevalência do gene da anemia falciforme tende a ser maior. Com o avanço da medicina e a conscientização sobre a doença, o diagnóstico precoce e o aconselhamento genético se tornam essenciais para famílias com histórico de anemia falciforme. Dessa forma, podem-se tomar decisões informadas sobre a reprodução e gerir a saúde de crianças que possam ser afetadas ou portadoras (Hokazono, 2011).

Os principais fatores de risco para a anemia falciforme incluem a herança genética de ambos os pais como portadores do gene da anemia falciforme; a origem étnica, com uma prevalência mais alta em pessoas de ascendência africana; O Histórico familiar de anemia falciforme; e Casos anteriores na família. A anemia falciforme é uma condição genética que ocorre quando uma pessoa herda duas cópias do gene mutado, uma de cada genitor. As pessoas com apenas uma cópia do gene são portadoras, mas geralmente não apresentam sintomas. A prevalência mais alta entre indivíduos de ascendência africana é significativa, pois se acredita que a mutação tenha se desenvolvido como uma adaptação contra a malária. No entanto, a anemia falciforme também pode ser encontrada em populações do Oriente Médio, Índia e mediterrâneo. Ter um histórico familiar dessa condição aumenta a probabilidade de transmissão genética. Por isso, é importante que casais em potencial, especialmente aqueles em grupos de risco, considerem o aconselhamento genético para compreender melhor as chances de transmissão e quais medidas

podem tomar. Casos anteriores na família podem indicar a necessidade de rastreamento e testes genéticos para futuros descendentes, garantindo diagnóstico precoce e manejo adequado da condição.

A anemia falciforme é uma doença crônica que pode reduzir a expectativa de vida das pessoas afetadas. No entanto, os avanços na medicina, incluindo tratamentos que ajudam a gerenciar os sintomas e prevenir complicações, melhoraram significativamente a qualidade e a duração de vida das pessoas com anemia falciforme. A mortalidade está associada principalmente a complicações graves, como derrames, insuficiência cardíaca e infecções graves. Embora a expectativa de vida dos indivíduos com essa condição ainda possa ser reduzida devido a complicações sérias, os avanços na medicina têm proporcionado melhorias consideráveis. No passado, a ausência de tratamentos eficazes significava que muitos não sobreviveriam à infância. Hoje, entretanto, a introdução de métodos como a transfusão sanguínea, o uso de medicamentos como a hidroxiureia, e, em casos específicos, o transplante de medula óssea, tem feito uma diferença substancial. O manejo adequado dos sintomas e a prevenção de crises vaso-oclusivas, que podem levar a danos em órgãos vitais, são cruciais na promoção de uma vida mais longa e saudável para os pacientes. Essas crises podem causar intumescimento doloroso nas extremidades, anemia severa, e episódios frequentes de dor crônica. Além disso, a educação sobre a doença e o acesso a cuidados médicos adequados são fundamentais para prevenir infecções graves, que historicamente contribuíram para altas taxas de mortalidade (Martin Ruiz; Lemos Valdez, 2008). A conscientização sobre os sinais precoces e a gestão proativa das complicações também desempenham papéis essenciais. Intervenções como a vacinação precoce e o uso de antibióticos profiláticos são recomendadas para evitar infecções bacterianas, que são uma causa comum de complicações potencialmente fatais.

Apesar dos desafios, a pesquisa contínua oferece esperança de tratamentos ainda mais eficazes no futuro. Terapias experimentais, como a edição de genes, estão sendo investigadas e podem, eventualmente, oferecer uma cura. Enquanto isso, o tratamento holístico e individualizado continua a ser a melhor abordagem para melhorar a qualidade de vida e aumentar a expectativa de vida daqueles que convivem com a anemia falciforme (Monteiro, 2015). É importante ressaltar que, com o diagnóstico precoce, tratamento adequado e cuidados médicos regulares, muitas pessoas com anemia falciforme conseguem levar vidas produtivas e satisfatórias. A

pesquisa contínua e o acesso a cuidados médicos de qualidade são fundamentais para melhorar o prognóstico dessa condição.

Além disso, a anemia falciforme afeta desproporcionalmente indivíduos de comunidades economicamente desfavorecidas, uma vez que o acesso a cuidados médicos adequados é essencial para o manejo da doença. Como a anemia falciforme é uma condição crônica que requer tratamento e monitoramento ao longo da vida, o acesso a cuidados de saúde de qualidade é vital para melhorar a qualidade de vida das pessoas afetadas. A disparidade no acesso aos cuidados médicos pode agravar os desafios enfrentados por indivíduos com anemia falciforme, especialmente em comunidades economicamente desfavorecidas. Nessas regiões, a infraestrutura médica frequentemente é inadequada, e o custo dos tratamentos pode ser proibitivo para muitas famílias. Essa falta de recursos não apenas impede o tratamento eficaz da anemia falciforme, mas também aumenta o risco de complicações graves, como infecções ou danos a órgãos. Além disso, a falta de acesso a consultas regulares com especialistas limita a capacidade de monitorar a progressão da doença e ajustar os tratamentos conforme necessário (Martin Ruiz; Lemos Valdez, 2008). O acesso a medicamentos e terapias, como transfusões de sangue e hidroxiureia, também pode ser restrito nessas comunidades. Sem esses tratamentos, os pacientes podem enfrentar crises dolorosas mais frequentes e complicações a longo prazo. Programas de saúde pública que focam na educação sobre a doença e na disponibilização de cuidados preventivos são cruciais para mitigar esses impactos.

Portanto, políticas que melhorem o acesso a cuidados de saúde, promovam a educação médica e incentivem pesquisas sobre tratamentos mais acessíveis são essenciais para combater as desigualdades no tratamento da anemia falciforme. Além disso, a conscientização sobre a doença e suas necessidades específicas pode ajudar a direcionar recursos e atenção para as pessoas que mais precisam. Em síntese, a anemia falciforme é uma doença hereditária que afeta a forma das hemácias e causa uma série de complicações de saúde. Sua ocorrência é mais comum em populações de ascendência africana, mas a doença pode afetar outros grupos étnicos devido à migração e disseminação do gene da anemia falciforme. O manejo da anemia falciforme envolve cuidados médicos especializados e monitoramento constante para minimizar suas complicações.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 SÃO FRANCISCO DO CONDE

São Francisco do Conde realmente se destaca por sua rica história, começando no período colonial com a chegada de Tomé de Souza. Fundada no século XVI, ela desempenhou um papel importante na colonização portuguesa. Tomé de Souza, o primeiro governador-geral do Brasil, é uma figura central na história da cidade, que se desenvolveu como um dos principais núcleos coloniais. A riqueza da cidade durante o período colonial tem uma forte ligação com a agricultura e, principalmente, com a produção de açúcar. Os engenhos de açúcar foram fundamentais para a economia local e contribuíram para o desenvolvimento de infraestruturas e construções que ainda hoje se destacam. No século XVI, a cidade se tornou um dos principais núcleos de colonização portuguesa. Isso se deve, em grande parte, à influência de Tomé de Souza, o primeiro governador- geral do Brasil, que desempenhou um papel crucial na organização e fortificação da colônia. A economia de São Francisco do Conde prosperou principalmente graças ao cultivo de cana-de-açúcar. Os engenhos de açúcar foram essenciais para o desenvolvimento econômico da região, tornando-se o centro das atividades comerciais e sociais (Varnhagen, 1877). Essa indústria açucareira impulsionou a construção de importantes infraestruturas que, até hoje, são marcos históricos na cidade.

As igrejas e os casarões bem preservados de São Francisco do Conde são testemunhos dessa era próspera. A Igreja Matriz de São Francisco de Assis, com seu estilo barroco, é um exemplo notável do patrimônio arquitetônico que narra a história do período. Da mesma forma, os casarões antigos, com suas fachadas imponentes e detalhadas, oferecem uma visão das influências portuguesas na arquitetura e cultura locais. Como um dos primeiros pontos de colonização portuguesa no Brasil, a cidade mantém um legado significativo dessa era, visível em seus sítios históricos, como igrejas antigas e casarões. A cultura afro-brasileira é uma parte vital da identidade local, refletindo os profundos laços com as tradições africanas, resultado da significativa população afrodescendente que ali vive. Festividades como o Dia da Consciência Negra e celebrações de candomblé são exemplos de como essas influências se manifestam no cotidiano cultural da cidade. Além disso, São Francisco do Conde integra seus aspectos históricos e culturais em eventos que promovem o

turismo local e reforçam o orgulho comunitário. Essa mistura de história, cultura e tradição faz do município um importante guardião do passado e um vibrante centro de cultura afro-brasileira na região.

São Francisco do Conde é um município localizado no estado da Bahia, situado na Região Metropolitana de Salvador, a aproximadamente 70 quilômetros ao norte da capital da Bahia, Salvador (Figura 4). Sua localização estratégica o torna uma parte importante da área metropolitana de Salvador.

Figura 4 - Localização de São Francisco do Conde



Fonte: Google Maps (2023).

São Francisco do Conde é um município com uma rica história e importância estratégica dentro do contexto da Região Metropolitana de Salvador, na Bahia. Localizado a cerca de 70 quilômetros da capital baiana, Salvador, o município destaca-se tanto pela sua contribuição econômica quanto cultural. A cidade é um exemplo de diversidade cultural e histórica, refletindo a herança afro-brasileira, com suas tradições e festividades que atraem visitantes anualmente.

Essa herança é visível na arquitetura colonial preservada e nas manifestações culturais que enriquecem o município. São Francisco do Conde, uma cidade localizada no estado da Bahia, experimentou um notável crescimento populacional entre 2010 e 2022. Segundo os dados divulgados pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da cidade chegou a 37.732 pessoas em 2022, representando um aumento de 8,72% em relação ao censo anterior realizado em 2010 (IBGE, 2022). Esse crescimento pode refletir uma série de fatores, como melhorias econômicas, investimentos em infraestrutura ou atrativos sociais que tornam a cidade um local desejável para se viver. O aumento populacional também pode trazer novos desafios para a administração local, que precisará garantir que os serviços públicos e a infraestrutura estejam adequados para atender às necessidades de uma população em expansão.

São Francisco do Conde, devido à sua proximidade com Salvador, desfruta de vantagens significativas tanto no âmbito geopolítico quanto econômico. A curta distância até a capital possibilita que os moradores tenham fácil acesso a serviços de saúde, educação e comércio de maior complexidade, sem precisar lidar diariamente com o trânsito e o desgaste do ambiente urbano intenso. Essa localização estratégica também torna a cidade um local atrativo para investimentos, especialmente em setores como turismo e comércio, que podem se beneficiar da presença de visitantes voltando de Salvador à procura de experiências culturais e ambientais mais autênticas e serenas. Além disso, a proximidade com um grande centro urbano potencializa as oportunidades de crescimento para o setor industrial e logístico em São Francisco do Conde. Empresas podem optar por se estabelecer na região visando reduzir custos operacionais e logísticos, enquanto se beneficiam da infraestrutura e do mercado consumidor de Salvador. Simultaneamente, a cidade mantém características de um ambiente mais tranquilo e comunitário, oferecendo aos seus habitantes um ritmo de vida mais calmo. Essa dualidade atrai residentes que buscam equilíbrio entre oportunidades de emprego e qualidade de vida, reforçando o papel de São Francisco do Conde como uma extensão vital e complementar da capital.

São Francisco do Conde é se destaca por sua importância econômica regional, sobretudo devido à presença da Refinaria Landulpho Alves, uma das maiores do país. Essa refinaria é um dos pilares econômicos do município, contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) local. A atividade de refino de petróleo tem um papel central na economia de São Francisco do Conde, gerando empregos diretos e indiretos e impulsionando o desenvolvimento de setores relacionados, como o comércio e serviços. Além da indústria petrolífera, a economia do município também se beneficia da agricultura, pesca e turismo. A produção

agrícola inclui principalmente a cana-de-açúcar, que tem relevância histórica e econômica, embora em menor escala comparada ao impacto do setor de petróleo. A pesca, por sua vez, é uma atividade tradicional que sustenta diversas famílias na região, fornecendo peixes e mariscos tanto para consumo local quanto para mercados próximos (IBGE, 2022).

Economicamente, São Francisco do Conde é relevante devido à sua proximidade com o Polo Petroquímico de Camaçari e ao Terminal Marítimo de Madre de Deus, o que potencializa atividades relacionadas à indústria e ao comércio. Apesar de sua contribuição para a indústria, a cidade enfrenta desafios socioeconômicos, como a necessidade de melhorar a infraestrutura urbana e ampliar oportunidades de emprego para seus habitantes. Adicionalmente, a cidade possui um forte vínculo com o setor educacional, sediando a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que contribui para o desenvolvimento acadêmico e a formação de mão de obra qualificada na região. Portanto, São Francisco do Conde não é apenas importante pela sua localização geográfica, mas também por ser um ponto de convergência entre o progresso econômico, a cultura rica e a educação, fatores que, juntos, ajudam a moldar tanto o presente quanto o futuro do município e da região em que está inserido. O município de São Francisco do Conde é caracterizado por suas extensas áreas costeiras, uma vez que faz parte da região do Recôncavo Baiano. Grande parte de seu território é composta por planícies aluviais, e o município é cortado pelo Rio São Francisco, um dos principais rios da região. O relevo é predominantemente plano, com algumas elevações suaves (IBGE, 2022). A topografia da área contribui para atividades econômicas como agricultura e pesca. São Francisco do Conde possui um clima tropical úmido, com duas estações distintas: uma estação seca e uma estação chuvosa. As temperaturas são relativamente estáveis ao longo do ano, com médias anuais em torno de 26 a 28 graus Celsius (IBGE, 2022). A alta umidade relativa do ar é uma característica comum na região. São Francisco do Conde, localizada na Bahia, apresenta um tipo de clima tropical úmido que é típico de muitas regiões próximas ao litoral do Brasil. Este clima é caracterizado por temperaturas estáveis durante o ano, girando em torno de 26 a 28 graus Celsius. Tal estabilidade térmica deve-se à proximidade do mar, que atua como uma reguladora térmica. Duas estações bem marcadas diferenciam-se: uma chuvosa e outra seca. A estação chuvosa é geralmente mais intensa entre os meses

de abril e julho. Durante esse período, a precipitação é abundante, influenciada por sistemas atmosféricos como a Zona de Convergência Intertropical. Na estação seca, que ocorre nos meses de inverno, as chuvas são menos frequentes, mas a umidade relativa do ar permanece alta, uma característica típica das regiões tropicais úmidas. Essa umidade é fundamental para a intensa vegetação local e influencia atividades econômicas, como a agricultura, que se beneficia desse clima para o cultivo de diversos produtos. A presença de rios e a proximidade com o Oceano Atlântico também desempenham um papel crucial na manutenção desse padrão climático, contribuindo para a riqueza natural da região.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de São Francisco do Conde, conforme o censo de 2020, era de aproximadamente 41.500 habitantes. O município possui uma diversificada composição étnica, com uma significativa população negra e afrodescendente, devido à sua história de quilombos e resistência à escravidão. Fundada no século XVI, São Francisco do Conde possui um patrimônio histórico significativo, com igrejas e edifícios coloniais que refletem seu passado. A economia local depende principalmente do setor petroquímico, devido à proximidade da Refinaria de Mataripe, anteriormente conhecida como Refinaria Landulpho Alves. Este setor gera empregos e contribui para o desenvolvimento econômico da região. Além disso, a cidade também tem potencial turístico não só por suas construções históricas, mas também por suas belas paisagens naturais e praias. O turismo, embora não seja o principal motor econômico, possui um potencial significativo. A proximidade com Salvador, aliada às belezas naturais e ao patrimônio histórico da região, representa uma oportunidade promissora para o ecoturismo e o turismo cultural. Com investimentos adequados em infraestrutura turística e promoção das atrações locais, São Francisco do Conde pode transformar o turismo em uma fonte robusta de renda e desenvolvimento sustentável para a cidade.

São Francisco do Conde possui uma economia marcada pela predominância da indústria petroquímica, que representa um pilar essencial para a geração de empregos e receitas no município. Com a presença da Refinaria Landulpho Alves, uma das maiores do Brasil, a cidade se destaca como um importante hub industrial no estado da Bahia. Esta atividade impulsiona o desenvolvimento de infraestruturas e serviços associados, beneficiando a população local. Paralelamente, a agricultura e a pesca desempenham papéis importantes, sustentando a economia local e

garantindo o abastecimento de produtos para a região. A agricultura é caracterizada por cultivos de subsistência e pequenas plantações de frutas e hortaliças, enquanto a pesca garante a variedade de pescado disponível no mercado local. Estes setores não apenas atendem às necessidades alimentares da população, mas também contribuem para a preservação das tradições culturais. Os pequenos negócios, incluindo o comércio e serviços, são essenciais para a dinamização da economia municipal. Eles oferecem oportunidades de emprego e fortalecem o espírito empreendedor na comunidade, permitindo uma circulação econômica mais equilibrada e resiliente. A economia de São Francisco do Conde é diversificada, mas a indústria petroquímica tem um papel fundamental na região. Além disso, a agricultura, pesca e pequenos negócios também contribuem para a economia local. O turismo tem um potencial significativo, graças à beleza natural da região e à sua proximidade com Salvador.

4.2 ANEMIA FALCIFORME EM SÃO FRANCISCO DO CONDE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

São Francisco do Conde, uma cidade com uma significativa população afrodescendente, é um dos locais onde essa enfermidade tem uma incidência notável. Historicamente, a cidade tem raízes profundas na cultura afro-brasileira, o que contribui para a alta prevalência da doença. Os desafios enfrentados por São Francisco do Conde no manejo da anemia falciforme são múltiplos. Primeiramente, há uma necessidade contínua de diagnóstico precoce, que pode ser promovido por meio de programas de triagem neonatal eficientes. A detecção precoce é crucial para garantir que indivíduos afetados recebam intervenção médica antes do surgimento de complicações severas. São Francisco do Conde, uma cidade notável na Bahia, distingue-se por sua população predominantemente afrodescendente. Essa composição demográfica está diretamente relacionada a um alto índice de doenças genéticas, particularmente a anemia falciforme, que afeta com mais frequência pessoas de ascendência africana. Durante muitos anos, embora a presença dessa e de outras doenças fosse percebida, não havia uma coleta sistemática de dados para medir sua real extensão entre os habitantes. Foi somente nos últimos 16 anos que, com a iniciativa e o apoio da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), começaram a ser realizados levantamentos mais detalhados. Esses levantamentos

possibilitaram uma compreensão mais profunda da prevalência de diversas condições genéticas na cidade. Os dados coletados servem não apenas para dar uma visão mais clara da saúde pública local, mas também para orientar políticas de saúde mais eficazes e inclusivas. O trabalho da APAE nesse contexto é crucial, pois além de fornecer assistência direta aos portadores, ajuda na prevenção através de campanhas de conscientização e testagem (França, 2017). A partir desse mapeamento, é possível planejar ações de saúde que considerem as especificidades da população local, promovendo melhores condições de vida para todos os residentes de São Francisco do Conde.

A localização da APAE no bairro do Gurujé, afastado do centro da cidade e das ilhas e distritos, apresentava uma barreira significativa para muitos moradores que precisavam acessar seus serviços, especialmente para a realização de testes de saúde essenciais. Essa situação tinha um impacto negativo, principalmente para pessoas com dificuldades de mobilidade ou acesso a transporte. Para resolver este problema, a descentralização dos serviços foi uma solução necessária e eficiente. Ao facilitar que outras unidades de saúde espalhadas pela cidade realizassem o procedimento de testes, a acessibilidade aos serviços de saúde foi amplamente melhorada. Essa estratégia permitiu uma cobertura mais ampla e garantiu que aqueles em áreas mais remotas tivessem iguais oportunidades de diagnóstico e tratamento (França, 2017). Além de melhorar a acessibilidade, a descentralização das atividades da APAE trouxe outros benefícios, como a alocação mais eficiente de recursos de saúde e a diminuição das aglomerações, o que, por sua vez, melhorou a experiência do usuário e a eficácia geral dos serviços prestados. Esse movimento também pode incentivar parcerias entre diferentes unidades de saúde na cidade, promovendo uma abordagem mais integrada e colaborativa para o atendimento à saúde da população.

A situação antes de 2001, com relação à anemia falciforme, era bastante desafiadora. A falta de informatização dos registros clínicos resultou na perda de muitos arquivos importantes, dificultando o acompanhamento e o diagnóstico contínuo dos pacientes. Antes da introdução de testes de identificação mais sistemáticos, muitas pessoas adultas viviam sem a consciência de serem portadoras da doença. Isso se deve, em grande parte, à ausência de programas de triagem neonatal e ao desconhecimento geral sobre a condição. A implementação desses testes a partir de 2001 foi um marco significativo, permitindo diagnósticos mais precoces e melhores

oportunidades de tratamento e gestão da doença. Essa mudança não só melhorou a qualidade de vida dos pacientes, mas também aumentou a conscientização sobre a anemia falciforme na população em geral (França, 2017).

A descentralização do teste do pezinho em 2013 foi um passo crucial para melhorar a detecção precoce de doenças em recém-nascidos, como a anemia falciforme, especialmente em áreas menos acessíveis. Capacitar profissionais em unidades de atenção básica para realizar esse procedimento permitiu que o teste alcançasse uma parcela maior da população. Assim, não apenas se garantiu o diagnóstico precoce em crianças, mas também alertou para a prevalência significativa da anemia falciforme na cidade. A maior incidência detectada estimulou uma resposta mais abrangente dos serviços de saúde, que precisaram adaptar suas estratégias tanto para o manejo dos casos infantis quanto para a identificação e acompanhamento dos adultos já afetados pela condição. A anemia falciforme, sendo uma doença genética que pode ter complicações severas, exige uma abordagem contínua e integrada, envolvendo não apenas o tratamento clínico, mas também educação e suporte às famílias. A partir desse cenário, foi vital não só lidar com os aspectos médicos, mas também abordar questões sociais e educacionais, promovendo uma maior conscientização sobre a doença. Programas de suporte psicológico e grupos de apoio para os pacientes e suas famílias podem ter sido estabelecidos, auxiliando na gestão do impacto da doença na vida diária (França, 2017). Além disso, a situação ressaltou a importância de políticas públicas de saúde que incluam a triagem neonatal como uma prática constante e expandida, garantindo que todas as crianças tenham acesso a diagnóstico e tratamentos adequados. Com essa estratégia, possibilitou-se uma melhor expectativa de vida e qualidade de vida para aqueles com anemia falciforme, prevenindo complicações graves através de uma detecção e intervenção precoce.

A parceria entre as unidades de saúde, a APAE e o Hemoba evidenciavam uma preocupação contínua com o atendimento de pessoas necessitadas de cuidados médicos especiais, especialmente no tratamento de anemia. Esse tipo de colaboração é essencial para garantir que os pacientes recebam o apoio e os recursos necessários para sua saúde e bem-estar. O acesso a tratamento médico especializado em Salvador proporciona uma rede de suporte fundamental para aqueles que residem em áreas mais distantes ou com menos recursos disponíveis. Além disso, a disponibilização do ácido fólico pela secretaria de saúde municipal marca um

importante avanço no âmbito da saúde pública. O ácido fólico desempenha um papel crucial na prevenção e tratamento de diferentes tipos de anemia, além de contribuir para a saúde geral da população. Esse suplemento é particularmente importante para certos grupos, como gestantes, pois ajuda na prevenção de defeitos congênitos (França, 2017). O enfoque no atendimento a portadores de condições específicas também reflete um compromisso mais amplo com a inclusão e a acessibilidade no sistema de saúde. Quando as organizações unem forças, como visto nessa parceria, o resultado tende a ser um atendimento mais abrangente e eficaz, que beneficia diretamente a comunidade. Assim, essas iniciativas são essenciais para promover uma saúde equitativa e acessível a todos, especialmente àqueles que estão em situação de vulnerabilidade.

No dia 9 de novembro de 2015, foi inaugurado um centro dedicado ao apoio e acompanhamento de pessoas com anemia falciforme pela Prefeitura de São Francisco do Conde. Este centro homenageia Rilza Valentim, ex-prefeita da cidade, que faleceu em 24 de julho de 2014 devido a complicações da doença falciforme. Localizado na Avenida Juvenal Antônio de Queiróz, também conhecida como comunidade da Baixa Fria, o centro oferece uma estrutura abrangente, que inclui não apenas serviços clínicos, mas também apoio psicológico, nutricional e assistência social. Originalmente, o centro operava de segunda a sexta, das 8h às 16h, mas atualmente funciona até as 14h, alinhando-se ao horário da prefeitura. A equipe de saúde do centro é composta por enfermeiros especializados na doença falciforme e um hematologista, garantindo atendimento qualificado e integral aos pacientes. A coordenação do centro está a cargo de Telma Silva, enquanto a direção é de responsabilidade da enfermeira Ana Cláudia. Estas profissionais desempenham um papel crucial, assegurando que o legado de Rilza Valentim continue a inspirar e a transformar vidas na comunidade local (França, 2017). A criação de um Centro de Apoio e Acompanhamento ao Paciente com Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias em São Francisco do Conde é uma iniciativa importante e necessária, considerando o alto índice de diagnósticos na região. A secretaria de saúde, junto aos profissionais de saúde, percebeu a necessidade urgente de um espaço especializado para oferecer suporte adequado a esses pacientes.

O centro tem desempenhado um papel fundamental no suporte aos portadores através de suas parcerias estratégicas. A colaboração com o Hemoba, a APAE de Salvador, e diversas unidades de saúde locais, fortalece a rede de apoio, garantindo

que os pacientes recebam o atendimento necessário sem enfrentar os desafios de acesso. A Associação Baiana de Distrofia Falciforme (ABADFAL), como aliada essencial, ajuda a superar um dos principais obstáculos: o transporte. Ao disponibilizar veículos para buscar os pacientes em regiões distantes, o centro assegura que tratamentos e emergências médicas sejam atendidos com prontidão. Além desses serviços, a comunicação é facilitada por um grupo nas redes sociais e por um telefone fixo (França, 2017). Essas ferramentas permitem que os portadores e seus familiares informem rapidamente quando enfrentam crises de dor ou outras emergências, garantindo que o suporte chegue de maneira eficaz. O uso desses canais de comunicação proporciona uma resposta dinâmica e eficiente, reforçando a atmosfera de cuidado contínuo e comprometimento com o bem-estar dos pacientes. Por meio dessas iniciativas, o centro solidifica seu papel como uma âncora confiável e necessária na comunidade.

O tratamento para pessoas com doença falciforme no estado é um exemplo de cooperação entre o Hemoba e a Secretaria de Saúde, garantindo acesso a medicamentos e tratamentos essenciais. A hidroxiuréia é disponibilizada para casos avançados da doença, enquanto o ácido fólico é entregue até mesmo nas residências dos pacientes que enfrentam dificuldades de locomoção. Tratamentos mais complexos, como o uso de células-tronco, também são oferecidos, embora desafios burocráticos restrinjam seu acesso. Para obter os tratamentos, os pacientes precisam passar por um cadastramento que comprova a condição falciforme, essencial para gerenciar a distribuição de medicamentos e tratamentos com precisão. Essa comprovação é crucial devido às diretrizes de documentação rigorosa estabelecidas pela Secretaria de Saúde. A colaboração com o hospital Célia Almeida Lima no município é vital, pois amplia o leque de serviços médicos disponíveis, incluindo consultas, exames e acompanhamento neonatal, todos cruciais para o manejo da doença falciforme (França, 2017). Além disso, a mobilização social é prioritária, com eventos frequentes na instituição voltados à conscientização pública sobre a doença. Esses eventos não apenas educam os portadores da doença, mas também sensibilizam a população em geral, promovendo uma compreensão mais ampla e apoio à causa.

A presença de unidades de atendimento espalhadas pelos bairros e distritos, embora útil, não atende à complexidade das demandas de pacientes com doenças falciformes. Essas doenças requerem um acompanhamento contínuo e integral, que

envolve desde tratamentos médicos específicos até apoio psicológico e orientação familiar. O centro idealizado teria a capacidade de unificar esses serviços em um único local, promovendo um atendimento mais eficiente e coordenado. Além disso, a criação desse centro ajuda a enfrentar um dos principais desafios relacionados a essas condições: a falta de informação. Nas comunidades, muitas vezes, há desconhecimento sobre a anemia falciforme, que se traduz em diagnósticos tardios e tratamento inadequado. Um centro especializado pode atuar como uma fonte de informação, realizando campanhas educacionais e conscientizando a população sobre sintomas, tratamento e cuidados necessários. Outra vantagem significativa é a facilitação do acesso aos serviços de saúde. Com um centro centralizado, mesmo pessoas morando em localidades afastadas teriam um ponto de referência claro para obter o suporte de que necessitam (França, 2017). Isso reduziria o afastamento entre as localidades e potencialmente melhoraria os índices de saúde da população afetada, garantindo um tratamento contínuo e eficaz. Em resumo, a implantação desse centro não apenas atenderia a uma demanda evidente na cidade, mas também reforçaria a saúde pública ao promover informações adequadas, coordenação de cuidados e acesso igualitário aos serviços. Portanto, essa iniciativa deve ser vista como um avanço significativo para a comunidade de São Francisco do Conde.

4.3 QUILOMBO DO MONTE RECÔNCAVO

O Decreto nº 4.887/2003 estabelece diretrizes importantes para o reconhecimento e a proteção das comunidades quilombolas no Brasil. De acordo com o artigo 2º, a definição desses grupos como remanescentes de quilombos se baseia em critérios de auto atribuição, significando que cabe ao próprio grupo a identificação como tal. Além disso, essas comunidades devem possuir uma trajetória histórica única e manter relações específicas com o território que ocupam. A ancestralidade negra, associada à resistência à opressão histórica, também é um elemento central na identificação desses grupos. De acordo com o art. 2º do Decreto nº 4.887/2003,

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

Essa legislação reflete um avanço significativo no reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, ao legitimar a importância de suas histórias e tradições culturais. Ao enfatizar a auto atribuição, o decreto reforça a autonomia e o protagonismo das comunidades na definição de suas identidades. O foco nas relações territoriais específicas reconhece a ligação profunda que essas comunidades têm com suas terras, aspecto essencial para sua sobrevivência e continuidade cultural. Ainda que exista esse marco legal, desafios persistem na efetivação desses direitos. Muitas comunidades ainda enfrentam dificuldades relacionadas à demarcação de territórios e ao reconhecimento oficial. Portanto, a implementação plena do Decreto nº 4.887/2003 é crucial para garantir a proteção e promoção dos direitos dos quilombolas no país. Assim, de acordo com o disposto no referido decreto, o Quilombo do Monte, também conhecido como Quilombo Monte Recôncavo, em São Francisco do Conde- BA, foi certificado em 2007 pela Fundação Cultural Palmares, como remanescente de quilombo (Patrimônio, 2023) conforme a Portaria nº 25/2007, de 13/03/2007 dessa fundação.

O Quilombo do Monte, ou Quilombo Monte Recôncavo, localizado em São Francisco do Conde, Bahia, foi oficialmente reconhecido como uma comunidade remanescente de quilombo em 2007. Essa certificação foi concedida pela Fundação Cultural Palmares através da Portaria nº 25/2007, datada de 13 de março de 2007. Este reconhecimento é um passo importante no processo de assegurar os direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas, permitindo-lhes preservar suas tradições e garantir a manutenção de seu modo de vida. O Quilombo do Monte, como outras comunidades quilombolas no Brasil, representa um patrimônio cultural e histórico significativo, simbolizando a resistência africana e a luta pela liberdade e igualdade no país. Essa certificação, realizada por meio da Portaria nº 25/2007 emitida em 13 de março de 2007, reconhece a importância histórica e cultural da comunidade, garantindo a ela direitos específicos associados a territórios quilombolas. Esse reconhecimento é um passo fundamental para a proteção e valorização das tradições e da identidade cultural dos descendentes dos quilombolas que habitam essa região. O reconhecimento é um passo importante para a garantia dos direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas, que possuem uma história rica de resistência e contribuição para a diversidade cultural do Brasil. Tal certificação busca assegurar a proteção e valorização do patrimônio histórico e cultural dessas comunidades, promovendo a preservação de suas

tradições e modos de vida singulares.

O Quilombo do Monte Recôncavo está situado na zona rural de São Francisco do Conde, um município costeiro da Bahia, aproximadamente 70 quilômetros ao norte de Salvador. Sua localização é cercada por belas paisagens naturais, incluindo áreas costeiras e florestas. O Quilombo do Monte Recôncavo está inserido em uma região rica em história e cultura, refletindo as tradições e heranças africanas preservadas por seus habitantes. A comunidade quilombola tem um papel fundamental na manutenção de práticas culturais, que incluem celebrações tradicionais, danças, e culinária típica. A resistência e a luta pelos direitos territoriais são aspectos marcantes da história deste quilombo, com a comunidade dedicando-se a preservar suas terras e modos de vida diante das pressões externas.

A economia local é, em grande parte, baseada na agricultura de subsistência, onde cultivos como mandioca, feijão e banana são comuns. Além disso, o artesanato também se destaca, com a produção de peças que refletem sua identidade e saberes ancestrais. Na área de educação, projetos comunitários buscam fortalecer o entendimento sobre a importância da história afro-brasileira e dos quilombos, desempenhando um papel vital na conscientização e empoderamento das novas gerações. A proximidade com a capital Salvador não só proporciona acesso a mercado para produtos locais, mas também influencia a dinâmica cultural do quilombo, onde tradições locais se encontram com influências urbanas, criando um ambiente único de convivência e troca cultural. O Quilombo do Monte Recôncavo é, portanto, um exemplo vibrante de resiliência e continuidade cultural, mantendo viva a memória e o legado dos antepassados.

A economia do Quilombo do Monte é baseada principalmente na agricultura, pesca e atividades tradicionais. Os quilombolas cultivam uma variedade de alimentos, incluindo mandioca, milho, feijão e frutas, que sustentam a comunidade e também são fontes de renda. A pesca é uma atividade significativa devido à proximidade com a costa. A economia do Quilombo do Monte apresenta-se como um exemplo de resiliência e sustentabilidade, fundamentando-se em práticas tradicionais transmitidas ao longo de gerações. A agricultura é o alicerce econômico, com plantações de mandioca, milho, feijão e frutas que não apenas garantem a segurança alimentar da comunidade, mas também fornecem excedentes para venda em mercados locais. Essa variedade de cultivos demonstra a adaptação às condições climáticas e de solo da região, permitindo uma diversificação que reduz

riscos econômicos. Paralelamente, a pesca desempenha um papel vital, impulsionada pela localização costeira do quilombo. As águas abundantes oferecem uma rica diversidade de peixes e frutos do mar que são essenciais à dieta local e à comercialização, sendo que alguns pescados são trocados com comunidades vizinhas. Essa troca não apenas fortalece laços sociais, mas também contribui para a economia local. Além dessas atividades, os quilombolas mantêm práticas econômicas tradicionais, como o artesanato e a medicina herbal, que preservam a cultura e promovem o turismo. Esses aspectos culturais atraem visitantes interessados em experiências autênticas, o que gera renda adicional e oportunidades de emprego para os moradores. O uso sustentável dos recursos naturais, aliado ao conhecimento passado entre as gerações, assegura a continuidade dessas práticas econômicas. O Quilombo do Monte é um exemplo de como comunidades podem equilibrar a tradição e a inovação para construir uma economia que suporta tanto o presente quanto o futuro de seus habitantes.

A cultura do Quilombo do Monte é rica e diversificada. Música, dança, culinária e religiões afro-brasileiras desempenham um papel importante na vida cotidiana. A capoeira, uma forma de arte marcial afro-brasileira, tem raízes profundas no quilombo. Além disso, festas e celebrações tradicionais são realizadas ao longo do ano, refletindo a herança cultural africana. A cultura do Quilombo do Monte é uma vibrante tapeçaria de tradições que preserva e celebra a herança africana. A música e a dança são centrais, com instrumentos tradicionais e ritmos que animam as festividades locais. A capoeira, mais do que uma arte marcial, é uma expressão cultural que combina movimento, música e história, cultivada há gerações. A culinária é um outro pilar, com pratos que misturam ingredientes locais e técnicas ancestrais, proporcionando um sabor único e identitário. As religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, oferecem um espaço espiritual vital, onde rituais e cerimônias conectam os membros da comunidade com seus ancestrais e divindades. Ao longo do ano, diversas festas e celebrações são realizadas, não apenas como momentos de alegria, mas também como importantes ocasiões para a transmissão de tradições e fortalecimento dos laços comunitários. Essa rica tapeçaria cultural é um testemunho vivo da resistência e vitalidade dos quilombolas, que continuam a moldar sua identidade e história no Brasil contemporâneo.

O Quilombo do Monte, tem raízes profundas na resistência quilombola.

Originou-se da busca pela liberdade, mantendo tradições culturais, conforme documentado por Santos e Guerola (2021). O Quilombo do Monte, localizado em São Francisco do Conde, é uma comunidade cuja história está profundamente enraizada nos séculos XVI e XVII, durante o período colonial no Brasil. Nessa época, fugas de africanos escravizados das plantações eram comuns devido às opressivas condições de trabalho e vida. Esses fugitivos, buscando liberdade e autossuficiência, formaram comunidades conhecidas como quilombos.

A formação do Quilombo do Monte Recôncavo, conforme elucidado por João Paulo Pinto do Carmo (2022), ocorreu em um contexto pós-abolição desafiador, no qual os ex-escravizados buscavam reconstruir suas vidas em meio às complexidades sociais da época. O engajamento nesse processo de liberação e construção de uma identidade própria é um aspecto central na história do Quilombo. O Quilombo do Monte Recôncavo exemplifica a resistência e a resiliência dos ex-escravizados em um período pós-abolição repleto de desafios. Após a abolição da escravidão, muitos ex-escravos enfrentaram dificuldades significativas, como a falta de recursos, discriminação e a exclusão social. Essa comunidade, assim como outras semelhantes, tornou-se um refúgio e um símbolo de liberdade, onde seus membros podiam se organizar, preservar suas tradições culturais e construir um novo sentido de identidade. Nesse processo, a formação do Quilombo foi vital para o fortalecimento da identidade coletiva dos ex-escravizados. A comunidade serviu como espaço de solidariedade e resistência, proporcionando aos seus integrantes um ambiente no qual poderiam exercer autonomia e participar ativamente na reconstrução de suas vidas. Além disso, o Quilombo funcionou como um centro cultural e social, onde práticas tradicionais foram preservadas e transmitidas para as gerações seguintes, assegurando a continuidade de suas heranças culturais.

A construção de uma identidade própria no Quilombo do Monte Recôncavo não foi apenas uma resposta às adversidades, mas também uma afirmação de dignidade e autoafirmação. O engajamento dos membros da comunidade em criar e sustentar essa nova realidade demonstra a importância do Quilombo como agente de transformação social. Assim, o Quilombo do Monte Recôncavo exemplifica a capacidade dos ex-escravizados de superar adversidades através da força comunitária e da preservação de suas tradições.

João Paulo Pinto do Carmo, em sua análise de 2022, explora a formação do Quilombo do Monte Recôncavo, destacando os contextos históricos que

possibilitaram seu surgimento. O autor argumenta que este quilombo não foi apenas um refúgio de resistência contra a opressão, mas também um importante centro para a preservação e continuidade das tradições culturais. A formação desse quilombo reflete a busca pela liberdade e a necessidade de criar um espaço onde as práticas culturais pudessem ser mantidas e desenvolvidas sem a interferência do sistema opressor. João Paulo Pinto do Carmo (2022) oferece uma análise aprofundada sobre a formação do Quilombo do Monte Recôncavo, destacando as condições históricas que levaram à sua criação. Segundo o autor, esse quilombo emergiu como um espaço de resistência, proporciona não apenas liberdade, mas também a preservação das tradições culturais (Carmo, 2022).

A resistência dos quilombos era não apenas uma forma de sobrevivência, mas também uma afirmação cultural e social contra o sistema escravista. O Quilombo do Monte é um exemplo significativo dessa luta, representando a perseverança e a adaptabilidade dos africanos e seus descendentes. Com suas tradições culturais e modos de vida, essa comunidade mantém vivos não apenas os valores de resistência dos seus antepassados, mas também o legado cultural africano no Brasil. Hoje, o Quilombo do Monte continua a ser um símbolo da herança africana, promovendo a consciência histórica e cultural, enquanto luta por direitos territoriais e reconhecimento da sua importância histórica. A história do quilombo é uma lembrança contínua da luta por justiça e igualdade, inspirando novas gerações a valorizar e resguardar esse patrimônio inestimável. As histórias do Quilombo do Monte Recôncavo, conforme apresentações de Santos e Guerola, enriquecem a compreensão das vivências quilombolas.

As histórias do Quilombo do Monte Recôncavo, conforme documentadas por Santos e Guerola (2021), ilustram vividamente esse processo, revelando uma construção identitária por meio das experiências compartilhadas. O entendimento da identidade quilombola, portanto, transcende a mera localização geográfica, abraçando uma narrativa viva e em constante transformação. As histórias do Quilombo do Monte Recôncavo, como descritas, oferecem uma visão profunda sobre a formação da identidade quilombola. Essa identidade não se define apenas pela ocupação de um território, mas sim pelas experiências e vivências que se entrelaçam ao longo do tempo. É uma narrativa dinâmica, onde tradições, lutas e conquistas se unem para formar um senso de pertença e comunidade. Através de desafios e celebrações coletivas, os quilombolas constroem uma noção de si que se

reflete em suas práticas culturais, valores e resistência. Assim, a identidade quilombola se revela como um processo contínuo de redefinição e adaptação, refletindo a resiliência e a força de um povo que busca afirmar sua história e legado ao longo das gerações.

O conceito de Quilombo como processo e a identidade quilombola como um contínuo são fundamentais para uma compreensão mais profunda das comunidades quilombolas, como exemplificado pelo Quilombo do Monte Recôncavo. Essa perspectiva dinâmica permite explorar a evolução histórica e cultural dessas comunidades, bem como sua resistência. Em vez de enxergar os quilombos apenas como refúgios de resistência do passado, a ideia de processo ressalta a continuidade e a adaptação das práticas, tradições e formas de organização social ao longo do tempo. Essa abordagem evidencia que os quilombos não são simplesmente espaços geográficos, mas sim centros vibrantes de identidade cultural e social. No caso do Quilombo do Monte Recôncavo, sua história ilustra como essas comunidades foram capazes de manter e transformar suas práticas culturais, resistindo às pressões externas enquanto preservavam um senso de identidade coletiva. As narrativas orais e tradições locais são essenciais para manter a memória viva e fortalecer a coesão social dentro da comunidade. Além disso, essa compreensão processual dos quilombos destaca a agência dos quilombolas, que, ao longo dos séculos, têm reinterpretado e adaptado suas tradições, sempre com um olhar voltado para a preservação da dignidade e autonomia. Isso é especialmente relevante em um contexto contemporâneo, onde as comunidades quilombolas ainda enfrentam desafios significativos, como a luta por direitos territoriais e reconhecimento cultural. Portanto, abordar os quilombos e a identidade quilombola como um contínuo não apenas enriquece nossa compreensão histórica, mas também fortalece os esforços contemporâneos de resistência e afirmação cultural. O conceito de Quilombo como processo e a identidade quilombola como um contínuo se fundamentam nas narrativas do Quilombo do Monte Recôncavo, evidenciando a riqueza dessa abordagem para compreender a história, a cultura e a resistência das comunidades quilombolas.

O Quilombo do Monte Recôncavo tem suas origens profundamente enraizadas na busca pela liberdade e resistência contra a opressão. Estudos como os de Santos e Guerola (2021) revelam que a comunidade surge como um espaço de refúgio e autonomia, representando a resistência quilombola que desafia as

estruturas sociais injustas. A história do Quilombo do Monte é um exemplo notável de resiliência e adaptação de comunidades quilombolas ao longo dos anos. Esta comunidade, desde suas origens, tem enfrentado e superado inúmeros desafios, sempre mantendo suas tradições vivas e relevantes. A capacidade de adaptação é uma das suas características mais marcantes, assim como a preservação de práticas culturais e sustentáveis que fortalecem a relação com o território. Essas práticas incluem celebrações culturais únicas que expressam a identidade quilombola e reforçam laços comunitários, além de modos de subsistência que respeitam e valorizam o ambiente natural ao redor. Outro elemento crucial é a forte conexão mantida com a terra, que não é vista apenas como um espaço de sobrevivência, mas como um legado cultural e espiritual. Essa relação com o território é essencial para a continuidade de suas tradições e para a perpetuação dos valores coletivos. A rica tapeçaria da vida no Quilombo do Monte é tecida através dessas histórias de resistência, vitória e comunidade. A força em manter e transmitir suas tradições para as gerações futuras garante que a essência do quilombo continue viva e vibrante. Dessa forma, a comunidade não apenas sobrevive, mas prospera, encontrando maneiras de se adaptar a um mundo em constantes mudanças e desafios. Um exemplo disso é a realização da Esmola Cantada, manifestação religiosa petitoria em que fieis carregando a imagem de Nossa Senhora do Monte arrecadam ofertas para custear a manutenção da igreja do Monte (Figura 5) e festejos da comunidade, tradição que remonta os séculos XVII e XVIII (Ribeiro, 2018), entre outras manifestações culturais.

Figura 5 - Igreja do Monte Recôncavo



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde (2014).

Outras tradições e manifestações culturais, também são vivenciadas em São Francisco do Conde, reflexo da herança cultural quilombola, como a Lavagem do Monte, o cortejo de baianas, a capoeira, os afoxés, os grupos de samba de roda, a charanga, os terreiros de candomblé e os folguedos. São Francisco do Conde, município brasileiro da Bahia, é um verdadeiro caldeirão cultural, onde diversas tradições e manifestações estão profundamente enraizadas na herança quilombola. A Lavagem do Monte é uma dessas expressões culturais, caracterizada por rituais de purificação que incorporam elementos religiosos e comunitários. O cortejo de baianas, por sua vez, enche as ruas de cores e música, evocando o espírito e a história da região. A capoeira, arte marcial afro-brasileira, é não apenas uma prática física, mas também uma celebração da resistência e identidade cultural. Os afoxés conectam os moradores às suas raízes africanas por meio de ritmos e cânticos que transcendem gerações. Os grupos de samba de roda, com suas canções e danças, proporcionam uma vivência coletiva de alegria e tradição. A charanga, conhecida por sua música animada, é presença marcante em festas e eventos locais. Os terreiros de candomblé, espaços sagrados, mantêm viva a espiritualidade afro-brasileira e oferecem uma conexão profunda com ancestrais e divindades. Os folguedos, com suas apresentações e encenações, trazem vida e cor às ruas, celebrando histórias e mitos locais. Essas manifestações não apenas preservam tradições, mas também fortalecem a identidade cultural da comunidade, contribuindo

para um patrimônio cultural rico e diversificado.

As manifestações culturais, conforme Santos e Guerola (2021), desempenharam um papel vital na consolidação da identidade quilombola, sendo heranças culturais importantes daqueles que formaram o Quilombo do Monte Recôncavo. Gomes (2021) contribui para essa compreensão ao evidenciar como as práticas cotidianas e as expressões culturais são reflexos dessa história quilombola. As manifestações culturais têm desempenhado um papel fundamental na consolidação da identidade quilombola ao longo dos anos. Elas representam as tradições, costumes e práticas que foram passadas de geração em geração pelos integrantes do Quilombo do Monte Recôncavo. Essas manifestações são essenciais não apenas como uma forma de preservar o passado, mas também como uma maneira de moldar a identidade presente e futura da comunidade. Essas expressões culturais não se limitam à música, dança ou festividades; elas estão imbuídas em todos os aspectos da vida cotidiana. Desde a maneira como os alimentos são preparados, até as tradições orais e celebrações comunitárias, tudo reflete uma rica tapeçaria de histórias, resistência e resiliência. Essas práticas cotidianas são, portanto, uma prova viva da continuidade e adaptação das tradições quilombolas. Além disso, a identidade quilombola é também reforçada por meio de narrativas que contam histórias de resistência e sobrevivência. Essas histórias são passadas oralmente, garantindo que as lições de força e união continuem a inspirar as novas gerações. Ao celebrar estas tradições culturais, a comunidade não apenas honra seus antepassados, mas também fortalece os vínculos entre seus membros.

Nesse contexto, as manifestações culturais são vitais para a vivência e resistência do Quilombo do Monte Recôncavo, funcionando como um meio de afirmação da identidade e uma ferramenta para a construção de um futuro próspero. Elas são o elo que conecta o passado ao presente e pavimentam o caminho para um futuro em que a identidade quilombola continue a se fortalecer e a ser celebrada. No Quilombo do Monte Recôncavo, as manifestações culturais desempenham um papel central na sobrevivência e no fortalecimento da comunidade. Estas manifestações, que incluem danças, músicas, festas e rituais, não apenas ajudam a preservar a história e as tradições dos ancestrais, mas também servem como um poderoso meio de resistência contra a marginalização. Ao celebrar suas práticas culturais, os quilombolas reforçam sua identidade coletiva, promovendo um senso de pertencimento e unidade. Além disso, essas expressões culturais são ferramentas

fundamentais para a educação das novas gerações. Ao transmitirem seus conhecimentos e tradições, os mais velhos garantem que as raízes do quilombo permaneçam vivas e relevantes. Essa troca intergeracional é crucial para a construção de um futuro próspero, no qual os jovens se sintam orgulhosos de suas heranças e incentivados a lutar por seus direitos.

As manifestações culturais também funcionam como um ponto de conexão com outras comunidades e movimentos sociais, fortalecendo alianças e ampliando a visibilidade e apoio ao quilombo. Nesse contexto, a cultura se torna um campo fértil para a inovação, onde tradições podem dialogar com novas influências, enriquecendo a vida comunitária e garantindo um legado forte para as próximas gerações. Assim, a continuidade dessas manifestações é essencial para o fortalecimento da identidade e a viabilidade do Quilombo do Monte Recôncavo. A pesquisa de Santos e Guerola (2021) ressalta a importância das histórias transmitidas oralmente, de geração em geração, revelando detalhes sobre a luta pela libertação e a construção do Quilombo. Essas narrativas não apenas registraram as lutas pela liberdade, mas também contribuíram para a perpetuação das tradições e manifestações quilombolas, inclusive do Quilombo de Monte Recôncavo. A oralidade, nesse contexto, é uma ferramenta vital para compreender a trajetória desde os primórdios até os dias atuais. As histórias transmitidas oralmente desempenham um papel fundamental na preservação e disseminação da cultura e das lutas vivenciadas pelos quilombos. No caso específico do Quilombo de Monte Recôncavo, essas narrativas orais são essenciais para entender como as comunidades quilombolas resistiram e moldaram seu espaço ao longo do tempo. Elas servem, não apenas como um registro histórico das lutas pela liberdade, mas também como um meio de manter vivas as tradições, valores e crenças que definem a identidade quilombola. A oralidade permite que essas histórias evoluam e se adaptem, garantindo que as experiências e ensinamentos dos antepassados sejam passados para as gerações futuras. Assim, a transmissão oral não só preserva o passado, mas também fortalece a comunidade nos dias de hoje, consolidando laços e promovendo um sentimento de continuidade e pertencimento.

A preservação da cultura quilombola, como destacado por Gomes (2021), é fundamental para compreender a identidade única dessa comunidade, forjada em uma interação complexa de história, tradição e resistência. Assim, a herança cultural

se traduz por expressões culturais e religiosas dinâmicas que moldam a identidade atual da comunidade quilombola do Monte Recôncavo, por meio de suas danças, músicas e práticas cotidianas, as quais são testemunhos vivos dessa história resiliente. Como ressaltado por Gomes (2021), é fundamental para compreender a identidade única dessa comunidade, forjada em uma interação complexa de história, tradição e resistência. Assim, a herança cultural se traduz por expressões culturais e religiosas dinâmicas que moldam a identidade atual da comunidade quilombola do Monte Recôncavo, por meio de suas danças, músicas e práticas cotidianas, as quais são testemunhos vivos dessa história resiliente.

Dessa forma, o Quilombo do Monte Recôncavo não é apenas um ponto no mapa, mas uma narrativa viva de resistência, história e identidade quilombola que continua a se desdobrar ao longo do tempo, visto que o Quilombo do Monte Recôncavo, tem suas raízes entrelaçadas com uma história de resistência dos afrodescendentes à escravidão. Conforme documentado por Santos e Guerola (2021), a formação desse quilombo remanescente ao período pós-abolição, quando os ex-escravizados buscaram autonomia e liberdade, estabelecendo comunidades independentes. O Quilombo do Monte Recôncavo simboliza muito mais do que um lugar físico; ele é uma expressão contínua de resistência e identidade cultural profunda. Localizado no Recôncavo Baiano, sua história remonta ao período pós-abolição, quando os afrodescendentes, libertos das correntes da escravidão, procuraram estabelecer comunidades autônomas e auto-suficientes. Ao formar essa comunidade, eles não apenas buscavam segurança e estabilidade econômica, mas também uma maneira de preservar e celebrar suas tradições culturais, espirituais e sociais.

A dinâmica social do Quilombo do Monte Recôncavo hoje é marcada por esforços para manter vivas as tradições ancestrais, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios contemporâneos, como a luta por reconhecimento legal e pela proteção de seus territórios. As gerações que vivem ali buscam equilibrar a preservação de suas raízes culturais com as demandas do mundo moderno, garantindo que a herança de seus antepassados continue a ser uma parte vibrante de sua identidade. Além disso, o Quilombo funciona como um espaço de fortalecimento comunitário, onde as práticas de solidariedade e cooperação são essenciais para enfrentar adversidades. A luta por direitos, como acesso à terra e à educação, evidencia que a resistência é uma parte intrínseca do cotidiano dessa comunidade.

Dessa forma, o Quilombo do Monte Recôncavo permanece um exemplo vivo de como a história e a identidade quilombola continuam a se adaptar e a se afirmar ao longo do tempo, tecendo uma narrativa de continuidade e transformação.

Os estudos de Santos e Guerola exploram as dinâmicas sociais e ambientais que influenciam o Quilombo, trazendo à tona os desafios contemporâneos enfrentados pela comunidade. Esses desafios incluem questões de sustentabilidade ambiental, acesso a recursos naturais e o impacto das políticas públicas sobre a vida no Quilombo. A análise de Pinto reforça a importância de entender o Quilombo do Monte Recôncavo em sua totalidade, considerando tanto o legado histórico quanto as circunstâncias atuais. A integração dessas complexidades permite uma abordagem mais holística, promovendo soluções mais eficazes para os conflitos enfrentados. Além disso, os estudos de Santos e Guerola (2021) oferecem uma visão mais ampla das dinâmicas sociais e ambientais que moldam o Quilombo, destacando desafios contemporâneos. Os conflitos ambientais e sociais, conforme Pinto (2022), evidenciam a necessidade de considerar o Quilombo do Monte Recôncavo em seu contexto mais amplo, integrando as complexidades do passado e do presente. Nesse processo, o Quilombo do Monte Recôncavo não é somente um reflexo do passado, mas uma comunidade resiliente que, ao longo do tempo, moldou seu destino. A obra de Santos e Guerola (2021) é essencial para entender como as histórias do Monte Recôncavo se entrelaçam com a história mais ampla das comunidades quilombolas, contextualizando a formação do Quilombo em São Francisco do Conde de maneira mais profunda e significativa.

Portanto, a formação do Quilombo do Monte Recôncavo está intrinsecamente ligada à luta pela liberdade pós-abolição, refletindo não apenas um espaço geográfico, mas uma narrativa de resistência e preservação cultural, a qual remonta um período pós-abolição de desafios, marcado pela busca por autonomia e liberdade. De acordo com João Paulo Pinto do Carmo (2022), as condições históricas propícias para a criação de comunidades quilombolas se estabeleceram nesse contexto, impulsionadas pela resistência à marginalização social.

Além disso, as reflexões de Santos e Guerola (2021) sobre o contexto social, econômico e ambiental negativos para uma compreensão mais abrangente da formação do Quilombo em São Francisco do Conde. Os desafios enfrentados pela comunidade, desde sua origem até os dias atuais, refletem não apenas a luta contra a

escravidão, mas também as adversidades contemporâneas que impactam a vida quilombola. A pesquisa de Santos e Guerola (2021) discute sobre desafios relacionados ao reconhecimento e à preservação da identidade quilombola em meio a pressões sociais e culturais externas. Gomes (2021) acrescenta que o Quilombo do Monte enfrenta desafios socioeconômicos, destacando aqueles relacionados a emprego, educação e acesso a serviços básicos.

Gomes (2021) traz à tona desafios relacionados à sustentabilidade cultural, considerando como o Quilombo lida com a preservação de suas tradições em um contexto em constante mudança. A discussão sobre a sustentabilidade cultural nos Quilombos, conforme Gomes (2021), foca nos desafios de preservar tradições em um mundo em constante transformação. Esses desafios são particularmente relevantes em comunidades que buscam manter viva a herança cultural em meio a influências externas e pressões socioeconômicas. Para os Quilombos, a sustentabilidade cultural envolve não apenas preservar tradições, músicas, danças e práticas religiosas, mas também adaptá-las a novas realidades de forma que continuem relevantes para as gerações atuais e futuras. Além disso, a sustentabilidade cultural está intrinsecamente ligada à luta por direitos territoriais e sociais, uma vez que o acesso à terra e a autonomia são fundamentais para manter e fortalecer essas tradições. Os Quilombos enfrentam a pressão da modernização e da globalização, que muitas vezes desafiam as práticas tradicionais e incentivam a assimilação a culturas dominantes. Nesse contexto, a educação e transmissão oral são ferramentas essenciais para garantir que os jovens mantenham uma conexão com suas raízes culturais. Assim, para garantir a sustentabilidade cultural, é crucial que haja um esforço conjunto entre governos, organizações e as próprias comunidades Quilombolas para promover políticas de apoio e valorização cultural, além de fornecer recursos e meios para que essas tradições continuem a florescer de maneira sustentável.

Os estudos realizados por diferentes pesquisadores ressaltam a complexidade e diversidade dos desafios enfrentados pelos quilombos, especialmente o Quilombo Monte Recôncavo. O estudo realizado pela Fundação Cultural Palmares (Patrimínio, 2020) destaca aspectos do território quilombola, possibilitando compreender desafios relacionados à preservação do espaço. Segundo a pesquisa de Gelard (2019) intitulada "Ser criança é ser quilombola", discute sobre desafios específicos enfrentados pelas crianças no Quilombo Monte

Recôncavo, contribuindo para a compreensão das dinâmicas familiares e educacionais. Para Pinto et al (2022), na pesquisa "Tecendo as redes dos conflitos e relações ambientais no Quilombo Dom João e Monte Recôncavo", discute sobre os desafios ambientais e de conflitos territoriais enfrentados pela comunidade quilombola. A obra de Carmo (2016), "Um lugar chamado quilombo", fornece informações sobre a história específica do Quilombo do Monte Recôncavo, permitindo a compreensão dos desafios enfrentados ao longo do tempo.

A pesquisa da Fundação Cultural Palmares em 2020 enfatiza a necessidade de proteger e preservar os territórios quilombolas, que são fundamentais para a identidade e sobrevivência dessas comunidades. Este foco na preservação territorial é crucial, pois os quilombos muitas vezes enfrentam ameaças de perda de terra e violações de seus direitos. Gelard, em sua pesquisa de 2019, explora especificamente as dificuldades que as crianças dessas comunidades enfrentam, abordando questões de identidade e acesso à educação. Essa perspectiva é vital para entender como as dinâmicas familiares e educacionais influenciam na formação das crianças quilombolas, garantindo que as futuras gerações mantenham viva a cultura e tradições de seus antepassados. Os desafios ambientais e territoriais são aprofundados por Pinto *et al.* (2022), que tratam dos conflitos e impactos ambientais enfrentados no Quilombo Dom João e Monte Recôncavo. Estes desafios não se limitam apenas à preservação do espaço físico, mas também às relações intra e extracomunitárias, que são frequentemente tensionadas pela pressão externa e interesses conflitantes. A obra de Carmo (2016) oferece uma visão histórica do Quilombo do Monte Recôncavo, permitindo um entendimento contextual dos esforços contínuos de resistência e adaptação das comunidades quilombolas. Esse panorama histórico é essencial para compreender que os desafios atuais são parte de uma luta contínua por direitos e reconhecimento. Em suma, a combinação desses estudos proporciona uma visão abrangente e profunda das múltiplas camadas de desafios enfrentados pelos quilombos, destacando a importância de uma abordagem integrada que considere aspectos sociais, educacionais, ambientais e históricos para a defesa e fortalecimento dessas comunidades.

O levantamento das comunidades rurais afro-brasileiras no Recôncavo da Bahia, realizado por Araujo e Oliveira (2023), é relevante para compreender os desafios sociolinguísticos e aspectos das relações em comunidades remanescentes

de quilombos. O estudo de Araujo e Oliveira sobre as comunidades rurais afro-brasileiras no Recôncavo da Bahia é vital para entender os desafios sociolinguísticos e as dinâmicas sociais dessas comunidades quilombolas. Essas comunidades enfrentam dificuldades relacionadas à preservação de suas tradições e línguas, além de lidarem com influências externas que podem ameaçar sua identidade cultural. Os aspectos sociolinguísticos abordados no levantamento incluem a forma como a língua é utilizada no dia a dia, sua relação com a cultura e a identidade, e o impacto das mudanças sociais na preservação das tradições orais. Além disso, o estudo também ilumina as relações internas e externas das comunidades, destacando questões de resistência cultural e adaptação. O levantamento é, portanto, um instrumento crucial para valorizar e proteger o patrimônio cultural e linguístico dessas comunidades, garantindo que suas histórias e práticas continuem a ser reconhecidas e celebradas. Além disso, oferece subsídios importantes para políticas públicas que busquem promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades tradicionais.

O desenvolvimento urbano traz uma série de desafios significativos, conforme apontado por Pinto em 2022. À medida que as cidades crescem, as questões de infraestrutura, mobilidade, habitação e sustentabilidade tornam-se mais complexas e exigem soluções inovadoras e sustentáveis. Além disso, a pressão por áreas urbanizáveis frequentemente resulta em conflitos territoriais, especialmente em regiões onde comunidades tradicionais, como os quilombos, buscam garantir seus direitos sobre a terra. Santos e Guerola (2021) abordam exatamente essas tensões no contexto dos quilombos. Esses conflitos frequentemente envolvem a demarcação de terras, um processo que é essencial para que essas comunidades possam manter suas tradições, cultura e modo de vida. As mudanças no ambiente, acarretadas pelo desenvolvimento urbano e outras forças externas, podem ameaçar a sustentabilidade destes territórios, forçando as comunidades a se adaptarem enquanto lutam para preservar sua identidade e seus direitos. A coexistência entre o desenvolvimento urbano e a preservação dos territórios quilombolas requer diálogo constante e políticas públicas que respeitem e protejam os direitos dessas comunidades. A pesquisa de Pinto (2022) revela desafios decorrentes do desenvolvimento urbano, enquanto que Santos e Guerola (2021) trata dos conflitos territoriais que o Quilombo enfrenta, relacionados à demarcação e garantia de seus direitos sobre o espaço e à convivência com mudanças no ambiente.

O Quilombo do Monte, como outras comunidades quilombolas no Brasil, enfrenta desafios significativos no que diz respeito ao acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Esses problemas são amplamente atribuídos a décadas de marginalização socioeconômica e falta de investimentos adequados em áreas predominantemente ocupadas por quilombolas. Essa situação cria barreiras para o desenvolvimento dessas comunidades, dificultando ainda mais a melhoria das condições de vida. Apesar desses desafios, o Quilombo do Monte tem sido exemplar em sua resistência e na luta por direitos e reconhecimento. As lideranças quilombolas têm se mobilizado para assegurar a demarcação e a preservação de suas terras, que são fundamentais para a sobrevivência e a continuidade de suas tradições culturais. Essa luta pela terra é, em grande parte, uma resposta à ameaça constante de remoção e à pressão de interesses externos que buscam explorar esses territórios para atividades econômicas que não beneficiam as comunidades locais. Além da luta pela terra, o Quilombo do Monte tem investido em iniciativas para fortalecer a identidade cultural e a educação de seus membros. A valorização da cultura quilombola, através de práticas como músicas, danças, e narrativas orais, contribui para a coesão social e para o empoderamento dos jovens da comunidade. Além disso, os quilombolas buscam parcerias com ONGs e instituições governamentais para melhorar o acesso a serviços educativos e de saúde, frequentemente levando à criação de programas locais adaptados às necessidades e realidades específicas da comunidade. A visibilidade das questões enfrentadas pelo Quilombo do Monte e outras comunidades quilombolas tem aumentado, graças ao ativismo de seus membros e ao apoio de movimentos sociais e grupos aliados. Isso tem resultado em uma maior conscientização sobre a importância de políticas públicas inclusivas e de proteção aos direitos dessas comunidades, além de incentivar o diálogo em torno da diversidade cultural e da reparação histórica. O Quilombo do Monte, portanto, não apenas toma medidas para enfrentar seus desafios imediatos, mas também se posiciona como um símbolo da resiliência e da luta contínua das comunidades quilombolas por reconhecimento, justiça e igualdade no Brasil. Assim como muitas comunidades quilombolas, o Quilombo do Monte enfrenta desafios socioeconômicos, incluindo acesso limitado a serviços de saúde e educação. No entanto, o quilombo tem desempenhado um papel importante na luta pela preservação de suas terras e na promoção de seus direitos, contribuindo para a conscientização sobre as questões enfrentadas pelas comunidades quilombolas.

5 ANEMIA FALCIFORME E ACESSO A SAÚDE NO QUILOMBO DO MONTE

A doença falciforme é uma condição genética hereditária que afeta principalmente indivíduos de ascendência africana (Silva, 2012). O diagnóstico da Doença Falciforme é complexo, visto que a condição pode passar despercebida no teste do pezinho, realizado nos primeiros meses de vida, especialmente se a doença for assintomática ou apresentar poucos sintomas (oligossintomática), e se a criança não for avaliada para a presença de anemia nos primeiros anos de vida (Barbosa, 2017). O diagnóstico é um dos grandes desafios enfrentados por essa condição. O teste do pezinho, realizado rotineiramente nos recém-nascidos, é uma ferramenta importante, mas pode não ser suficiente para detectar todos os casos. Isso ocorre porque algumas crianças podem ter uma forma assintomática ou apresentar sintomas mínimos nos primeiros anos de vida. Sem a manifestação clara de anemia ou crises dolorosas, o reconhecimento precoce pode ser dificultado, o que atrasa o início do tratamento e acompanhamento adequados.

O manejo da doença falciforme requer uma abordagem multidisciplinar que inclui acompanhamento médico regular para monitorar sintomas como anemia e dor, além de intervenções para prevenir complicações específicas. A educação dos pais e cuidadores sobre a condição é crucial, pois eles desempenham um papel vital na identificação e gestão dos episódios de crise. Embora avanços no tratamento, como o uso de hidroxiureia e transfusões sanguíneas regulares, tenham melhorado a qualidade de vida dos pacientes, a cura definitiva pode ser alcançada apenas por meio do transplante de medula óssea, uma opção que ainda apresenta desafios significativos em termos de disponibilidade de doadores compatíveis e riscos associados. O aumento da conscientização sobre a doença e melhorias nas estratégias de diagnóstico precoce são essenciais para garantir um melhor prognóstico aos indivíduos afetados.

Dada a gravidade da doença e suas implicações na qualidade de vida dos portadores, o governo brasileiro reconheceu a Doença Falciforme como um importante problema de saúde pública em 1996. Em resposta a essa preocupação, o Ministério da Saúde implementou, em 2001, a Triagem Neonatal para Hemoglobinopatias, um programa que visa identificar precocemente casos de Doença Falciforme em recém-nascidos. Desde a sua implementação, a Triagem Neonatal tem revelado uma alta prevalência da doença na Bahia, onde 1 em cada

650 crianças nascem a cada ano com a Doença Falciforme, uma taxa superior à de qualquer outro estado brasileiro (Barbosa, 2017, p.9). O reconhecimento dessa gravidade pelo governo em 1996 levou à implementação de estratégias como a Triagem Neonatal para Hemoglobinopatias em 2001, que permite a identificação precoce da doença em recém-nascidos. Este é um passo crucial, pois o diagnóstico antecipado possibilita intervenções médicas que podem melhorar significativamente a expectativa e qualidade de vida dos portadores. A elevada taxa de incidência na Bahia, com 1 em cada 650 nascimentos, destaca ainda mais a importância de políticas de saúde direcionadas e da conscientização contínua sobre a doença. Essas medidas são fundamentais não apenas para o tratamento adequado, mas também para a promoção de pesquisas e suporte às famílias afetadas, ajudando a mitigar os impactos dessa condição na sociedade. Essa abordagem integral é essencial para abordar os desafios associados à Doença Falciforme no Brasil de maneira eficaz.

Para lidar com esse cenário e oferecer uma abordagem mais abrangente, foi instituída em 2005 a Política Nacional de Atenção Integral às pessoas com Doença Falciforme e outras hemoglobinopatias. Essa política visa garantir atendimento por uma equipe multidisciplinar, incluindo aconselhamento genético e assegurar o acesso aos medicamentos essenciais para o tratamento da condição.

Segundo Silva (2012),

No Brasil a doença falciforme faz parte do grupo de doenças e agravos relevantes que afetam a população afrodescendente e por esta razão foi incluída nas ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra do Ministério da Saúde, regulada no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Portaria nº 2.048 de 3 de setembro de 2009, que define as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença falciforme (Jesus, 2010). (Silva, 2012, p.10)

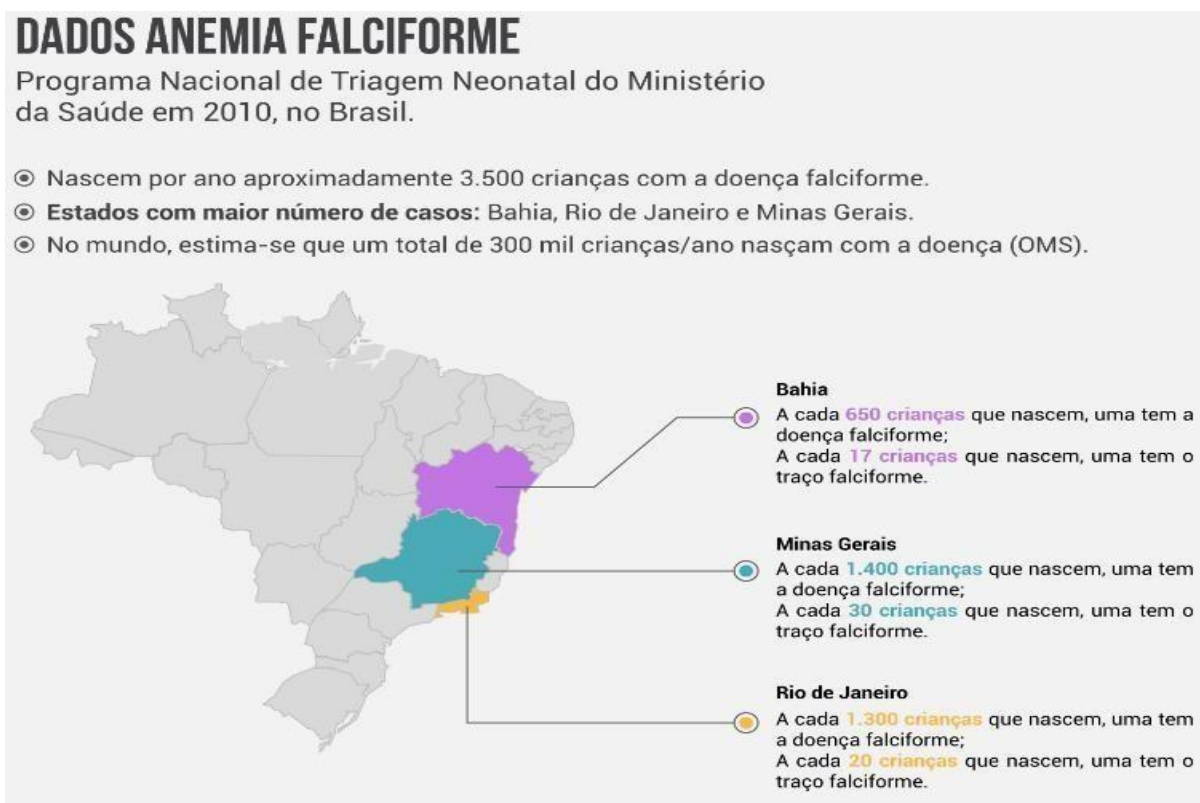
A Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras hemoglobinopatias, instituída em 2005, representa uma abordagem significativa na melhoria do cuidado para indivíduos com essas condições. Focando no atendimento integral, a política busca oferecer suporte de uma equipe multidisciplinar, composta por médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, entre outros profissionais. Essa equipe trabalha em conjunto para abordar as diversas necessidades dos pacientes, desde o manejo clínico até o suporte emocional. Além disso, a política enfatiza a importância do aconselhamento genético, permitindo que

os pacientes e suas famílias compreendam melhor a condição e as implicações genéticas, possibilitando decisões informadas sobre saúde reprodutiva e planejamento familiar. Outro pilar essencial dessa política é o acesso garantido aos medicamentos necessários para o tratamento eficaz da doença falciforme. Isso inclui a disponibilização de fármacos como a hidroxiureia, que tem demonstrado reduzir episódios de dor e outras complicações associadas à doença. Ao assegurar esse acesso, a política não apenas alivia o sofrimento dos pacientes, mas também reduz a sobrecarga nos sistemas de saúde, ao diminuir a necessidade de internações e procedimentos emergenciais.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra (PNSIPN) visa garantir que os serviços de saúde estejam preparados para oferecer atendimento adequado às particularidades dessa comunidade. Isso implica não apenas no diagnóstico e tratamento da doença falciforme, mas também na promoção da saúde, prevenção de complicações e garantia de acesso a serviços de qualidade. A implementação dessa política representa um compromisso contínuo em promover equidade no acesso aos cuidados de saúde, enfrentando desafios como a desigualdade regional na oferta de serviços e a capacitação de profissionais para lidar com as especificidades das hemoglobinopatias. Com um enfoque integrado e abrangente, a Política Nacional de Atenção Integral busca não apenas tratar, mas também melhorar a qualidade de vida dos indivíduos afetados por essas condições, promovendo sua inclusão social e plena participação na sociedade.

A referência à Portaria nº 2.048 de 2009 é fundamental, pois estabelece as diretrizes que orientam a implementação das ações voltadas para a doença falciforme no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa inclusão nas políticas de saúde evidencia o reconhecimento da importância de abordar as necessidades específicas dessa população, considerando aspectos genéticos, sociais e culturais. Dessa forma, foi importante essa inclusão da política de saúde voltada à população negra na legislação para ofertar serviços de saúde à população afrodescendente portadora da doença. A Figura 6 apresenta a incidência dessa patologia no Brasil:

Figura 6 - Incidência da Doença falciforme no Brasil



Fonte: Brito (2018, p.1).

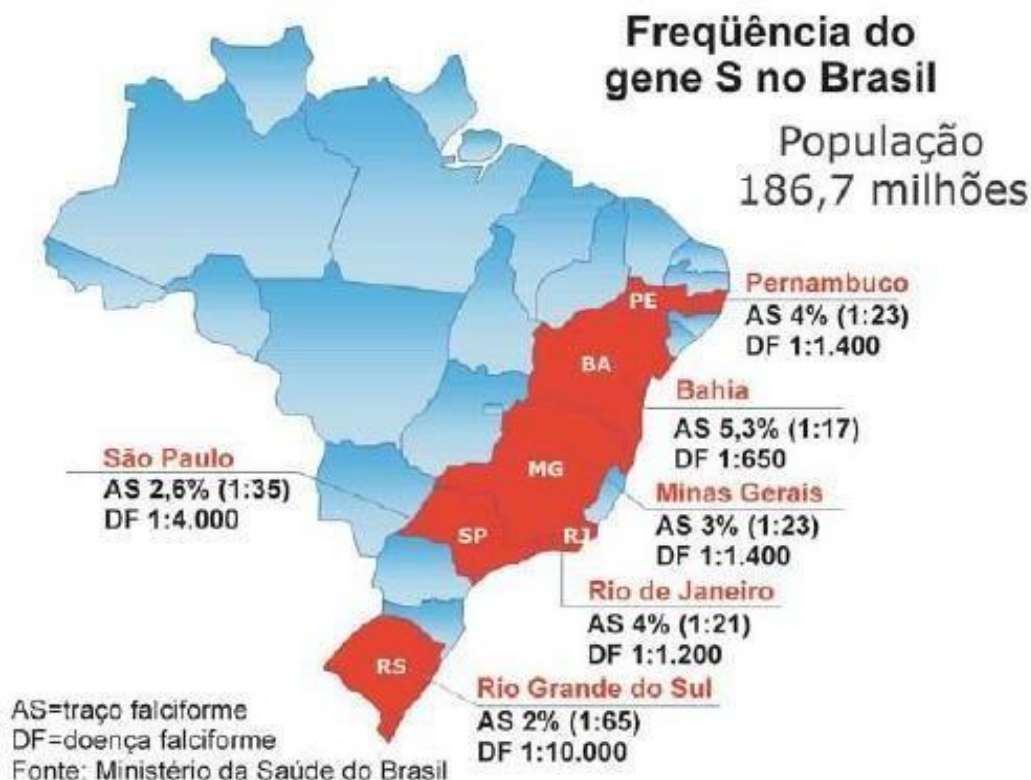
A Portaria nº 2.048 de 2009 desempenha um papel crucial ao definir diretrizes específicas para o manejo da doença falciforme dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). A sua implementação reflete um passo significativo no reconhecimento da necessidade de políticas de saúde que atendam às particularidades da população afrodescendente afetada por essa condição genética. Estas diretrizes não apenas consideram as dimensões clínicas da doença, mas também incorporam aspectos sociais e culturais que são essenciais para um atendimento de saúde efetivo e respeitoso. Ao incluir a saúde da população negra na legislação, a Portaria busca corrigir desigualdades históricas que afetaram negativamente o acesso dessa população a cuidados médicos adequados. Com a implementação dessa política, o SUS é orientado a estruturar serviços que levam em consideração a variabilidade genética e as especificidades socioculturais da comunidade afrodescendente, promovendo uma abordagem mais inclusiva e equitativa. Além disso, essa iniciativa fortalece o compromisso do Brasil em fornecer cuidados de saúde que respeitem a diversidade e promovam a equidade. A legislação se torna, assim, um instrumento essencial não apenas na melhoria do cuidado direto aos pacientes com doença

falciforme, mas também como uma ferramenta para sensibilizar profissionais da saúde sobre a importância de um atendimento que respeite e valorize a diversidade étnica e cultural presente no país. Em última análise, essa política pública busca não só oferecer cuidados médicos, mas também promover justiça social e acesso igualitário para todos os cidadãos.

Conforme verifica-se na Figura 6, os Estados com maior incidência da doença falciforme são Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Destaca-se a incidência significativa da doença falciforme na Bahia, onde, segundo a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (2023), mais de 76% da população do Estado é composta por pessoas negras. A alta incidência de doença falciforme em estados como Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro pode ser atribuída a fatores históricos e demográficos. A Bahia, em particular, possui uma das maiores populações afrodescendentes do Brasil, o que se reflete na prevalência dessa condição genética, principal em pessoas de ascendência africana. A história da escravidão e das migrações forçadas durante o período colonial influenciou a distribuição da população negra no Brasil, concentrando-a em certas regiões. Minas Gerais e Rio de Janeiro também têm populações significativas de pessoas negras devido a fatores históricos semelhantes. Nessas áreas, a presença de genes associados à doença falciforme é mais comum, resultando em um número maior de casos registrados. Essa prevalência destaca a necessidade de políticas públicas voltadas para o diagnóstico precoce, tratamento adequado e educação sobre a doença. Tais ações são essenciais para melhorar a qualidade de vida dos portadores e reduzir as complicações associadas. A implementação de programas de triagem neonatal e o fortalecimento do sistema de saúde são estratégias cruciais para lidar com a alta incidência da doença falciforme. Além disso, a conscientização comunitária sobre a condição pode ajudar a diminuir o estigma e promover suporte social para os afetados. Em última análise, uma abordagem integrada que aborde tanto os aspectos médicos quanto sociais é fundamental para enfrentar o desafio representado pela doença falciforme nos estados mais afetados.

Além disso, como observa-se na Figura 7, a Bahia também é o Estado com maior frequência de indivíduos com gene S (). Essas informações ressaltam a importância de considerar fatores étnicos e raciais ao abordar questões de saúde, uma vez que a prevalência da doença está diretamente relacionada à composição demográfica da região.

Figura 7 - Frequência do Gene S no Brasil



Fonte: Cançado e Jesus (2007, p. 3).

Portanto, houve uma evolução das políticas de saúde relacionadas à Doença Falciforme no Brasil, desde o reconhecimento como um problema de saúde pública até a implementação de estratégias específicas, como a Triagem Neonatal e a Política Nacional de Atenção Integral, visando melhorar o diagnóstico precoce, o tratamento e a qualidade de vida dos portadores dessa condição genética (Barbosa, 2017). A evolução das políticas de saúde no Brasil em relação à Doença Falciforme reflete um crescente reconhecimento da condição como um problema significativo de saúde pública. Inicialmente, a doença não recebia a devida atenção, mas com o tempo, medidas como a Triagem Neonatal foram implementadas para garantir um diagnóstico precoce. Esta iniciativa permite identificar e começar o tratamento em estágios iniciais, o que é crucial para a eficácia do cuidado. Além disso, a Política Nacional de Atenção Integral para pessoas com Doença Falciforme foi desenvolvida com o objetivo de estruturar uma rede de atenção que abrange desde o diagnóstico até o acompanhamento contínuo dos pacientes. Essa política busca não apenas melhorar o tratamento, mas também garantir uma melhor qualidade de vida para os indivíduos, proporcionando acesso a medicamentos, educação em saúde e suporte

social. Tais estratégias, portanto, têm sido essenciais para transformar o panorama do atendimento à Doença Falciforme no país, embora desafios ainda persistam para alcançar uma cobertura e eficácia ainda maiores no sistema de saúde.

No entanto, como a anemia falciforme é uma doença genética crônica e, até o momento, não tem cura definitiva, é preciso investir no diagnóstico e tratamento dessa patologia. Existem tratamentos e abordagens de manejo que podem ajudar as pessoas afetadas a levar vidas mais saudáveis e confortáveis. Abaixo, descrevemos as opções de tratamento e as estratégias de cuidados para a anemia falciforme:

Gerenciamento de Sintomas: O tratamento visa controlar os sintomas e complicações da anemia falciforme, o que pode incluir o alívio da dor aguda, gerenciamento da anemia e tratamento de infecções. Gerenciar os sintomas de anemia falciforme é crucial para melhorar a qualidade de vida dos pacientes. O tratamento costuma abranger várias abordagens para lidar com os desafios específicos da doença. O alívio da dor aguda é uma prioridade, pois as crises vaso-oclusivas (episódios de dor intensa) são comuns. Essas crises ocorrem quando os glóbulos vermelhos em forma de foice bloqueiam a passagem do sangue em pequenos vasos. O manejo da dor pode incluir o uso de analgésicos, desde anti-inflamatórios não esteroides até opioides, dependendo da gravidade. O gerenciamento da anemia propriamente dita é outro foco importante, uma vez que as células falciformes têm uma vida útil mais curta e causam carência de glóbulos vermelhos saudáveis. Isso pode exigir transfusões sanguíneas regulares para aumentar os níveis de hemoglobina e oxigênio no sangue. Além disso, a administração de hidroxureia é uma prática comum, pois esse medicamento pode estimular a produção de hemoglobina fetal, que tem uma estrutura diferente e não forma foice. Infecções representam um risco significativo devido à função comprometida do baço, um órgão crucial para a imunidade. Medidas preventivas, como vacinas e antibióticos profiláticos, são frequentemente recomendadas desde a infância para reduzir a suscetibilidade a infecções (ANVISA, 2002). Além desses tratamentos específicos, estratégias gerais de saúde, como uma dieta equilibrada e uma hidratação adequada, são fundamentais para o gerenciamento da doença. Com cuidados adequados, muitos indivíduos com anemia falciforme conseguem viver uma vida ativa e satisfatória.

Transfusões de Sangue: As transfusões de sangue são frequentemente usadas para aumentar o número de glóbulos vermelhos no corpo, aliviando a

anemia e melhorando o transporte de oxigênio. As transfusões de sangue desempenham um papel vital no tratamento de várias condições médicas, especialmente aquelas associadas à anemia. Elas são cruciais para repor níveis inadequados de glóbulos vermelhos, que são responsáveis por transportar oxigênio dos pulmões para os tecidos do corpo. A anemia, condição caracterizada pela falta de glóbulos vermelhos saudáveis, pode resultar em fadiga, fraqueza e, em casos severos, comprometer a função de órgãos vitais devido à insuficiência de oxigenação. Além disso, as transfusões de sangue são essenciais em situações de emergência, como em casos de trauma ou durante cirurgias, onde a perda rápida de sangue pode ser fatal. Elas ajudam a estabilizar o paciente, permitindo que outros tratamentos médicos sejam implementados com mais segurança. No entanto, é importante destacar que as transfusões de sangue não são isentas de riscos. Podem surgir complicações, como reações alérgicas, febre e, em casos raros, infecções transmitidas pelo sangue. Por isso, as transfusões são cuidadosamente monitoradas para garantir a segurança do paciente. Medidas rigorosas de triagem e testes são aplicadas ao sangue doado para minimizar esses riscos. Além do tratamento de anemia e situações de emergência, as transfusões também beneficiam pacientes submetidos a terapias agressivas, como a quimioterapia, que podem reduzir drasticamente a contagem de glóbulos vermelhos. Elas também são vitais para indivíduos com doenças crônicas, como a talassemia, que exigem transfusões regulares para manter a qualidade de vida. Inovações na medicina continuam a melhorar a segurança e eficácia das transfusões de sangue, incluindo o desenvolvimento de substitutos do sangue e técnicas que permitem reduzir a necessidade de transfusões (ANVISA, 2002). A pesquisa contínua na compatibilidade dos tipos sanguíneos e no armazenamento prolongado de componentes sanguíneos também está ajudando a aprimorar essas práticas. Dessa forma, as transfusões de sangue permanecem um componente fundamental da medicina moderna, aliviando inúmeros pacientes e salvando vidas diariamente.

Medicamentos: Alguns medicamentos, como hidroxiureia, podem ser prescritos para ajudar a prevenir crises de dor, reduzir a frequência de transfusões sanguíneas e melhorar a qualidade de vida. A hidroxiureia é um medicamento que desempenha um papel significativo no manejo de várias condições hematológicas, como a anemia falciforme. Ao atuar na produção de hemoglobina fetal, a hidroxiureia ajuda a prevenir as crises dolorosas comuns nessa condição. Essas crises,

resultantes da obstrução de vasos sanguíneos pelos glóbulos vermelhos deformados, podem ser extremamente debilitantes. Além de reduzir a frequência de crises, a hidroxiureia também diminui a necessidade de transfusões sanguíneas frequentes. Isso é particularmente importante, pois transfusões constantes podem aumentar o risco de sobrecarga de ferro e outras complicações. Portanto, ao reduzir a necessidade de tais intervenções, a hidroxiureia contribui para um melhor manejo da saúde a longo prazo. Outro benefício significativo do uso da hidroxiureia é a melhoria geral na qualidade de vida dos pacientes. Ao mitigar a dor e a frequência de intervenções médicas, os pacientes podem experimentar uma rotina mais estável e menos hospitalizações (ANVISA, 2002). No entanto, é vital que o uso desse medicamento seja monitorado de perto por profissionais de saúde, devido a potenciais efeitos colaterais e a necessidade de ajustes de dosagem. Em suma, a hidroxiureia se apresenta como uma ferramenta valiosa no tratamento de doenças hematológicas, promovendo bem-estar e reduzindo complicações.

Cuidados Preventivos: Vacinações regulares, especialmente para infecções como a gripe e a pneumonia, são essenciais para reduzir o risco de infecções, que podem ser graves em pessoas com anemia falciforme. A anemia falciforme é uma condição genética que afeta a forma e a função das células vermelhas do sangue, tornando o indivíduo mais suscetível a várias complicações de saúde, incluindo infecções. As pessoas com essa condição têm um sistema imunológico comprometido, o que aumenta o risco de infecções graves. Portanto, cuidados preventivos, incluindo vacinações regulares, são cruciais para a gestão eficaz da doença. Vacinações para infecções comuns, como gripe e pneumonia, são fundamentais. A gripe pode piorar os sintomas da anemia falciforme e levar a complicações respiratórias que podem ser potencialmente fatais. Da mesma forma, a pneumonia representa um risco significativo, dado que as infecções pulmonares podem desencadear crises de dor e aumentar a fragilidade do estado de saúde do paciente. Ao se vacinar contra essas doenças, o risco de infecções graves é substancialmente reduzido. Além disso, é importante que os cuidadores e profissionais de saúde tenham uma abordagem proativa para garantir que essas vacinações sejam administradas no tempo adequado. Em alguns casos, pode ser necessário consultar um especialista em hematologia para ter um plano de vacinação adaptado às necessidades específicas do paciente. Monitoramento regular e ajustes nos cuidados também são recomendados para lidar com as

flutuações no estado de saúde e as complicações que possam surgir. Outras práticas de cuidados preventivos incluem uma dieta equilibrada, ingestão adequada de líquidos e aderência ao tratamento prescrito, como o uso de medicamentos que ajudem a manter uma boa saúde geral. Juntas, essas medidas contribuem para minimizar os riscos e melhorar a qualidade de vida das pessoas com anemia falciforme (ANVISA, 2002). Assim, a combinação de vacinações regulares e outros hábitos saudáveis representa uma estratégia eficaz na prevenção de complicações associadas a esta condição genética.

Tratamento de Complicações: Tratamentos específicos podem ser necessários para complicações como lesões nos órgãos, acidentes vasculares cerebrais, úlceras nas pernas, entre outras. O tratamento de complicações médicas exige abordagens especializadas para cada condição. Lesões em órgãos, por exemplo, muitas vezes requerem intervenções cirúrgicas ou terapias medicamentosas para restaurar a função ou prevenir mais danos. Em casos de acidentes vasculares cerebrais, o tratamento urgente é crucial e pode incluir medicamentos trombolíticos para dissolver coágulos ou procedimento cirúrgico para remover bloqueios. Além disso, a reabilitação intensa, que envolve fisioterapia e terapia ocupacional, é fundamental para ajudar na recuperação das funções perdidas. Nas úlceras nas pernas, o tratamento pode incluir a limpeza adequada da ferida, o uso de antibióticos para combater infecções, e terapia compressiva para melhorar a circulação sanguínea. Tecnologias mais recentes, como terapia à base de pressão negativa e enxertos de pele, também estão sendo cada vez mais utilizadas. Em todos esses casos, a abordagem multidisciplinar é essencial, envolvendo profissionais como médicos, enfermeiros e fisioterapeutas para garantir um cuidado integral e personalizar o tratamento para cada paciente. Engajar o paciente no processo, explicando a importância da adesão ao tratamento e as mudanças de estilo de vida, é igualmente importante para prevenir a progressão das complicações e melhorar o prognóstico (ANVISA, 2002).

Transplante de Células-Tronco Hematopoiéticas (TCTH): Em casos graves, um transplante de células-tronco hematopoiéticas de um doador compatível pode ser uma opção curativa. No entanto, esse procedimento é complexo, arriscado e nem sempre está disponível. O Transplante de Células-Tronco Hematopoiéticas (TCTH) é uma intervenção médica avançada que pode ser crucial em casos graves de doenças hematológicas e imunológicas. As células-tronco hematopoiéticas têm a

capacidade de se diferenciar em todos os tipos de células sanguíneas, tornando-se uma ferramenta potente para regenerar e reconstituir o sistema hematopoiético de um paciente. Para ser bem-sucedido, o TCTH requer um doador compatível, o que envolve a identificação de semelhanças nos antígenos leucocitários humanos (HLA) entre o doador e o receptor. Mesmo com um doador adequado, o procedimento apresenta riscos significativos, incluindo rejeição do enxerto, infecções e complicações decorrentes da imunossupressão necessária para evitar a rejeição. A pós-tratamento exige monitoramento rigoroso, medicações contínuas e a possibilidade de enfrentar efeitos colaterais de longo prazo. Além disso, a disponibilidade do TCTH é limitada. Centros especializados em transplantação nem sempre têm leitos ou recursos suficientes para todos os pacientes elegíveis, especialmente considerando que o processo é dispendioso e requer infraestrutura tecnológica avançada e equipe especializada. Por essas razões, o TCTH é considerado cuidadosamente com base na situação clínica individual do paciente. Nos casos em que ele é viável e recomendado, pode oferecer uma chance de cura ou controle significativo da doença, transformando a vida de muitos pacientes que sofrem de condições hematológicas graves (ANVISA, 2002). Entretanto, é essencial pesar os benefícios e riscos e discutir com profissionais especializados para tomar decisões informadas.

Aconselhamento Genético: É importante para ajudar as pessoas a entenderem os riscos e opções disponíveis para casais que são portadores do gene da anemia falciforme e planejam ter filhos. O aconselhamento genético desempenha um papel crucial ao proporcionar informações claras e suporte aos casais portadores do gene da anemia falciforme. A anemia falciforme é uma condição hereditária que afeta a forma e a função das hemácias, podendo causar complicações sérias como dores intensas e danos a órgãos. Casais portadores do gene têm chances de 25% de terem um filho com a doença, 50% de terem um filho portador e 25% de terem um filho sem o gene. Durante o aconselhamento genético, especialistas ajudam os casais a compreenderem as implicações genéticas e médicas de sua condição. Eles explicam o padrão de herança da doença, auxiliam na interpretação de exames genéticos e discutem as opções disponíveis. Essas opções podem incluir métodos reprodutivos alternativos, como a fertilização in vitro com seleção de embriões, ou a possibilidade de adoção. Além disso, o aconselhamento oferece apoio emocional, ajudando os casais a lidarem com as decisões difíceis que podem enfrentar. Essa

orientação não é apenas sobre os riscos, mas também sobre a capacitação dos indivíduos a fazerem escolhas informadas e alinhadas com seus valores e aspirações familiares. Ao final do processo, os casais estão melhor equipados para planejar a constituição de suas famílias com confiança, tendo uma visão clara das possibilidades e desafios que podem surgir (ANVISA, 2002). Em última análise, o aconselhamento genético promove uma paternidade responsável e informada, contribuindo para a saúde e bem-estar das futuras gerações.

É fundamental ressaltar que o tratamento da anemia falciforme é altamente personalizado e depende das necessidades individuais de cada paciente. Algumas pessoas podem ter uma forma mais leve da doença e não necessitar de tratamento intensivo, enquanto outras podem exigir cuidados médicos regulares e tratamentos específicos. A anemia falciforme é uma condição genética caracterizada pela deformação das hemácias, que assumem uma forma de foice. Essa alteração afeta a capacidade das células de transportarem oxigênio de maneira eficiente, levando a uma série de problemas de saúde. O tratamento, portanto, deve ser adaptado às necessidades específicas de cada paciente, levando em consideração a gravidade dos sintomas e as possíveis complicações (ANVISA, 2002). Para alguns indivíduos com anemia falciforme leve, as intervenções podem ser mínimas, focando principalmente na prevenção de crises dolorosas e infecções. Isto pode incluir a administração de ácido fólico para apoiar a produção de glóbulos vermelhos saudáveis, bem como uma boa hidratação e cuidados preventivos contra infecções, como vacinas e antibióticos profiláticos.

Em casos mais graves, no entanto o tratamento pode, necessitar de uma abordagem mais agressiva. Isso pode envolver transfusões sanguíneas regulares para aumentar o número de glóbulos vermelhos normais, bem como o uso de medicamentos como a hidroxiureia, que ajuda a aumentar a produção de hemoglobina fetal, uma forma de hemoglobina que impede a deformação das células. Existem também tratamentos mais avançados, como o transplante de medula óssea, que tem o potencial de curar a doença, mas é reservado para casos específicos devido aos riscos associados. Além disso, o manejo da anemia falciforme requer uma abordagem multidisciplinar, incluindo cuidados com a saúde mental e apoio psicológico, uma vez que viver com uma condição crônica pode impactar significativamente a qualidade de vida. A educação do paciente e da família sobre a doença e suas manifestações também é crucial, permitindo que eles estejam preparados para reconhecer sinais de

complicações e saibam quando procurar ajuda médica (ANVISA, 2002). Portanto, a abordagem do tratamento é ampla e individualizada, assegurando que cada paciente receba o cuidado mais adequado para suas necessidades específicas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e reduzir as complicações associadas à anemia falciforme.

Considerando a prevalência de portadores assintomáticos (heterozigotos) da mutação genética que causa a anemia falciforme, é crucial que medidas preventivas sejam adotadas em ambientes de trabalho onde os indivíduos possam ser expostos a condições que favoreçam a falcização dos glóbulos vermelhos, como a hipóxia (ANVISA, 2002). Exames de triagem para identificar trabalhadores em risco podem ser um passo importante na prevenção de complicações relacionadas à doença. A abordagem da anemia falciforme requer não apenas tratamento médico, mas também uma conscientização social e comunitária para garantir que as crianças e suas famílias recebam o apoio necessário para enfrentar os desafios associados à doença. A educação sobre a doença, acesso a serviços de saúde e promoção de condições de vida saudáveis são essenciais para melhorar os desfechos de saúde para aqueles afetados por essa condição genética. Segundo Silva (2012), a anemia falciforme tem alta letalidade em crianças:

A morbidade na anemia falciforme exige cuidados médicos, condições adequadas de moradia, de alimentação, além dos cuidados gerais de saúde. A letalidade pode atingir até 25% das crianças nos primeiros cinco anos de vida (Diniz *et al.*, 2009). Devido a prevalência dos heterozigotos, é importante que as indústrias por meio da equipe de saúde ocupacional façam o teste de falcização em trabalhadores que estejam expostos a hipóxia e outras condições favoráveis à falcização dos eritrócitos (Batista; Andrade, 2005) (Silva, 2012, p.11).

Apesar da ausência de um tratamento curativo universal, são destacadas medidas profiláticas que visam diminuir a gravidade do quadro clínico, incluindo a mortalidade, conforme mencionado por Silva *et al.* (2006). O único tratamento curativo até o momento é o transplante de medula óssea, no entanto, essa opção oferece riscos de mortalidade para a maioria dos pacientes, sendo selecionada apenas para casos específicos, conforme descrito por Pieroni *et al.* (2007). Existem, de fato, diversas medidas profiláticas que podem ajudar a mitigar a gravidade dos quadros clínicos e reduzir a mortalidade em alguns casos. Essas intervenções focam principalmente na prevenção de complicações e na manutenção da qualidade de

vida dos pacientes. Apesar de o transplante de medula óssea ser o único tratamento potencialmente curativo disponível atualmente, sua aplicação é limitada devido aos riscos associados, como rejeição e complicações pós-operatórias. Por isso, é geralmente reservado para situações onde os benefícios superam significativamente os riscos envolvidos. Além disso, avanços na medicina estão constantemente procurando melhorar a eficácia e a segurança de alternativas terapêuticas, oferecendo esperança de que opções menos arriscadas possam se tornar viáveis no futuro. Além do transplante, há também um foco crescente em terapias paliativas e novos tratamentos que possam oferecer alívio e controle da doença a longo prazo.

A experiência brasileira nesse tipo de transplante é limitada, envolvendo sete pacientes com uma média de idade de 12 anos, segundo dados de Pieroni et al (2007). Ademais, as indicações para o transplante seguem critérios da Escola Europeia de Hematologia (ESH). Essa abordagem específica evidencia a necessidade de critérios rigorosos na seleção de pacientes para essa intervenção, considerando a complexidade e os riscos associados ao procedimento. A experiência brasileira com esse tipo de transplante é ainda incipiente, tendo envolvido apenas sete pacientes com idade média de 12 anos. Isso demonstra a necessidade de desenvolver mais estudos e acumular experiência prática nesse campo. A seleção criteriosa de pacientes é crucial, seguindo diretrizes como as da Escola Europeia de Hematologia (ESH), que busca garantir a eficácia e a segurança do transplante. Devido à complexidade e aos riscos inerentes ao procedimento, é essencial que as indicações para o transplante sejam bem fundamentadas, visando minimizar complicações e otimizar os resultados. Tal abordagem destaca a importância de um protocolo rigoroso, que pode contribuir para avanços futuros nesse tipo de tratamento e oferecer melhores perspectivas aos pacientes que necessitam dessa intervenção.

Além disso, no que se refere ao tratamento da anemia falciforme, é preciso levar em consideração fatores como a morbidade da anemia falciforme, a necessidade de cuidados médicos, condições adequadas de moradia, alimentação e cuidados gerais de saúde. A letalidade, conforme mencionado por Diniz *et al.* (2009), pode atingir até 25% das crianças nos primeiros cinco anos de vida, sublinhando a seriedade da condição. Os indivíduos diagnosticados com a doença precisam de acompanhamento médico constante. Essa atenção contínua é essencial para

prevenir e tratar complicações como infecções e crises de dor. Infelizmente, muitos pacientes enfrentam barreiras ao acesso a cuidados de saúde adequados, especialmente em regiões com sistemas de saúde menos desenvolvidos. Além disso, a condição socioeconômica desempenha um papel crucial. Acesso a uma nutrição balanceada e condições de moradia adequadas são fundamentais para a gestão da anemia falciforme. A desnutrição pode piorar o quadro clínico, aumentando a frequência e a intensidade das crises. Portanto, estratégias de tratamento devem incluir não apenas intervenções médicas, mas também um enfoque holístico que considere fatores sociais e econômicos. Programas de suporte social e campanhas educativas podem ajudar a mitigar os impactos negativos da doença, permitindo que os pacientes e suas famílias gerenciem melhor a condição. A letalidade da anemia falciforme pode ser reduzida significativamente com políticas de saúde que garantam o acesso universal a tratamentos eficazes, educação sobre a doença e apoio contínuo para os afetados. Dessa forma, é possível melhorar não só a sobrevivência, mas também a qualidade de vida dos indivíduos com anemia falciforme.

Em consequência da alta mortalidade de crianças, que é importante realizar testes de falcização em trabalhadores expostos a condições favoráveis à falcização dos eritrócitos. Essa abordagem preventiva, proposta por Batista e Andrade (2005), sugere a identificação de heterozigotos para anemia falciforme entre os trabalhadores expostos a condições que podem desencadear a falcização dos glóbulos vermelhos. Assim, uma das medidas preventivas é, além da realização de testagem em recém-nascidos, a realização de testes de falcização em ambientes ocupacionais específicos. A alta mortalidade infantil relacionada à anemia falciforme sublinha a importância de medidas preventivas eficazes, especialmente em ambientes ocupacionais que favorecem a falcização dos eritrócitos. Essa abordagem preventiva, como sugerida por pesquisadores, propõe a identificação de indivíduos heterozigotos para a doença entre trabalhadores que estão constantemente em condições que podem exacerbar essa condição. A realização de testes de falcização nesses ambientes ocupacionais se torna crucial para a redução dos riscos associados. Além do rastreamento neonatal, essa estratégia pode ajudar a diminuir complicações e a mortalidade associada à doença, ao permitir intervenções precoces e a implementação de medidas adequadas de segurança no trabalho. Dessa forma, a saúde dos trabalhadores em risco pode ser melhor protegida, melhorando sua qualidade de vida e prevenção de possíveis crises de falcização.

Além do tratamento médico, a educação do paciente e o autocuidado desempenham um papel fundamental no manejo da anemia falciforme. Isso inclui a adesão a tratamentos prescritos, adoção de um estilo de vida saudável, como manter-se hidratado, evitar situações de estresse e procurar assistência médica imediatamente durante crises de dor. No manejo da anemia falciforme, a educação do paciente é essencial para melhorar a qualidade de vida e minimizar complicações. Compreender a doença permite ao paciente e seus familiares reconhecerem sinais de alerta precocemente e agirem de maneira eficaz. A adesão a tratamentos prescritos, como o uso regular de medicamentos e a realização de exames periódicos, é crucial para monitorar a progressão da doença e ajustar o tratamento conforme necessário. Adotar um estilo de vida saudável também contribui significativamente para controlar a condição. Manter-se hidratado é vital, pois a desidratação pode aumentar a viscosidade do sangue e desencadear crises. Além disso, a nutrição adequada garante que o corpo receba os nutrientes necessários para prevenir deficiências que possam agravar a anemia. Evitar situações de estresse físico e emocional pode ajudar a prevenir crises de dor. O estresse pode desencadear alterações no corpo que agravam os sintomas, por isso práticas como meditação, exercícios moderados e descanso adequado são recomendadas. Além disso, é importante que os pacientes evitem temperaturas extremas e se protejam contra infecções, tomando vacinas regularmente e adotando medidas de higiene. Procurar assistência médica imediata durante crises de dor é essencial para evitar complicações graves e garantir um tratamento adequado. A intervenção precoce pode incluir o uso de analgésicos, hidratação intravenosa e outras medidas necessárias para aliviar os sintomas. Portanto, o autocuidado e a educação contínua capacitam os pacientes a gerir melhor sua condição, promover a sua saúde geral e reduzir o impacto da anemia falciforme em suas vidas diárias.

Apesar de existirem tratamentos para a anemia falciforme, o acesso aos serviços de saúde e aos tratamentos, pode representar um verdadeiro desafio para as comunidades quilombolas. Destacam-se, nesse contexto, as diferentes definições de determinantes sociais de saúde (DSS), que abrangem fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a saúde da população. O desafio é estabelecer uma hierarquia entre os fatores gerais e as mediações que impactam a saúde de grupos específicos, especialmente aqueles historicamente perseguidos e excluídos. A anemia falciforme

é uma condição hereditária que afeta predominantemente a população negra, sendo as comunidades quilombolas algumas das mais afetadas. Nessas comunidades, o acesso aos serviços de saúde e tratamentos adequados enfrenta desafios significativos, principalmente devido aos determinantes sociais de saúde (DSS). Os DSS englobam uma série de fatores que vão além do âmbito puramente médico, abrangendo aspectos sociais, econômicos, culturais e raciais que influenciam diretamente o estado de saúde de uma população. No contexto das comunidades quilombolas, esses determinantes sociais são agravados por um histórico de marginalização e falta de investimento em infraestrutura básica. A pobreza, a falta de acesso à educação de qualidade e a ausência de serviços de saúde especializados são barreiras persistentes que essas comunidades enfrentam. Além disso, o racismo estrutural e a discriminação racial aumentam o desnível no acesso a cuidados de saúde adequados, tornando a realização de exames preventivos e o acesso a tratamentos específicos, como a hidroxureia e transfusões sanguíneas, um desafio diário.

Ao abordar a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) após o reconhecimento constitucional em 1988, ressalta-se os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, como a fragilidade do planejamento integrado e a predominância de estratégias de curto prazo. Infelizmente, as populações historicamente marginalizadas continuaram à margem das melhorias na atenção à saúde. A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, consagrado pela Constituição de 1988, representou um avanço significativo na busca pela universalização e equidade no acesso aos serviços de saúde. No entanto, as comunidades quilombolas enfrentaram e continuam enfrentando uma série de desafios para usufruir plenamente dos benefícios prometidos pelo SUS. Um dos principais entraves é a fragilidade do planejamento integrado, que frequentemente desconsidera as especificidades e necessidades particulares dessas comunidades. Esse planejamento pouco adaptado tem como consequência a implementação de estratégias de curto prazo que não resolvem os problemas estruturais enfrentados. Além disso, a falta de dados concretos e precisos sobre a saúde das populações quilombolas dificulta a formulação de políticas públicas efetivas. Ademais, a marginalização histórica dos quilombolas repercute nas questões de saúde, sendo percebida na distribuição desigual de recursos e na menor disponibilidade de profissionais de saúde capacitados para atuar nessas áreas. A infraestrutura

inadequada e o difícil acesso geográfico também constituem barreiras significativas para a prestação de cuidados de saúde adequados e oportunos.

Para superar esses desafios, é crucial que haja maior inclusão das comunidades quilombolas no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas de saúde. A adoção de uma abordagem participativa e o fortalecimento das redes de apoio comunitário podem ser estratégias eficazes para melhorar a atenção à saúde nas comunidades quilombolas. Investimentos em infraestrutura, capacitação de profissionais e promoção da equidade social são passos essenciais para que o SUS possa verdadeiramente alcançar todos os brasileiros, inclusive aqueles que historicamente têm sido deixados à margem. A discussão sobre as políticas específicas para comunidades quilombolas destaca a importância de ações que visem à equidade, como o PAC Quilombola e a inclusão de critérios de elegibilidade para financiamento de projetos de saneamento em municípios com presença quilombola (Freitas *et al.*, 2011). Além disso, é preciso considerar as questões relacionadas à saúde bucal, ações governamentais para ampliar o acesso a serviços básicos e a importância de considerar as práticas culturais das comunidades quilombolas na formulação de políticas de saúde.

A vulnerabilidade social é verificada nas comunidades quilombolas, especialmente em relação à morbimortalidade e às condições sanitárias precárias. Destacam-se doenças como a falciforme e a hipertensão arterial, evidenciando a necessidade de estratégias específicas. As comunidades quilombolas enfrentam desafios significativos devido à vulnerabilidade social, refletida nas altas taxas de morbimortalidade e nas condições sanitárias inadequadas. A anemia falciforme, comum entre essas populações, devido a fatores genéticos, representa um grande problema de saúde. A hipertensão arterial, outra condição prevalente, está frequentemente associada ao estresse ambiental e à falta de acesso a cuidados médicos de qualidade. Essas comunidades, muitas vezes localizadas em áreas remotas, enfrentam dificuldades de acesso a serviços básicos de saúde. A ausência de infraestrutura e saneamento adequado, como água potável e sistemas de esgoto, agrava ainda mais a situação, contribuindo para a propagação de doenças. Para mitigar esses problemas, é crucial desenvolver estratégias específicas que considerem as particularidades culturais e sociais dos quilombolas. Programas de saúde pública que envolvam profissionais treinados a atuar nessas comunidades são essenciais. Além disso, a educação em saúde e a promoção de hábitos saudáveis

podem ajudar na prevenção e controle dessas doenças.

A implementação de políticas públicas inclusivas e o fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde) são passos importantes para garantir que os quilombolas tenham acesso igualitário a cuidados de saúde. Essas iniciativas devem ser acompanhadas por investimentos em infraestrutura para melhorar as condições sanitárias, o que, por sua vez, poderá reduzir a carga de doenças e melhorar a qualidade de vida nessas comunidades. Nesse sentido é importante compreender as representações de mundo das comunidades quilombolas para garantir uma abordagem eficaz em saúde. Destaca-se a necessidade de respeitar as práticas e valores culturais, reconhecendo a diversidade de perspectivas sobre a saúde.

Sobre o acesso das mulheres negras do Quilombo aos serviços de saúde, cabe ressaltar que o processo de triagem, diagnóstico e tratamento para anemia falciforme é frequentemente prejudicado pela distância e falta de transporte para centros de saúde. Além disso, o atendimento médico nem sempre leva em consideração as particularidades culturais e sociais da comunidade quilombola, o que pode levar à desconfiança e à falta de adesão aos tratamentos. O acesso à saúde para mulheres negras quilombolas enfrenta múltiplas barreiras, começando pela demanda da infraestrutura. Profissionais de saúde, muitas vezes, não possuem treinamento adequado para compreender e respeitar as especificidades culturais da comunidade quilombola. Isso pode resultar em um atendimento que não considera práticas e saberes tradicionais, levando a um tratamento que as mulheres quilombolas sentem como inadequado ou imposto, gerando desconfiança. A falta de sensibilidade cultural no atendimento não só compromete a eficácia dos diagnósticos e tratamentos, como também desencoraja a procura contínua pelos serviços de saúde. Essa desconfiança é agravada por experiências passadas de discriminação e maus-tratos no sistema de saúde, criando um ciclo de afastamento e dificuldade de adesão aos tratamentos propostos. Assim, superar essas barreiras exige políticas públicas direcionadas que promovam, não apenas a acessibilidade física aos serviços de saúde, mas, sobretudo, uma atenção integral que respeite e valorize a cultura e as necessidades específicas das comunidades quilombolas.

Esses dados e observações destacam a necessidade de abordar a conscientização sobre a anemia falciforme, reduzir as barreiras econômicas, culturais e estruturais, e melhorar o acesso a serviços de saúde sensíveis às necessidades da comunidade quilombola, o que é fundamental para garantir que

essas mulheres recebam atendimento adequado e oportuno, melhorando sua qualidade de vida e saúde no Quilombo do Monte. A conscientização sobre a anemia falciforme é essencial para as comunidades quilombolas, pois promove um entendimento mais profundo da doença e das suas implicações. Isso pode ser alcançado por meio de campanhas educativas que informem sobre os sintomas, tratamentos e formas de prevenção. Além disso, é crucial abordar as barreiras econômicas que limitam o acesso aos cuidados médicos. Isso pode incluir a implementação de políticas públicas que reduzam os custos dos tratamentos e consultas médicas, bem como a disponibilização de transporte gratuito ou subsidiado para facilitar o acesso aos serviços de saúde. As barreiras culturais também desempenham um papel significativo, pois a compreensão sobre saúde pode variar entre comunidades. Assim, envolver líderes comunitários e respeitar as práticas culturais locais são estratégias importantes para cultivar um ambiente de confiança e cooperação. Estruturalmente, é vital que as clínicas e hospitais estejam adequadamente equipados e que os profissionais de saúde sejam treinados para lidar com as particularidades da anemia falciforme na comunidade quilombola.

Melhorar o acesso aos serviços de saúde significa também oferecer um atendimento sensível que reconheça a singularidade das experiências e necessidades das mulheres quilombolas. Isso requer uma abordagem holística que considere não apenas os aspectos físicos, mas também os emocionais e sociais. Somente através da superação dessas barreiras e implementação de medidas inclusivas é possível assegurar que as mulheres do Quilombo do Monte recebam o cuidado adequado, promovendo, assim, uma melhoria significativa em sua qualidade de vida e saúde.

Além disso, muitas mulheres quilombolas enfrentam desafios econômicos, como a falta de recursos financeiros para buscar atendimento médico adequado. A pobreza e a falta de acesso a empregos bem remunerados podem dificultar o acesso a serviços de saúde. A situação das mulheres quilombolas é agravada pela precariedade de infraestrutura em muitas comunidades, incluindo a ausência de unidades de saúde próximas e a má qualidade dos serviços disponíveis. Isso, combinado com longas distâncias até centros urbanos e a falta de transporte acessível, torna a busca por atendimento médico uma tarefa difícil e dispendiosa.

Além disso, a educação em saúde muitas vezes é limitada, resultando em um menor conhecimento sobre prevenção e tratamento de doenças, o que pode levar a

complicações evitáveis. A produção agrícola, que muitas vezes é a principal fonte de sustento, enfrenta desafios como a falta de apoio técnico e financeiro, bem como dificuldades em acessar mercados justos. Sem renda estável, as oportunidades de melhoria na qualidade de vida e o acesso a melhores condições de saúde ficam mais distantes. A discriminação racial sistêmica também desempenha um papel significativo, limitando as oportunidades de emprego e exacerba, assim, as dificuldades econômicas. Para melhorar essa situação, políticas públicas direcionadas são essenciais. Investimentos em infraestrutura, programas de capacitação profissional e apoio ao empreendedorismo feminino são necessários para quebrar o ciclo de pobreza. Além disso, promover o respeito e a valorização da cultura quilombola pode fortalecer a autoestima e a identidade dessas comunidades, proporcionando um caminho mais claro para o desenvolvimento integral.

Por outro lado, as práticas e crenças tradicionais podem desempenhar um papel na preferência por tratamentos alternativos em detrimento da medicina convencional. A falta de clínicas de saúde próximas ao Quilombo do Monte pode tornar o acesso a serviços de saúde um desafio, especialmente para aquelas que não têm meios de transporte. É verdade que as práticas e crenças tradicionais desempenham um papel significativo na escolha por tratamentos alternativos, especialmente em comunidades como o Quilombo do Monte. Nessas regiões, as tradições culturais e o conhecimento ancestral são valorizados e, muitas vezes, considerados mais acessíveis e confiáveis do que a medicina moderna. A falta de clínicas de saúde próximas intensifica essa preferência, pois a dificuldade de acesso a serviços de saúde convencionais pode ser um obstáculo considerável. Sem transporte adequado, buscar atendimento médico se torna não apenas uma tarefa dispendiosa, mas também demorada. Nesse contexto, as pessoas tendem a confiar nas práticas locais, que são mais convenientes e fazem parte de sua identidade cultural. Além disso, a medicina tradicional oferece uma abordagem mais holística, considerando não apenas os aspectos físicos, mas também espirituais e emocionais da saúde. Esse enfoque integral muitas vezes ressoa mais profundamente com as crenças das comunidades quilombolas. Para melhorar a situação, é crucial promover políticas que integrem práticas tradicionais com cuidados de saúde convencionais, além de investir na infraestrutura de transporte e saúde, garantindo que essas populações tenham acesso equitativo a todas as opções de tratamento.

Também devemos destacar que a falta de informação sobre condições de

saúde, como a anemia falciforme, pode resultar em diagnóstico tardio ou falta de adesão ao tratamento. É fundamental que as mulheres quilombolas tenham consciência da anemia falciforme, suas causas e sintomas, o que pode ser alcançado por meio de programas educacionais específicos. Certamente, a ausência de informação adequada pode ser um obstáculo significativo para o diagnóstico e tratamento eficaz da anemia falciforme entre as mulheres quilombolas. Muitas vezes, essas comunidades enfrentam barreiras de acesso a serviços de saúde de qualidade, exacerbando o problema. Para mitigar isso, é vital que políticas públicas sejam implementadas para promover a conscientização e educação sobre a condição. Programas educacionais devem ser culturalmente sensíveis, respeitando a diversidade e as tradições locais, ao mesmo tempo em que fornecem informações claras sobre as causas genéticas da doença, seus sintomas e a importância do acompanhamento médico regular. Além disso, esses programas devem ser acessíveis geograficamente e linguisticamente, para garantir que todas as mulheres quilombolas possam se beneficiar deles. Somente com um sólido conhecimento sobre a anemia falciforme, essas comunidades poderão tomar decisões informadas sobre sua saúde e buscar tratamento de forma proativa.

Além disso, deve-se garantir que as mulheres e bebês tenham acesso a testes de triagem e diagnóstico é fundamental para identificar a anemia falciforme precocemente e iniciar o tratamento adequado. Garantir que mulheres e bebês tenham acesso a testes de triagem e diagnóstico é crucial para a identificação precoce da anemia falciforme, uma condição genética que pode ter sérios impactos na saúde. O diagnóstico antecipado permite intervenções médicas que podem melhorar significativamente a qualidade de vida e os resultados de saúde dos afetados. Programas de triagem neonatal são essenciais nesse processo, pois possibilitam o início imediato de cuidados especializados, como terapias médicas e suporte nutricional. Além disso, a conscientização das gestantes sobre a importância desses exames é vital para aumentar a adesão aos programas de triagem. Investir em infraestrutura de saúde adequada, treinamento de profissionais e campanhas educativas pode ajudar a garantir que todas as mulheres e bebês tenham acesso a esses serviços essenciais, reduzindo assim a morbidade e a mortalidade associadas à anemia falciforme.

As mulheres diagnosticadas com anemia falciforme precisam de cuidados médicos regulares, incluindo a administração de medicamentos e tratamentos para

prevenir crises de dor e complicações. É importante garantir que essas terapias estejam disponíveis e acessíveis no contexto quilombola. As mulheres diagnosticadas com anemia falciforme enfrentam desafios consideráveis no gerenciamento da condição, especialmente em comunidades quilombolas, onde o acesso a serviços de saúde pode ser limitado. A anemia falciforme exige cuidados médicos regulares, incluindo a administração de medicamentos como a hidroxiureia, que ajuda a reduzir a frequência das crises de dor, e tratamentos para prevenir complicações graves, como infecções e danos aos órgãos. Para garantir que essas terapias estejam disponíveis e acessíveis, é fundamental que políticas públicas sejam direcionadas à saúde das comunidades quilombolas. Isso pode incluir a implementação de unidades de saúde móveis, a capacitação de agentes comunitários de saúde para atuar de forma eficaz nessas regiões e a criação de programas específicos que levem em consideração as particularidades culturais e sociais das comunidades quilombolas. Além disso, a educação em saúde é crucial. As mulheres quilombolas precisam ser informadas sobre os aspectos da doença, os riscos associados e a importância do tratamento contínuo e preventivo. Campanhas de conscientização e programas educacionais podem ajudar a desmistificar a condição e incentivar as famílias a buscarem atendimento médico. Outra consideração importante é a oferta de apoio emocional e psicológico, pois viver com uma doença crônica pode ter impactos significativos na saúde mental. Garantir que as mulheres quilombolas com anemia falciforme tenham acesso a apoio psicossocial é essencial para um tratamento abrangente. Em suma, a garantia de acesso a cuidados médicos adequados para mulheres com anemia falciforme em contextos quilombolas requer uma abordagem multifacetada, que priorize a acessibilidade, educação, e suporte integral, respeitando as peculiaridades e necessidades dessas comunidades.

A natureza crônica da anemia falciforme pode causar estresse emocional. Portanto, é importante fornecer apoio psicossocial e serviços de saúde mental para as mulheres quilombolas afetadas. Além disso, a ação contínua é necessária para melhorar o acesso aos cuidados de saúde e a qualidade de vida das mulheres quilombolas com anemia falciforme. Por essas razões, é crucial fornecer apoio psicossocial e serviços de saúde mental, que ajudam a lidar com o estresse e a ansiedade associados à doença. Além do suporte emocional, o acesso a cuidados de saúde adequados é essencial. Muitas comunidades quilombolas enfrentam

dificuldades de acesso a serviços médicos de qualidade devido a fatores como localização geográfica isolada e falta de recursos financeiros. Investimentos contínuos em infraestrutura de saúde, programas educativos sobre a doença e treinamento de profissionais de saúde para atender melhor às necessidades específicas dessas mulheres são passos fundamentais. Tais iniciativas não apenas melhoram o gerenciamento da anemia falciforme, mas também promovem o empoderamento e a dignidade dessas comunidades historicamente marginalizadas, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

O desenvolvimento de programas de educação e acesso a serviços de saúde são passos fundamentais para abordar as questões de saúde da mulher quilombola do Quilombo do Monte, especialmente no que diz respeito à ocorrência e tratamento da anemia falciforme. O desenvolvimento de programas de educação e acesso a serviços de saúde é crucial para abordar as questões de saúde da mulher quilombola do Quilombo do Monte, especialmente no que tange à anemia falciforme. Este distúrbio genético, que afeta principalmente populações afrodescendentes, exige uma abordagem integrada que inclua educação e saúde para garantir um diagnóstico precoce e um manejo eficaz. A educação desempenha um papel vital na conscientização sobre a anemia falciforme. Isso envolve a realização de workshops e seminários no quilombo para disseminar informações sobre a doença, seus sintomas e a importância do diagnóstico precoce. Além disso, é essencial promover o conhecimento sobre cuidados preventivos e práticas de saúde que possam minimizar as crises dolorosas e melhorar a qualidade de vida.

A integração do conhecimento sobre a doença nos currículos escolares locais pode ajudar a desmistificar a condição e reduzir o estigma associado a ela. Além disso, formar parcerias com universidades e organizações de saúde locais pode gerar pesquisa e inovação em estratégias de tratamento e apoio. Quanto ao acesso a serviços de saúde, é fundamental garantir a disponibilidade de exames e tratamentos adequados no próprio quilombo ou nas proximidades. Isso pode ser alcançado por meio da instalação de postos de saúde ou de unidades móveis que realizem visitas regulares. O treinamento de profissionais de saúde para lidar especificamente com a anemia falciforme em contextos quilombolas é outro ponto crítico.

A implementação de políticas públicas que priorizem o financiamento de programas voltados para a saúde das comunidades quilombolas também é crucial.

Essas políticas devem garantir que os recursos necessários para o diagnóstico e tratamento da anemia falciforme estejam disponíveis e acessíveis. Além disso, facilitar o acesso a medicamentos essenciais e terapias de apoio contribui significativamente para melhorar a qualidade de vida das mulheres afetadas. O apoio psicológico e social também deve ser considerado parte integrante do tratamento, proporcionando um ambiente de acolhimento e suporte. Esses esforços, quando combinados, podem não apenas melhorar os resultados de saúde, mas também empoderar as mulheres quilombolas, promovendo uma maior autonomia e um papel ativo no cuidado com sua saúde e na defesa de seus direitos. Desta forma, abordar a anemia falciforme no Quilombo do Monte se transforma em um modelo de atenção integral e inclusiva à saúde da população quilombola.

A falta de serviços de saúde bem equipados e pessoal médico qualificado nas proximidades pode representar uma barreira significativa ao acesso a cuidados de saúde de qualidade. Além disso, o centro de referência no tratamento de doença falciforme localiza-se em Salvador, o que faz com que a distância e a escassez de recursos seja um grande entrave ao tratamento da mulher quilombola acometida pela doença falciforme. A barreira ao acesso a cuidados de saúde de qualidade, especialmente para comunidades marginalizadas, é um desafio persistente e complexo. A ausência de serviços de saúde bem equipados e a falta de pessoal médico qualificado em áreas próximas dificultam o atendimento eficaz e tempestivo. Para a população quilombola, essa realidade se intensifica devido ao isolamento geográfico e à carência de infraestrutura adequada. No caso específico da doença falciforme, um distúrbio genético que demanda cuidados contínuos e especializados, a distância exacerba ainda mais as dificuldades. O fato de o centro de referência mais próximo para o tratamento da doença falciforme estar localizado em Salvador representa uma problemática considerável. Muitas vezes, as mulheres quilombolas acometidas pela doença falciforme enfrentam limitações financeiras que dificultam o deslocamento até a cidade grande. O transporte regular e acessível é frequentemente inexistente ou inadequado, tornando as viagens longas e cansativas. Além disso, mesmo quando conseguem chegar ao centro de referência, essas mulheres podem enfrentar filas longas, escassez de medicamentos ou até mesmo barreiras linguísticas e culturais que dificultam a comunicação eficaz com os profissionais de saúde. A falta de políticas públicas eficazes que promovam a descentralização dos serviços de saúde e a formação de profissionais que atuem em

comunidades remotas agrava ainda mais a situação. Para mitigar esses desafios, é essencial investir na melhoria da infraestrutura de saúde em áreas rurais e quilombolas, na capacitação e fixação de profissionais de saúde nessas regiões, e na criação de políticas que facilitem o acesso ao sistema de saúde como um todo. Somente assim será possível oferecer um atendimento digno e de qualidade para todas as mulheres quilombolas acometidos pela doença falciforme.

Localizada a uma distância considerável de uma Unidade de Saúde da Família, a comunidade lida com obstáculos relacionados ao transporte público escasso, o que dificulta a chegada oportuna aos serviços de saúde. A incompatibilidade entre os horários de transporte público e os horários de atendimento médico revela a falta de sincronia entre a oferta de serviços e as necessidades da comunidade. A situação enfrentada pela comunidade destaca um problema comum em áreas afastadas dos centros urbanos: o acesso restrito aos serviços de saúde devido à falta de transporte público adequado. A escassez de transporte impacta diretamente a capacidade dos residentes de acessar cuidados médicos quando necessário, especialmente para aqueles que dependem exclusivamente desses meios para locomoção.

A incompatibilidade entre os horários de transporte e o funcionamento das Unidades de Saúde da Família sublinha uma desconexão crítica entre oferta e demanda de serviços essenciais. Este desalinhamento não apenas atrasa o atendimento necessário, mas também pode agravar problemas de saúde ao impedir consultas regulares e tratamentos preventivos. Para mitigar esses desafios, a implementação de soluções adaptadas às necessidades locais é essencial. Isso poderia incluir a flexibilização dos horários de atendimento das unidades de saúde ou a alteração dos horários de transporte para melhor atender à comunidade. Alternativamente, considerar a implantação de serviços móveis de saúde ou parcerias com organizações locais para fornecer transporte subsidiado pode oferecer uma solução mais imediata. Além de fatores logísticos, é crucial envolver a comunidade em diálogos para entender suas necessidades específicas e desenvolver soluções colaborativas. Assim, ao melhorar a sincronia entre transporte e saúde, não só se facilita o acesso aos cuidados médicos, mas também se promove um senso de equidade e inclusão social.

A invisibilidade dos quilombolas no sistema de saúde é evidenciada pela dificuldade em marcar consultas e pela abordagem reativa ao invés de proativa em

relação à saúde desses indivíduos. Destaca-se a necessidade de uma abordagem mais próxima da realidade quilombola, que compreenda suas práticas e concepções de saúde, visando uma atenção integral e preventiva. A invisibilidade dos quilombolas no sistema de saúde brasileiro é um problema persistente que reflete a marginalização histórica enfrentada por essas comunidades. Essa invisibilidade é frequentemente evidenciada pela dificuldade que os quilombolas encontram ao tentar acessar serviços básicos de saúde, como a marcação de consultas médicas. Essa barreira de acesso é apenas um dos muitos desafios que essas comunidades enfrentam. Um dos principais problemas é a abordagem reativa adotada pelo sistema de saúde, que tende a tratar doenças apenas quando elas se manifestam de maneira mais aguda, ao invés de priorizar a prevenção e promoção de saúde. Para os quilombolas, muitas vezes vivendo em áreas isoladas e com um histórico cultural único, isso significa que suas necessidades específicas de saúde não são plenamente compreendidas nem atendidas.

É crucial que o sistema de saúde desenvolva estratégias que se alinhem mais intimamente com as realidades dos quilombolas. Isso inclui a adoção de uma abordagem de saúde que seja sensível às suas práticas culturais e concepções de bem-estar. A implementação de programas de saúde que considerem essas perspectivas pode ajudar na prestação de uma atenção integral e preventiva, promovendo não apenas a cura de doenças, mas uma melhoria geral na qualidade de vida. Outro passo importante é a formalização de políticas públicas que assegurem a inclusão dos quilombolas nas decisões de saúde que afetam suas comunidades. Isso implica não apenas na criação de campanhas de conscientização, mas também no treinamento de profissionais de saúde para que possam oferecer um atendimento mais adequado e respeitoso. A inclusão do conhecimento tradicional dos quilombolas nas práticas de saúde pode ser uma ponte poderosa para aumentar a confiança e melhorar o acesso ao sistema de saúde. Portanto, garantir que as necessidades dos quilombolas sejam visíveis e devidamente endereçadas não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma responsabilidade de saúde pública fundamental. Abordagens que visem à equidade e ao respeito à diversidade cultural podem, de fato, não apenas melhorar os resultados de saúde dessas comunidades, mas também enriquecer o sistema de saúde como um todo.

A análise do acesso à saúde na comunidade quilombola de Monte Recôncavo revela a predominância de ações básicas, como vacinação e medição de altura e

peso, no sistema de saúde. A falta de atenção às crianças durante exames de rotina demonstra a necessidade de uma abordagem mais sensível às particularidades dessas populações rurais, considerando seu contexto e riscos específicos. O acesso à saúde na comunidade quilombola de Monte Recôncavo é caracterizado por limitações que refletem desafios comuns em áreas rurais. As ações básicas, como vacinação e medição de altura e peso, são essenciais, mas insuficientes para atender plenamente as necessidades dessa população. A carência de uma atenção específica durante exames de rotina, especialmente para as crianças, aponta para a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e adaptada. Essas comunidades frequentemente enfrentam barreiras geográficas, econômicas e sociais que dificultam o acesso aos serviços de saúde mais abrangentes. A falta de infraestrutura adequada e a escassez de profissionais de saúde qualificados nessas regiões agravam essa situação. Além disso, as particularidades culturais e históricas das comunidades quilombolas exigem um cuidado que vá além das práticas de saúde convencionais. Portanto, é crucial implementar políticas de saúde que considerem o contexto e os riscos específicos da comunidade de Monte Recôncavo. Isso inclui o treinamento de profissionais para compreender e respeitar as tradições locais, assim como a criação de programas de saúde que possam ser facilmente integrados ao cotidiano da comunidade. Apenas assim será possível promover um acesso à saúde que seja verdadeiramente equitativo e eficaz para essas populações.

A situação socioeconômica precária das cuidadoras na comunidade, com 83% delas dependendo de auxílios governamentais, reflete diretamente na dificuldade de acesso a medicamentos. A preferência por remédios caseiros, muitas vezes obtidos de forma improvisada, evidencia a busca por alternativas devido à falta de recursos para adquirir medicamentos prescritos. Essa realidade contrasta com os dados nacionais de melhoria no acesso a medicamentos, destacando a necessidade de políticas públicas mais efetivas para comunidades quilombolas. A situação socioeconômica das cuidadoras nas comunidades quilombolas levanta importantes questões sobre desigualdade e o impacto direto da pobreza no acesso à saúde. O fato de 83% delas dependerem de auxílios governamentais revela uma vulnerabilidade extrema que as obriga a buscar alternativas para cuidados de saúde. Os remédios caseiros não são apenas uma tradição cultural, mas também uma necessidade prática quando recursos para medicamentos prescritos são escassos.

Essa dicotomia entre os dados nacionais, que mostram melhorias gerais no acesso a medicamentos, e a realidade enfrentada por estas comunidades sublinha a urgência de políticas públicas sob medida. Programas que considerem não apenas a disponibilidade de medicamentos, mas também a capacitação e suporte financeiro para os setores mais vulneráveis, são essenciais. É preciso uma abordagem que respeite a diversidade cultural e que seja inclusiva, garantindo que o progresso não deixe esses grupos à margem.

No âmbito da saúde população quilombola, a atenção à doença falciforme emerge como uma preocupação central. A ausência de renda suficiente entre as cuidadoras e as dificuldades para obter medicamentos prescritos agravam a situação, levando muitas a recorrerem a tratamentos naturais por falta de opção. A discussão sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) ressalta a lacuna na implementação dessas políticas nos municípios, evidenciando a desigualdade no acesso à saúde. Nessas comunidades, a saúde das mulheres é particularmente impactada devido a barreiras socioeconômicas e de acesso aos serviços de saúde. A falta de renda adequada entre as cuidadoras limita sua capacidade de adquirir medicamentos essenciais, forçando-as a buscar alternativas naturais, que nem sempre são eficazes ou seguras. As dificuldades enfrentadas são agravadas pela insuficiente implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Apesar de sua existência, a política muitas vezes não se traduz em ações concretas nos municípios, onde a assistência é mais necessária. Isso resulta em uma desigualdade estrutural no acesso à saúde, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade. Para melhorar a situação, é fundamental fortalecer a aplicação da PNSIPN em nível local, garantindo que recursos e serviços de saúde sejam acessíveis e culturalmente apropriados. Além disso, a promoção de programas de educação em saúde e a capacitação de profissionais para lidar com necessidades específicas da população quilombola são vitalmente importantes. A inclusão dessas comunidades nas decisões políticas de saúde ajudará a diminuir as disparidades e assegurar uma atenção mais equitativa às mulheres quilombolas.

A resistência às práticas tradicionais de saúde, com a queda no uso de Práticas Integrativas e Complementares entre 2013 e 2019, destaca a necessidade de superar preconceitos no sistema formal de saúde. A valorização dos conhecimentos tradicionais, aliada a abordagens biomédicas, pode promover uma

atenção mais inclusiva e eficaz. A queda no uso de Práticas Integrativas e Complementares (PICs) entre 2013 e 2019 reflete uma resistência dentro do sistema de saúde que precisa ser abordada. As PICs, que incluem terapias como acupuntura, fitoterapia e homeopatia, frequentemente são subestimadas em um contexto que privilegia abordagens exclusivamente biomédicas. Essa resistência pode estar enraizada em preconceitos históricos que veem práticas tradicionais como menos científicas ou eficazes.

Superar essas barreiras requer uma reavaliação das atitudes dentro do sistema de saúde. Integrar conhecimentos tradicionais ao lado das abordagens biomédicas pode enriquecer o cuidado ao paciente, oferecendo opções mais abrangentes e personalizadas. A promoção de estudos que comprovem a eficácia e segurança das PICs pode ajudar a quebrar estigmas e construir pontes entre diferentes paradigmas de saúde. Além disso, a educação de profissionais de saúde sobre a relevância das PICs e a sua incorporação em políticas públicas de saúde pode facilitar essa integração. Isso não só ampliaria o leque de tratamentos disponíveis, mas também respeitaria e valoriza as escolhas dos pacientes que buscam essas práticas por razões culturais ou pessoais. A valorização dos conhecimentos tradicionais é, portanto, uma questão de inclusão e respeito à diversidade cultural e histórica dos cuidados com a saúde. Uma abordagem mais integrada pode resultar em um sistema de saúde que atenda melhor às necessidades diversas da população, incentivando um modelo de atenção mais humanizado e eficaz.

Portanto, é imperativo que a comunidade quilombola de Monte Recôncavo receba uma atenção mais integral e sensível por parte do sistema de saúde, considerando suas particularidades culturais, socioeconômicas e de saúde específicas. A construção de políticas públicas efetivas, alinhadas à PNSIPN, é essencial para superar as barreiras existentes e garantir um acesso equitativo e digno à saúde para todos os membros dessa comunidade quilombola. A comunidade quilombola de Monte Recôncavo enfrenta desafios únicos que requerem uma abordagem diferenciada por parte do sistema de saúde. Essas comunidades possuem uma rica herança cultural e vivenciam condições socioeconômicas distintas que influenciam diretamente suas necessidades de saúde. Muitas vezes, o acesso aos serviços de saúde convencional pode ser limitado, tanto por questões geográficas quanto por barreiras culturais e linguísticas.

Portanto, é crucial que as políticas públicas sejam adaptadas para refletir e respeitar essas particularidades. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) oferece um arcabouço promissor para a construção de programas e iniciativas que possam efetivamente atender às necessidades dessa população.

Uma atenção especial deve ser dada à capacitação dos profissionais de saúde para que possam prestar assistência de maneira culturalmente sensível e competente. Isso inclui compreender as práticas tradicionais de saúde que são comuns nas comunidades quilombolas, além de se engajar com elas em um diálogo respeitoso e colaborativo. Além disso, a implementação de estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças que considerem os determinantes sociais e ambientais específicos dessas comunidades pode contribuir para a melhoria geral de saúde e bem-estar. A garantia de acesso equitativo aos serviços de saúde implica não apenas na eliminação de barreiras físicas e financeiras, mas também na criação de um ambiente acolhedor e inclusivo onde todos os membros da comunidade se sintam respeitados e valorizados. Portanto, a colaboração entre autoridades de saúde, líderes comunitários e organizações da sociedade civil é fundamental para o desenvolvimento de intervenções que sejam tanto eficazes quanto sustentáveis. Essa abordagem integrada não só promove a justiça social, mas também reforça o direito humano fundamental à saúde para todos os membros da comunidade quilombola de Monte Recôncavo.

Abordar essas barreiras exige estratégias abrangentes que incluam programas de conscientização, políticas de saúde sensíveis à cultura quilombola, investimentos em infraestrutura de saúde e esforços para melhorar as condições socioeconômicas da comunidade, o que é fundamental para garantir que as mulheres do Quilombo do Monte tenham acesso adequado aos cuidados de saúde e possam enfrentar eficazmente suas condições de saúde. Para abordar essas barreiras e garantir que as mulheres do Quilombo do Monte tenham acesso adequado aos cuidados de saúde, é essencial implementar estratégias abrangentes. Primeiramente, programas de conscientização devem ser desenvolvidos para educar a comunidade sobre questões de saúde e a importância do atendimento médico regular. Isso pode ser feito através de workshops, palestras e campanhas comunitárias que considerem os valores e tradições locais. Além disso, políticas de saúde devem ser adaptadas para serem culturalmente sensíveis, respeitando as práticas e crenças das comunidades quilombolas. Isso inclui a capacitação de

profissionais de saúde para entender e respeitar as especificidades culturais da população local. Investimentos em infraestrutura de saúde são igualmente cruciais. Isso pode envolver a construção ou melhoria de postos de saúde na região, além de garantir um transporte eficiente para que as mulheres possam acessar esses serviços sem dificuldades.

Finalmente, é importante que esforços sejam feitos para melhorar as condições socioeconômicas da comunidade, como acesso à educação e oportunidades de emprego, o que pode influenciar diretamente na saúde e bem-estar das mulheres. Assim, com uma abordagem integrada que considere todos esses aspectos, será possível enfrentar as barreiras existentes e promover um ambiente mais saudável e inclusivo para as mulheres do Quilombo do Monte.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) buscou abordar a complexa interseção da anemia falciforme e o acesso à saúde da população negra do Quilombo do Monte, situado no município de São Francisco do Conde, Bahia. Ao longo desta pesquisa, discutiu-se sobre as barreiras que afetam o enfrentamento das condições de saúde dos quilombolas no contexto quilombola e observamos o acesso delas aos serviços de saúde, incluindo triagem, diagnóstico e tratamento para a anemia falciforme. A problemática da anemia falciforme é um aspecto crítico da saúde da população negra, e sua prevalência entre as mulheres do Quilombo do Monte sublinha a necessidade de uma análise integrada entre fatores sociais, econômicos e de saúde. A pesquisa revelou que as barreiras enfrentadas por essas mulheres incluem tanto questões estruturais, como a escassez de serviços de saúde próximos e equipamentos insuficientes, quanto fatores sociais, como o racismo institucional e a falta de políticas públicas que priorizem a saúde da população negra.

Além disso, o acesso limitado à informação e educação sobre a doença e suas implicações também contribui para um diagnóstico tardio e inadequado acompanhamento da condição. Essa realidade está diretamente ligada ao contexto histórico de abandono e marginalização das comunidades quilombolas, que historicamente têm acesso restrito a serviços básicos de saúde. No Quilombo do Monte, iniciativas comunitárias têm se mostrado essenciais para melhorar as condições de saúde, promovendo conscientização e lutando por melhores políticas de atenção à saúde.

A situação das comunidades quilombolas, como o Quilombo do Monte, é um reflexo de décadas de exclusão social e falta de políticas públicas eficazes. O acesso restrito à informação e educação tem dificultado o diagnóstico precoce e o acompanhamento adequado de diversas condições de saúde. Esta realidade é intensificada pela escassez de serviços básicos, resultante de um histórico de negligência estatal. Entretanto, as próprias comunidades têm se mobilizado para enfrentar esses desafios. Iniciativas comunitárias, muitas vezes lideradas por associações locais e grupos de saúde, são fundamentais para aumentar a conscientização sobre questões de saúde. Essas ações incluem campanhas de informação sobre prevenção de doenças, a importância de exames regulares e a

promoção de práticas de vida saudáveis. Além disso, essas comunidades têm reivindicado ativamente melhores políticas de saúde, buscando diálogo com autoridades e parcerias com organizações para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades específicas sejam atendidas.

Esses esforços comunitários não apenas melhoram as condições de saúde, mas também fortalecem os laços sociais dentro dos quilombos, criando uma rede de apoio que sustenta a luta por equidade e justiça social. A união e a resiliência dessas comunidades são exemplos poderosos de como a ação coletiva pode desencadear mudanças positivas, mesmo em face de desafios significativos.

A implementação de políticas públicas específicas que garantam acesso equitativo e a provisão de cuidados de saúde de qualidade são passos fundamentais para superar essas barreiras. A formação de profissionais de saúde com sensibilidade às questões raciais e o fortalecimento dos sistemas locais de saúde são igualmente cruciais. Desta forma, o enfrentamento eficaz da anemia falciforme e a melhoria do acesso à saúde podem realmente transformar a vida das mulheres negras do Quilombo do Monte, promovendo maior justiça social e igualdade na saúde para essa população.

Durante o estudo de caso, foi possível compreender a rica história e cultura do Quilombo do Monte, que desempenha um papel fundamental na identidade dessa comunidade. A resistência afro-brasileira e a preservação de tradições são notáveis, apesar dos desafios socioeconômicos que a comunidade enfrenta. A população do quilombo possui uma forte identidade cultural e étnica, e a cultura afro-brasileira está profundamente enraizada em sua vida cotidiana. O Quilombo do Monte destaca-se como um símbolo de resistência e resiliência da comunidade afro-brasileira. A história desse quilombo é marcada pela luta por direitos e pela preservação das tradições culturais, que são passadas de geração em geração, mantendo viva a herança dos ancestrais. A riqueza cultural do Quilombo do Monte é visível nas manifestações artísticas, como a música, a dança e a culinária, que refletem uma mistura de influências africanas e brasileiras. Festas, rituais e celebrações são oportunidades para a comunidade reafirmar sua identidade e fortalecer os laços sociais. Essas práticas culturais são não apenas uma forma de sobrevivência, mas também de resistência, garantindo que suas tradições não sejam apagadas pelo tempo. Apesar das dificuldades econômicas e sociais, os habitantes do Quilombo do Monte mostram uma determinação inabalável em lutar por melhores condições de vida e

pela valorização de sua cultura. A comunidade se organiza em iniciativas de desenvolvimento sustentável e educação, buscando o reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais. A identidade cultural e étnica da população do Quilombo do Monte é uma fonte de orgulho e inspiração, projetando a rica tapeçaria afro-brasileira que molda a nação. Ao preservar sua história e tradições, o Quilombo do Monte não apenas honra seus ancestrais, mas também constrói um futuro mais inclusivo e respeitoso para as próximas gerações.

A anemia falciforme, uma condição genética crônica, foi identificada como uma preocupação de saúde crítica para as mulheres do Quilombo do Monte. O tratamento e o gerenciamento dessa condição requerem acesso a serviços de saúde sensíveis à cultura quilombola, conscientização sobre a doença e recursos para cuidados médicos adequados. No Quilombo do Monte, esse problema de saúde é especialmente preocupante devido às barreiras culturais e estruturais que as mulheres enfrentam para acessar cuidados de saúde adequados. O tratamento eficaz da anemia falciforme depende de diagnóstico precoce, acesso a medicamentos e acompanhamento regular, elementos que muitas vezes estão fora do alcance devido à localização remota e à falta de infraestrutura de saúde. Além disso, a abordagem culturalmente sensível é crucial, pois garante que as práticas de saúde respeitem e integrem o conhecimento tradicional e as necessidades específicas da comunidade. Conscientização sobre a doença é um passo fundamental. Campanhas educativas podem ajudar a desmistificar a condição e incentivar o uso de serviços de saúde e práticas de autocuidado. As parcerias com organizações locais também são importantes, pois elas possuem a confiança da comunidade e entendem melhor suas necessidades. Por fim, a mobilização de recursos para melhorar o acesso a cuidados médicos, seja por meio de unidades de saúde móveis ou programas de telemedicina, pode ajudar a superar as barreiras existentes. A implementação de políticas públicas direcionadas e o financiamento adequado são essenciais para garantir que essas mulheres recebam o suporte necessário para viver com dignidade e qualidade de vida.

As barreiras socioeconômicas, culturais, geográficas e estruturais que afetam o enfrentamento dessas condições de saúde foram discutidas em profundidade, destacando a necessidade de abordagens holísticas e interdisciplinares para melhorar o acesso aos cuidados de saúde. A discussão sobre as barreiras socioeconômicas, culturais, geográficas e estruturais no enfrentamento

das condições de saúde é crucial para entender as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde. As barreiras socioeconômicas, como pobreza e falta de seguro de saúde, limitam o acesso a tratamentos e medicamentos essenciais. Além disso, diferenças culturais podem influenciar a percepção sobre a saúde e a busca por cuidados, muitas vezes criando distâncias entre as comunidades e os profissionais de saúde. Barreiras geográficas, em especial nas áreas rurais ou remotas, significam que as pessoas podem estar longe de hospitais e clínicas, enfrentando dificuldade para acessar serviços médicos básicos. Estruturas de saúde inadequadas e falta de infraestrutura também impactam a qualidade e a disponibilidade dos cuidados. Uma abordagem holística e interdisciplinar seria benéfica para superar essas barreiras. Isso inclui políticas que integrem soluções sociais, econômicas e tecnológicas, garantindo que os serviços de saúde sejam culturalmente sensíveis e acessíveis a todos. O envolvimento das comunidades no planejamento de saúde pública e a aplicação de tecnologias de telemedicina para superar desafios geográficos são passos essenciais. Além disso, a colaboração entre diferentes setores, como educação, transporte e moradia, pode promover um ambiente onde a saúde é uma prioridade acessível, independentemente das circunstâncias econômicas ou culturais dos indivíduos. É essencial que governos, organizações não governamentais e comunidades trabalhem juntos para criar sistemas de saúde que sejam inclusivos e eficientes. Apenas por meio de esforços coordenados e estratégias interdisciplinares poderemos garantir que todos, independentemente de sua localização ou situação socioeconômica, tenham acesso aos cuidados de saúde de qualidade que merecem.

Com base nos resultados dessa pesquisa, foi possível concluir que o Quilombo do Monte é uma comunidade resiliente e culturalmente rica, mas enfrenta desafios socioeconômicos significativos que afetam o acesso à saúde e o enfrentamento das condições de saúde, incluindo a anemia falciforme. A pesquisa sobre o Quilombo do Monte revela a força e diversidade cultural que caracteriza essa comunidade, essencialmente marcada por um forte senso de identidade e coesão social. A resiliência do Quilombo é evidenciada nas práticas tradicionais e na preservação de sua herança cultural, o que fortalece os laços comunitários. No entanto, essa resistência cultural vem acompanhada de um conjunto de desafios socioeconômicos significativos.

Um dos principais desafios enfrentados é o limitado acesso a serviços de saúde de qualidade, que tem implicações diretas no manejo de doenças como a

anemia falciforme. Essa condição genética, prevalente em comunidades afrodescendentes, exige cuidados médicos contínuos e especializados, algo que nem sempre está disponível para os moradores do Quilombo. A distância dos centros urbanos e a falta de infraestrutura adequada aumentam as barreiras para receber tratamento oportuno e eficaz. Além disso, a precariedade econômica da região agrava a situação, uma vez que recursos financeiros restritos limitam ainda mais o acesso a medicamentos e cuidados necessários. As disparidades educacionais e oportunidades limitadas de emprego contribuem para um ciclo de pobreza, dificultando o enfrentamento de problemas de saúde e a melhoria das condições de vida. Portanto, enquanto o Quilombo do Monte é um exemplo notável de resistência cultural e social, suas lutas contra os desafios socioeconômicos, especialmente na área da saúde, iluminam a necessidade urgente de intervenções políticas e sociais que possam aumentar o acesso a serviços essenciais e promover melhor qualidade de vida para seus habitantes.

A anemia falciforme é uma realidade para muitos quilombolas que vivem em comunidades, como o Quilombo do Monte. Esses quilombolas enfrentam desafios únicos devido à combinação de fatores genéticos, sociais e econômicos que aumentam sua vulnerabilidade. Primeiramente, a anemia falciforme causa complicações de saúde significativas, incluindo dores crônicas, infecções frequentes e danos a órgãos. Para quilombolas, essas complicações são exacerbadas por barreiras ao acesso a cuidados médicos de qualidade. Muitas comunidades quilombolas estão localizadas em áreas rurais, onde a infraestrutura de saúde é precária. A falta de acesso a transporte e serviços médicos especializados impede que essas mulheres recebam o tratamento necessário, aumentando seu sofrimento e risco de complicações graves. Além disso, fatores socioeconômicos desempenham um papel crucial na vulnerabilidade dessas mulheres. Com frequência, elas enfrentam discriminação racial e sexismo, o que dificulta o acesso a oportunidades de emprego e educação. A falta de recursos financeiros limita ainda mais a capacidade de buscar tratamento adequado, bem como de aderir a planos alimentares e de autocuidado que poderiam amenizar os sintomas da doença. A situação é agravada pelo estigma social associado à anemia falciforme. Em muitas comunidades, há uma falta de compreensão sobre a doença, resultando em preconceito e isolamento social para aquelas que a possuem. Esse estigma pode desencorajar as mulheres de procurar ajuda, aumentando seu isolamento e

impactando negativamente sua saúde mental e bem-estar. O Quilombo do Monte, como muitas outras comunidades quilombolas, enfrenta esses desafios de forma aguda. Para investigar essa vulnerabilidade, é crucial que políticas públicas sejam implementadas para melhorar o acesso a cuidados de saúde, educação sobre a doença, e apoio econômico. Além disso, é importante promover a inclusão social e combater o racismo e o sexismo que afetam os quilombolas de forma desproporcional. Em suma, a vulnerabilidade da população negra com anemia falciforme no Quilombo do Monte é o resultado de uma interseção complexa de fatores genéticos, sociais e econômicos. Abordar essas questões requer um esforço conjunto de políticas públicas, educação e suporte comunitário para garantir que esses quilombolas possam viver com dignidade e ter uma qualidade de vida melhor.

O acesso dos quilombolas aos serviços de saúde é prejudicado pela falta de clínicas próximas, falta de transporte e falta de sensibilidade cultural nas instalações de saúde. Assim, a conscientização sobre a anemia falciforme e o acesso a testes de triagem são fundamentais para identificar a doença precocemente e iniciar o tratamento adequado. Por esse motivo, programas de educação e acesso a serviços de saúde são essenciais para abordar as questões de saúde da mulher quilombola, especialmente no que diz respeito à anemia falciforme. A situação vivida pela população do quilombo em relação ao acesso aos serviços de saúde é um reflexo de desigualdades estruturais que persistem ao longo do tempo. A distância das clínicas e a falta de transporte são barreiras físicas que dificultam a busca por atendimento médico, tornando-se ainda mais desafiadoras para aquelas que vivem em áreas rurais ou mais isoladas. Além disso, a ausência de sensibilidade cultural nas instalações de saúde muitas vezes se traduz em um atendimento que não atende às necessidades específicas e culturais dessas comunidades, gerando desconfiança e afastamento dos serviços disponíveis.

A anemia falciforme, uma condição genética mais prevalente entre pessoas negras, é um exemplo claro de como essas desigualdades podem impactar a saúde. O diagnóstico precoce da anemia falciforme é crucial para o manejo eficaz da doença e para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes. Para tanto, é necessário que existam programas robustos de conscientização que informem a população sobre as características e os sintomas da doença, bem como a importância da realização de testes de triagem. Para enfrentar as desigualdades na saúde relacionadas à anemia falciforme, é essencial implementar programas de conscientização que alcancem

comunidades vulneráveis. Tais programas devem priorizar a educação sobre os sintomas, como dor nas articulações, anemia crônica e episódios de dor intensa, para que as pessoas possam reconhecer sinais precoces da doença. Além disso, a conscientização deve destacar a importância de realizar testes de triagem neonatal, que são fundamentais para o diagnóstico precoce. O acesso a cuidados médicos adequados também é crucial. Isso inclui não apenas o diagnóstico, mas o acompanhamento contínuo por profissionais de saúde especializados que podem fornecer tratamentos como a hidroxiureia, que ajuda a reduzir as crises dolorosas, ou procedimentos mais avançados, como o transplante de medula óssea, em casos selecionados. Para que esses esforços sejam eficazes, políticas públicas devem ser direcionadas para reduzir disparidades no acesso à saúde. Isso inclui financiamento para centros de tratamento especializados e treinamentos para profissionais de saúde sobre as necessidades específicas dos pacientes com anemia falciforme. Além disso, é vital envolver as comunidades por meio de parcerias com organizações locais que possam facilitar a disseminação de informações e recursos.

A abordagem da anemia falciforme como uma questão de saúde pública exige colaboração entre governos, organizações de saúde e sociedade civil. Somente por meio de esforços coordenados será possível melhorar a qualidade de vida dos pacientes, reduzindo assim o impacto dessa condição em populações historicamente desfavorecidas. Para abordar essa condição de forma eficaz, é fundamental implementar estratégias que envolvam governos, organizações de saúde e a sociedade civil, criando uma rede de suporte abrangente.

Governos podem desempenhar um papel crucial ao desenvolver políticas públicas que promovam o diagnóstico precoce e o tratamento adequado. Isso pode incluir a oferta de triagem neonatal, para garantir que a doença seja identificada logo após o nascimento, e a disponibilização de tratamentos acessíveis através de sistemas nacionais de saúde. Além disso, o financiamento de pesquisas para novas terapias e intervenções pode contribuir significativamente para avanços no manejo da doença. Organizações de saúde, por sua vez, podem ajudar na disseminação de informações, aumentando a conscientização sobre a anemia falciforme. Isso pode envolver campanhas educacionais, que forneçam informações claras sobre os sintomas, tratamentos disponíveis e a importância do acompanhamento médico regular. Esses esforços podem incentivar as famílias e comunidades a buscar assistência médica e a aderir aos tratamentos

recomendados.

A sociedade civil, incluindo ONGs e grupos de apoio, tem um papel vital no fornecimento de suporte emocional e prático para pacientes e suas famílias. Esses grupos podem criar espaços seguros para a troca de experiências, oferecendo apoio psicológico e promovendo uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pelos portadores da doença. Além disso, podem ser vozes ativas na defesa dos direitos dos pacientes, pressionando por políticas que visem a equidade no tratamento de saúde. Somente através da colaboração entre essas entidades será possível construir um ambiente que favoreça o bem-estar dos pacientes com anemia falciforme. Reduzir o estigma associado à doença e garantir o acesso igualitário aos cuidados de saúde são passos fundamentais nesse processo. Assim, melhora-se a qualidade de vida dos indivíduos afetados e diminui-se o impacto dessa condição em comunidades historicamente desfavorecidas, contribuindo para um sistema de saúde mais justo e inclusivo.

Cabe ressaltar que pesquisas adicionais são necessárias para aprofundar nossa compreensão das necessidades de saúde específicas dos quilombolas do Quilombo do Monte, bem como para avaliar o impacto de intervenções destinadas a melhorar o acesso a cuidados de saúde. Entender as necessidades de saúde específicas dos quilombolas do Quilombo do Monte é crucial para desenvolver estratégias eficazes que promovam seu bem-estar. As particularidades culturais, sociais e econômicas dessas comunidades frequentemente influenciam a forma como os cuidados de saúde são acessados e percebidos. Além disso, as barreiras estruturais, como a distância geográfica e a falta de recursos adequados, podem limitar o acesso a serviços essenciais. Por isso, pesquisas adicionais são fundamentais. Elas podem fornecer dados sobre condições de saúde prevalentes, barreiras enfrentadas e as expectativas das mulheres em relação aos cuidados de saúde. Isso permitirá que políticas públicas sejam adaptadas às suas realidades, possibilitando intervenções direcionadas e culturalmente sensíveis. Ao avaliar o impacto dessas intervenções, é possível ajustar estratégias para garantir que essas ações gerem resultados positivos concretos e sustentáveis. Além do mais, promover o envolvimento ativo da comunidade na concepção e implementação dos programas de saúde pode reforçar o sucesso das iniciativas, garantindo que as vozes das mulheres do Quilombo do Monte sejam respeitadas e atendidas. Portanto, ao aprofundar essa compreensão, pode-se fomentar um ambiente de saúde mais justo

e acessível para todos.

Para pesquisas futuras, recomenda-se que sejam realizadas investigações que explorem a eficácia de programas de conscientização e educação sobre a anemia falciforme, adaptados à cultura quilombola, podem fornecer informações valiosas para o desenvolvimento de estratégias eficazes. Estudos deste tipo podem oferecer insights importantes sobre como essas comunidades específicas percebem e lidam com a doença. A adaptação cultural de materiais e métodos de educação pode aumentar a eficácia das campanhas de conscientização, garantindo que as informações sejam não apenas transmitidas, mas também compreendidas e aplicadas de forma prática. Essas investigações podem ainda identificar barreiras culturais e sociais únicas que precisam ser superadas para melhorar a saúde e o bem-estar das populações quilombolas. Além disso, as estratégias desenvolvidas podem ser adaptadas e aplicadas a outras comunidades com características culturais e históricas semelhantes, ampliando o impacto e a relevância dessas iniciativas.

Outra recomendação é a realização de pesquisas que avaliem o impacto das políticas de saúde sensíveis à cultura quilombola, juntamente com investimentos em infraestrutura de saúde, ajudarão a melhorar o acesso a serviços de saúde de qualidade, visto que o acompanhamento a longo prazo é fundamental para avaliar o progresso na conscientização, no acesso a serviços de saúde e no enfrentamento das condições de saúde no Quilombo do Monte. A realização de pesquisas que investiguem o impacto das políticas de saúde culturalmente adaptadas às comunidades quilombolas é crucial para promover melhorias no acesso e na qualidade dos serviços de saúde. Essas pesquisas devem ser acompanhadas por investimentos significativos em infraestrutura de saúde, garantindo que as comunidades quilombolas tenham acesso a serviços essenciais. Além disso, é vital monitorar continuamente o progresso dessas iniciativas a longo prazo. Isso permite não apenas avaliar a eficácia das ações implementadas, mas também identificar áreas que necessitam de ajustes ou melhorias. No Quilombo do Monte, tais esforços podem resultar em maior conscientização sobre saúde, melhor acesso aos serviços disponíveis e um enfrentamento mais eficaz das condições de saúde prevalentes, promovendo assim o bem-estar geral da comunidade.

Espera-se que as conclusões e recomendações aqui apresentadas possam contribuir para o avanço das políticas de saúde e programas de apoio destinados a

melhorar a qualidade de vida e a saúde dos quilombolas do Quilombo do Monte. É imperativo que as soluções propostas sejam implementadas com a participação ativa da comunidade, respeitando sua cultura e história, a fim de promover a equidade na saúde e garantir que todas as pessoas tenham acesso a cuidados médicos adequados, independentemente de sua origem étnica ou social. Focar na promoção da saúde e bem-estar das mulheres do Quilombo do Monte requer uma abordagem colaborativa que valorize suas tradições e experiências. Para isso, é fundamental envolver lideranças comunitárias no desenvolvimento e implementação de políticas, garantindo que as soluções sejam culturalmente relevantes e sustentáveis.

O fortalecimento de parcerias entre o governo, organizações não-governamentais e a comunidade pode facilitar o acesso a recursos e conhecimento técnico, promovendo melhorias concretas na infraestrutura de saúde local. Capacitar membros da comunidade como agentes de saúde pode ser outro passo resiliente, pois eles compreendem as nuances culturais e linguísticas, proporcionando um atendimento mais personalizado e eficaz. Ademais, programas educacionais voltados para a prevenção de doenças e promoção da saúde podem empoderar as mulheres quilombolas, aumentando sua conscientização sobre os direitos à saúde e práticas de autocuidado. Esse conhecimento é essencial para fomentar uma cultura de prevenção e reduzir disparidades de saúde de forma duradoura. Por fim, é vital que as iniciativas contemplem avaliações regulares para ajustar estratégias conforme novos desafios e necessidades da comunidade forem identificados. A construção de um sistema de saúde inclusivo, que respeite e celebre a rica história e cultura das mulheres do Quilombo do Monte, é um passo essencial para alcançar uma sociedade mais justa e equitativa.

Diante das discussões presentes nessa pesquisa, conclui-se que a busca por soluções, é essencial que as políticas de saúde sejam alinhadas com as características culturais e as necessidades específicas da comunidade quilombola de Monte Recôncavo. Não podemos nos silenciar frente à invisibilização dos quilombolas no sistema de saúde, em especial às mulheres quilombolas. A conclusão dessa pesquisa enfatiza a necessidade urgente de integrar as políticas de saúde às especificidades culturais e necessidades da comunidade quilombola de Monte Recôncavo. É imperativo abordar a invisibilidade enfrentada por essa população no sistema de saúde, com um foco especial nas mulheres quilombolas,

que frequentemente enfrentam barreiras adicionais. Valorizar e integrar o conhecimento tradicional dessa comunidade pode ser um passo importante para garantir que as soluções de saúde sejam eficazes e inclusivas. Além disso, a formação de profissionais de saúde com compreensão das realidades sociais e culturais dessas comunidades é crucial para promover um atendimento mais humano e adequado. Essa abordagem não apenas melhora o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, mas também fortalece a autonomia e reconhecimento dessas comunidades dentro do contexto nacional.

É urgente a necessidade de realização de intervenções específicas para melhorar o acesso à saúde da mulher quilombola em Monte Recôncavo. A conscientização sobre as particularidades desta comunidade, aliada a estratégias efetivas, é fundamental para garantir que as mulheres quilombolas possam desfrutar plenamente de seu direito à saúde, superando as barreiras que ainda persistem. A saúde quilombola é um tema que exige atenção especial devido às particularidades culturais, sociais e econômicas dessa comunidade. Quilombolas enfrentam barreiras significativas no acesso a cuidados de saúde, incluindo a distância geográfica das unidades de saúde, a falta de profissionais capacitados para lidar com suas necessidades específicas e a carência de serviços que respeitem suas tradições e valores. Para melhorar a situação, é essencial que haja um esforço conjunto das autoridades de saúde, organizações não governamentais e a própria comunidade quilombola. Um primeiro passo seria a implementação de políticas públicas que garantam o transporte adequado e acessível para os quilombolas que vivem em áreas remotas. Além disso, é crucial capacitar profissionais de saúde para uma abordagem culturalmente sensível e inclusiva.

A educação em saúde também desempenha um papel vital. Campanhas de conscientização adaptadas ao contexto quilombola podem ajudar a informar as mulheres sobre seus direitos e os serviços disponíveis, além de promover práticas de saúde preventivas. Outro ponto importante é o empoderamento dos quilombolas, para que possam assumir um papel ativo na defesa de seus direitos e na cobrança de melhorias nos serviços de saúde. Finalmente, é necessário promover parcerias com lideranças locais para que as intervenções sejam alinhadas com as necessidades e expectativas da comunidade. Essas ações coordenadas são fundamentais para construir um sistema de saúde mais justo e equitativo, onde as mulheres quilombolas de Monte Recôncavo possam realmente exercer seu direito à

saúde.

Adicionalmente, o empoderamento dos quilombolas é um aspecto central; ao se tornarem defensores ativos de seus direitos, elas podem efetivamente pressionar por melhorias nos serviços de saúde, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. A colaboração com lideranças locais também é vital. Elas conhecem melhor as necessidades e expectativas da comunidade, o que permite que as intervenções sejam mais eficazes e relevantes. Esse envolvimento comunitário fortalece o apoio e a aceitação das iniciativas, aumentando a probabilidade de sucesso. Essas ações, quando implementadas de forma coordenada, contribuem para a criação de um sistema de saúde mais justo e equitativo. É essencial que os quilombolas de Monte Recôncavo tenham acesso não só aos serviços de saúde, mas também ao conhecimento e às ferramentas que lhes permitam exercer plenamente seu direito à saúde. Assim, a promoção de parcerias fortes e investidas no empoderamento local são passos vitais rumo a uma transformação positiva e sustentada na saúde da comunidade.

A construção de parcerias colaborativas entre a comunidade, profissionais de saúde e gestores públicos é crucial para implementar mudanças positivas e sustentáveis, proporcionando um futuro mais saudável e equitativo para moradores da Comunidade Quilombola de Monte Recôncavo, São Francisco do Conde, Bahia. Esse processo começa com o reconhecimento das necessidades e expectativas específicas da comunidade Quilombola, muitas vezes subrepresentadas nas políticas públicas e serviços de saúde. Os gestores públicos têm o papel de garantir que políticas inclusivas sejam implementadas, focando em melhorias na infraestrutura e na acessibilidade aos serviços de saúde. O envolvimento direto da comunidade na formulação dessas políticas é fundamental, pois permite que as reais necessidades das mulheres Quilombolas sejam ouvidas e atendidas, promovendo um sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada. Profissionais de saúde, por sua vez, devem ser capacitados e sensibilizados para a importância de uma abordagem culturalmente competente, respeitando as tradições e valores locais. A formação contínua em questões de saúde específicas que afetam as mulheres desta comunidade, como saúde reprodutiva, saúde mental e doenças crônicas, é crucial. Além disso, programas de educação em saúde que envolvam as próprias mulheres Quilombolas como educadoras ou facilitadoras podem ser extremamente eficazes, pois garantem que as informações sejam disseminadas de

maneira confiável e culturalmente relevante.

A comunidade Quilombola tem um papel ativo e insubstituível neste processo. fortalecimento das lideranças locais e a criação de espaços para diálogos abertos asseguram que as soluções propostas não sejam apenas impostas, mas cocriadas. Ao identificar e priorizar as questões mais prementes, a comunidade pode trabalhar em parceria com os gestores e profissionais para desenvolver estratégias de saúde que sejam não só eficientes, mas também respeitosas e duradouras. Portanto, ao integrar esforços e compartilhar responsabilidades, essas parcerias colaborativas podem transformar o cenário de saúde e bem-estar das mulheres Quilombolas em Monte Recôncavo, promovendo justiça social e garantindo que esta comunidade prospere de maneira sustentável e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia e cultura: territórios remanescentes de Quilombos no Brasil**. Centro de Estudos Sociais. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 1-22.

ANVISA. Manual de diagnóstico e tratamento de doença falciformes. Brasília, DF, 2002. Disponível em: Acesso em: 25 ago. 2024.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. OLIVEIRA, Jean Marcel. **Levantamento das comunidades rurais afro-brasileiras do Recôncavo da Bahia**: Contribuições para futuros estudos sociolinguísticos em comunidades remanescentes de quilombos. p. 207 a 238. *In*: Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil / organizado por Raquel Meister Ko. Freitag, Mônica. Maria Guimarães Savedra. -- São Paulo: Blucher, 2023. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/601/23790>. Acesso em: 05.08.2024.

BARBOSA, Renata Maria. **Características demográficas e clínicas de crianças e adolescentes com anemia falciforme de um ambulatório de referência**. Monografia, como exigência parcial e obrigatória para conclusão do Curso de Medicina da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador: UFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36224/1/Renata%20Maria%20Pereira%20Vieira%20Barbosa%20%20Caracter%C3%ADsticas%20demogr%C3%A1ficas%20e%20cl%C3%ADnicas%20de%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes%20com%20anemia%20falciforme%20de%20um%20ambulat%C3%B3rio%20de%20refer%C3%AAncia.pdf>. Acesso em: 14.10.2024.

BATISTA, Amanda; ANDRADE, Tania Cristina. Anemia falciforme: um problema de Saúde pública no Brasil. **Universitas Ciência da saúde**, v. 03, n. 01, p. 83-99, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 4.887/2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRAUNSTEIN, Evan M. **Anemia falciforme**. 2022. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-pt/casa/dist%C3%BArbios-do-sangue/anemia/anemia-falciforme>. Acesso em: 10.10.2024.

BRITO, Marcela. **Conheça Mitos e Verdades sobre a doença falciforme**. UFMG, 2018. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/conheca-os-mitos-e-verdades-sobre-a-doenca-falciforme/>. Acesso em: 18.10.2024.

CABI, Lucas Augusto; TIMBANE, Alexandre António. **Resenha do livro “A gente já nasceu quilombola e não sabia: Histórias do Monte Recôncavo”**. (jul./dez.2021). Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), 1(2): p.404-409.

CANÇADO, Rodolfo D. JESUS, Joice A. A doença falciforme no Brasil. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, 29 (3) • Set 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhh/a/NHyThBfzrf3ZSQDwD5M8Zmp/#>. Acesso em: 14.11.2024.

CARMO, João Paulo Pinto do. **Um lugar chamado quilombo**: cativo e liberdade em um engenho do Recôncavo Baiano (1870-1930). 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/Jo%C3%A3o_Paulo_Pinto_do_Carmo.pdf Acesso em: 14.10.2024.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **Comunidades Remanescentes de Quilombos do Recôncavo da Bahia**: conflitos territoriais e articulações identitárias. In: Territorialidades Negras em Questão. CARVALHO, A. P. C. (Org.); MULLER, C. B. (Org.); OLIVEIRA, R. (Org.). Rio de Janeiro/Cachoeira: Editora Fino Traço/NEAB/UFRB, 2015.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. FERNANDES, Mariana Balen. **O negro no Recôncavo da Bahia**: Reflexões sobre construções identitárias, retóricas de etnicidade, raça e cultura. 2019. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Ana%20Paula%20Comin%20de%20Carvalho%20-%201019703%20-%20203277%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 14.08.2024.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **O “Planeta” dos negros no mundo dos brancos**: estudo sobre a manutenção e atualização das fronteiras étnicas de uma comunidade negra na cidade de Canoas/RS. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. PGGA/UFRGS. Porto Alegre, 2003.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **O espaço da diferença no Brasil**: Etnografia de políticas públicas de reconhecimento territorial e cultural negro no sul do país. Tese de Doutorado em Antropologia Social. PPGA/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

DIAS, Maria da Graça Andrade. **Memórias e Existências [manuscrito]**: identidades e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia / Maria da Graça Andrade Dias. – 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A6QP6H/1/ppgarquiteturaurbanismo_mariagracaaandradedias_tesedoutorado_v1.pdf . Acesso em: 04.09.2024.

DINIZ, Debora; GUEDES, Cristiano; BARBOSA, Livia; TAUIL, Pedro Luís; MAGALHÃES, Ísis. Prevalência do traço e da anemia falciforme em recém nascidos do Distrito Federal, Brasil, 2004 a 2006. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 188-194, jan. 2009.

FCP. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Quilombolas**. Brasília, 2021.

FRANÇA, Ébano Francisco Souza. Anemia falciforme: uma abordagem de pontos históricos, enfatizando sobre a prevalência da doença no município de São Francisco do Conde e minhas vivências familiares. **Repositório Institucional Instituto de Humanidades e Letras dos Malês**

- IHLM (São Francisco do Conde) Curso de Bacharelado em Humanidades (São Francisco do Conde) Monografias - Bacharelado em Humanidades (São Francisco do Conde), 2017.

FREITAS, Daniel Antunes. CABALLEROLL, Antonio Diaz. MARQUES, Amaro Sérgio HÉRNANDEZ, Clara Inés Vergara. ANTUNES, Stéffany Lara Nunes Oliveira. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Rev. CEFAC** 13 (5) • Out 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/fYdFrbrz5YHsqgyqTxj9QhR/?lang=pt#> . Acesso em: 14.08.2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

GELARD, Fabiana Pedreira. “**Ser criança é ser quilombola**”: infâncias no território do Quilombo Monte Recôncavo/BA. 2019. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1840> Acesso: 14.10.2024.

GOOGLEMAPS. **São Francisco do Conde**. 2023. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/S%C3%A3o+Francisco+do+Conde,+BA/@-12.6108153,38.7434637,12z/data=!4m6!3m5!1s0x715d843891f3e2f0x4f89a6d6ae0a35b6!8m2!3d-12.6272035!4d-38.6778852!16s%2Fg%2F11bxfyp3xj?entry=ttu>. Acesso em: 29 out. 2024.

HOKAZONO, M; *et al.* Results from transcranial Doppler examination on children and adolescents with sickle cell disease and correlation between the time-averaged maximum mean velocity and hematological characteristics: a cross-sectional analytical study. *São Paulo Med.* vol 129. São Paulo, 2011.

IBGE. **Quilombolas no Brasil**. 2022. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

IPATRIMONIO. **FCP Quilombo**. 2020. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/sao-francisco-do-conde-quilombo-monte-reconcavo/#!/map=38329&loc=-12.62308650748478,-38.670164027578174,17>. Acesso: 14.10.2024.

IPATRIMONIO. **Quilombo do Monte Recôncavo**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/sao-francisco-do-conde-quilombo-monte-reconcavo/#!/map=38329&loc=-12.62308650748478,-38.670164027578174,17>. Acesso em: 29 out. 2024.

JESUS, A J. Doença Falciforme no Brasil. **Gaz. méd.,Bahia**, v. 80, n. 3, p. 8-9, ago-out, 2010.

LEITE, I. K. **O projeto político quilombola**: desafios, conquistas e impasses atuais. *Est. Fem.* 2008;16(3):965-77.

LUCCA, Daniel De. BUTI, Rafael P. **Os Malês nas margens do Atlântico Negro: desafios da interiorização e da internacionalização da Unilab no Recôncavo Baiano.** 2021. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 1, pp. 119-144. (janeiro-abril/2021) • Universidade de Brasília. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.7676>. Acesso em: 03.10.2024.

MONTEIRO, A.C.B, et. al. Anemia falciforme, uma doença caracterizada pela alteração no formato das hemácias *Saúde em Foco*, v.7, São Paulo, 2015.

MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2001.

MÜLLER, Cíntia Beatriz; JESUS, Quésia Santos de. JESUS, Daiara dos Santos. SANTOS, Tayonara Aillana dos. **Baía de Todos os Santos e Região Metropolitana de Salvador (BA): territórios quilombolas e conflitos na contemporaneidade.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 8 (17): 235-248, maio a agosto de 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/12277/10677>. Acesso em: 14.09.2024.

MUSSI, Leila Maria Prates. OLIVEIRA, Ilzver de Matos. ALMEIDA, Claudio Bispo de. MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas. O direito à Saúde: uma análise com comunidades quilombolas baianos. v. 8 n. 1 (2023): (Jan./Abr.) **Produções éticas, estéticas, intelectuais e políticas contra a morte social e o genocídio antinegros.** Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/12010>. Acesso em: 10.10.2024.

OLIVEIRA, Eduardo de. **Quilombo dos Palmares: Símbolo de Liberdade.** 2001. P. Transplante de células-tronco hematopoéticas (TCTH) em doenças falciformes. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, São José do Rio Preto, v. 29, n. 3, p. 327-330, set. 2007.

PEREIRA, R.N.; MUSSI, R. F. F.; ROCHA, R. M. Acesso e utilização dos serviços de saúde por quilombolas contemporâneos baianos. **Revista ABPN**, v.12, n.31, p.449-469, 2020

PIERONI, Fabiano; BARROS, George M.N; VOLTARELLI, Júlio C; SIMÕES, Belinda PINHEIRO, Pedro. **Anemia Falciforme: traço, sinais e tratamento.** 2022. Disponível em: <https://www.mdsaude.com/hematologia/anemia-falciforme/>. Acesso em: 29 out. 2023.

PINTO, Antônio Ernesto. **Política de saúde da população negra: questões étnicas-raciais no caminho percorrido e os novos desafios.** 2016.

PINTO, Naiane Jesus. CARVALHO, Ana Paula C. de. **Tecendo as redes dos conflitos e racismo ambiental no Quilombo Dom João e Monte Recôncavo.** 2022. Disponível em: <https://www.33rba.abant.org.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNjoiYToxOntzOjE5OiJJRF9BVEIWSURBREUio3M6MzoiMTEwIjtzOjE6ImgiO3M6>

MzI6ljQ4NjExMjgzZGZhYmFjNmJjZDBlOGVIMWI0MzVkY2lZljt9&ID_ATIVIDADE=110. Acesso em: 14.10.2024.

PRAXEDES, Cláudia *et al.* **Escola do campo em território da Reforma Agrária: a construção coletiva de um projeto político-pedagógico.** 2021.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro.** São Paulo: Companhia de Bolso, 1995.

RIBEIRO, Elaine dos Santos. **Esmola Cantada no Monte Recôncavo** – São Francisco do Conde/BA. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018. Disponível: http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/844/1/2018_proj_eribeiro.pdf. Acesso em: 14.10.2024.

RODRIGUES, Arthur Fachini *et al.* **“Não deixar ninguém para trás”? Uma análise dos movimentos globais HeForShe e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2022.

RODRIGUES, Átila Conceição. **As memórias de uma relíquia da Bahia.** Histórias e saberes do mestre Zé do lenço sobre a capoeira Angola. Pedro Rodolpho Jungers Abib (Org), 2020, p. 44.

SANTOS, Maricelia C. Dos Santos. GUEROLA, Carlos M. **Histórias do Monte Recôncavo: A gente já nasceu quilombola e não sabia.** Salvador: Editora dos autores, 2021. 178p.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo.** In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 59-100.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira.** 2012. 195p. Tese [Doutorado em Serviço Social] – PUCRS, Porto Alegre.

SILVA, Gilmara Bittencourt Santos *et al.* **Políticas Públicas de Saúde: qual o lugar ocupado pelas mulheres negras?** 2020.

SILVA, Marinalva Oliveira. **A prevalência da anemia falciforme no Brasil.** 2012. Disponível em: https://www.ciencianews.com.br/arquivos/ACET/IMAGENS/biblioteca-digital/hematologia/serie_vermelha/anemia_falciforme/25.pdf. Acesso em: 14.10.2024.

SILVA, Michelle C.; SHIMAUTI, Eliana L. T. Eficácia e toxicidade da hidroxiuréia em crianças com anemia falciforme. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, São José do Rio Preto, v. 28, n. 2, p. 144-148, jun. 2006.

SILVA, Mirtes Moreira. **Conquistas e desafios de uma área de proteção ambiental inserida na zona leste de São Paulo**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Departamento de Saúde Ambiental, São Paulo.

SILVA, O. S. Quilombos do Sul do Brasil: movimento social emergente na sociedade contemporânea. **Rev. Identidade**, 2010;15(1):51-64.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **1926 – História da Bahia**. Salvador: Correio da Bahia, 2000.

UFPEL. **Enciclopédia Negra**: biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, Editora UFPEL, 2003.

ZAGANELLI, J. A (in)justiça do poder judiciário: o obstáculo econômico do acesso à justiça e o direito social à saúde. **Revista de Direito Brasileira**, v.15, n.6, p.185-199, 2016.